**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Orientais
Programa de pós-graduação em Língua Hebraica, Literatura e
Cultura Judaica**

Cristiano Rosalino Braule Pinto

Uma análise do discurso de '*O Estado de S. Paulo*' de 1942 a 1948

São Paulo
2009

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Orientais
Programa de pós-graduação em Língua Hebraica, Literatura e
Cultura Judaica

Uma análise do discurso de ‘*O Estado de S. Paulo*’ de 1942 a 1948

Cristiano Rosalino Braule Pinto

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Letras

Orientador: Prof. Dr. Moacir Amâncio

São Paulo
2009

Folha de aprovação

Cristiano Rosalino Braule Pinto

Uma análise do discurso de '*O Estado de S. Paulo*' de 1942 a 1948

Universidade de São Paulo
Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
para obtenção do título de Mestre em Letras
Área de concentração: Língua Hebraica e Cultura Judaica

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Moacir Amâncio

Prof. Dr. Leonardo Nelmi Trevisan

Prof. Dr. Elias Thome Saliba

Dedicatória

Para os meus pais, exemplos de amor, bondade e força.

Agradecimentos

Ao professor Dr. Moacir Amâncio, por toda atenção e todo cuidado dispensados à minha orientação. Pelas sugestões e críticas responsáveis, em grande parte, por meu amadurecimento intelectual.

À minha mãe, pelas palavras de conforto que me oferece sempre, mesmo com toda a saudade. Ao meu pai, por desejar meu sucesso todos os dias. Aos meus pais, Lia e Jayro, sem os quais eu nada seria. Pelo amor incondicional que sempre me dedicaram e por me ensinarem a prezar o estudo e o conhecimento. E, mais do que tudo, por me incentivarem a ir em busca dos meus sonhos.

À minha companheira, Kelli, pelos felizes anos de convivência, pelo alento diário, pelo tempo que me dedica, pelas risadas em conjunto, as conversas edificantes, as idéias compartilhadas generosamente, as dificuldades que ela atenua. Por todo incentivo, por todo carinho e paciência. Faltam palavras para agradecer tudo o que eu deveria.

Aos meus irmãos e familiares, Cláudia, Eduardo, Pedro, Tatá e Helena, por terem mantido a ternura apesar da distância. Às minhas amadas sobrinhas, Bebel e Lulu, por revigorarem meu espírito a cada encontro. Aos amigos todos, por sempre tornarem a vida mais fácil.

Às professoras Elizabeth Hazin, Orna Levin, Suzy Lagazzi, Cristina Meneguelo e Dora Blatyta, por me ajudarem em alguma etapa do caminho até aqui, fornecendo ajuda que muitas vezes excedia os encargos profissionais.

Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, especialmente ao Mário, por suas divertidas teorias conspiratórias. Aos funcionários do arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, pela presteza que foi fundamental para conhecer um pouco o Conde de Bennigsen. Aos funcionários do Centro de Estudos Judaicos, sobretudo à Ada Waldman, pela confiança e acolhida.

A já estigmatizada vida é ainda arrastada pelo carro triunfal dos estatísticos unidos, e nem o próprio passado está já seguro diante do presente que, ao recordá-lo, o vota mais uma vez ao esquecimento.

(T. Adorno, Mínima Moralia)

Resumo

O presente trabalho constitui-se de quatro partes principais, cada uma dedicada a um tópico. Na introdução serão ditos quais problemas foram levantados para estudo, de que forma eles serão abordados e quais objetivos se pretendem atingir. No capítulo I, será feita uma breve revisão da literatura que aborda aspectos históricos importantes para compreender o contexto de produção deste estudo. O segundo capítulo será dedicado à exposição da teoria escolhida para o trabalho. O próximo capítulo tece alguns comentários a respeito do tratamento dado ao material que engendrou a pesquisa. O quarto capítulo envolve a aplicação direta da teoria exposta anteriormente. Esta dissertação aplica a teoria linguística conhecida como Análise do Discurso (AD) de linha francesa para análise de artigos recolhidos no jornal *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1942 e 1948, período escolhido por ser historicamente delimitado pela *Shoah* e pela declaração de independência do Estado de Israel.

Palavras-chave: Análise do Discurso, *Shoah*, interdiscurso, memória discursiva, não-ditos, implícito, silêncio, sujeito, artigos, jornal, Segunda Guerra Mundial.

Abstract

The present work is constituted of four main parts, each one dedicated to a topic. In the introduction, it will be told which problems were rose to the study, how they shall be approached and which objectives are expected to be reached. On chapter I, it will be done a brief review of the literature that approaches important historic aspects to comprehend the context of this work's production. The next chapter makes some comments regarding the treatment given to the matter that engendered the research. The fourth chapter involves the direct application of the theory previously exposed. This dissertation applies the linguistic theory known as Discourse Analysis (DA) from the french branch in order to analyse articles taken from the newspaper *O Estado de S. Paulo* between the years of 1942 and 1948, a stage chosen for being delimited by the *Shoah* and the declaration of independence from the State of Israel.

Keywords: Discourse Analysis, *Shoah*, interdiscourse, discursive memory, not said, implicit, silence, subject, articles, newspaper, Second World War.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1	
1.1 O tema frente à historiografia contemporânea	15
1.2 <i>A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia: ideologia e memória nas páginas de “O Estado de S. Paulo”</i>	20
Capítulo 2	
2.1 A Análise e o Discurso	22
2.2 Discurso e Memória: os pré-construídos do interdiscurso	24
2.3 O sujeito, as formações imaginárias e o autor	28
2.4 O silêncio	31
2.5 Poder e discurso	35
Capítulo 3	
3.1 A escolha do material de análise	38
3.1.1 Conde Emmanuel de Bunnigsen (1875 - 1955)	40
Capítulo 4	
4.1 Análise: <i>Homens ou animais ferozes?</i>	42
4.2 Análise : <i>Nova onda de anti-semitismo</i>	53
4.3 Análise: <i>Terrorismo no velho mundo</i>	64
4.4 Análise: A luta pela moralidade	72
4.5 Análise: Sobre a Palestina	82
4.6 Análise: Na Palestina	92
Considerações Finais	98
Anexos	
<i>O Judeuzinho</i>	101
Anseios Superiores	111
Lista parcial de documentos	118
Bibliografia	130

Introdução

Eu penso que a seleção e a combinação de palavras, de certo modo, é uma escolha moral. Ao preferir um verbo em particular, ao evitar clichês e expressões idiomáticas ou ao empregá-los ironicamente, toma-se uma decisão que pode ter, ao menos microscopicamente, uma consequência ética. As palavras podem matar: sabemos disso muito bem. Mas as palavras também podem, em certa medida, curar às vezes.

As palavras acima são do escritor israelense Amós Oz e, mais do que uma posição subjetiva do autor, elas revelam possíveis efeitos provocados pela forma de construção de um texto. Mais do que significante(s) e significado(s), a materialidade linguística, compreendida como estrutura complexa, faz-se de sentido(s), de discurso(s). Por meio da análise de tais discursos é possível revelar posições de sujeito, lugares de poder.

Compreender o discurso não é, contudo, apreender um conteúdo. Quando se tem o objetivo de verificar o funcionamento dos discursos, interpretar um texto, por exemplo, com formulações do tipo “o que isto quer dizer?” seria uma especulação sem valor em torno do dito. A pergunta de interesse do estudo discursivo envolve a análise dos meios pelos quais uma mensagem significa: que mecanismos linguísticos construíram os sentidos, quais sujeitos falam e como se constituem - que ideologias estão representadas no discurso e o que está calado. A língua é feita de discursos, os quais constituem o(s) sentido(s) da comunicação. É preciso perguntar, assim, quais os sentidos de um texto, de que forma ele os transmite, o que está silenciado e o que é recuperável por meio de implícitos.

O sentido está, por sua vez, atado à História e aos sujeitos. Mas o discurso carrega em si marcas deste laço. A História, portanto, na perspectiva da Análise do Discurso (AD), é inseparável do discurso à medida que todo texto foi construído em um tempo histórico, com valores, hábitos, ideologias e, conseqüentemente, sujeitos determinados. O discurso é atravessado historicamente, contudo *não é um reflexo da situação, nem está mecanicamente determinado por ela*¹.

¹ Eni ORLANDI. *Discurso e leitura*, p.55.

Graças a essa relação não automática entre discurso e História é que surgem possibilidades interessantes para uma investigação. O deslocamento de sentido, o silenciamento, a interpelação dos sujeitos - conforme notou Althusser - em que *a condição última da produção é a reprodução das condições de produção*², são processos passíveis de observação em tipologias de linguagem diversas. Por outro lado, tais pontos podem, quando analisados em torno de um tema histórico específico, levar à ampliação de sentidos acessíveis aos sujeitos situados na atualidade.

A partir dessa perspectiva, propõe-se uma análise do discurso de textos produzidas pelo jornal “O Estado de S. Paulo” (OESP) de janeiro de 1942 a maio de 1948. Este período foi escolhido para uma pesquisa que fosse capaz de captar diferentes posições de sujeito em relação aos judeus. Sabe-se que 1942 é um ano marcado na História como o início do extermínio em massa dos judeus³ - *Shoah*⁴ ou Holocausto⁵ - e 1948 é o marco para a independência do Estado de Israel. Tais datas são, assim, capazes de reunir em seu percurso posições de sujeito cujas marcas discursivas podem ser mais evidentes.

Não são, entretanto, somente os eventos históricos supracitados que contribuem para ressaltar marcas no discurso. No Brasil, trata-se de um momento político com o imperativo da censura: a ditadura de Getúlio Vargas contava com um órgão regulador de informações veiculadas pela imprensa, o Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP. Nesta situação, como demonstra Orlandi⁶, a censura

² Louis ALTHUSSER, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, p. 53.

³ As datas sofrem alteração conforme a fonte, mas é consenso que em dezembro de 1941 começaram as execuções em massa: *Em Chelmno, as execuções com gás em caminhões cobertos começaram em 8 de dezembro de 1941. Em Belzec, câmaras de gás principiaram a funcionar em março de 1942. Em Sobibor foi em maio e em Treblinka, em julho. De 1942 a 1945, Auschwitz constituiu-se na maior de todas as indústrias de morte.* (Luiz Roberto LOPEZ, *Do Terceiro Reich ao novo nazismo*, p.98,)

⁴ *Shoah* (catástrofe) é a palavra hebraica utilizada para se referir ao massacre de 6 milhões de judeus. É pelo seu significado que tal palavra será utilizada neste trabalho, preterindo-se o uso de Holocausto, conforme sugestão do *Yad Vashem* (museu da *Shoah*) de Jerusalém. (*Yad Vashem, The Holocaust: definition and preliminary discussion*, 2008).

⁵ A palavra holocausto na acepção contemporânea - “*assassinato de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial – chamado de Holocausto ou Shoah*” (KATZ, 2004, p.406) - começou a ser usada no início de 1941, mas não de maneira específica. Tratava-se de “um holocausto” e não de “o holocausto”. Somente na década de 80, foi estabelecido o nome “Holocausto” – com H maiúsculo – para designar o genocídio dos judeus na Europa nazista. (United States Memorial Museum, *What’s the origin of the word Holocaust?*, 2005)

⁶ Eni ORLANDI, *As formas do silêncio, passim*.

permite observar um modo particular de inscrição do sujeito que, ao mesmo tempo que tem controlados os sentidos passíveis de publicação, também pode perceber uma autoridade visível (reguladora) e, assim, responder ao tangível, expondo um discurso em que o silêncio e o implícito se tornam elementos de destaque.

Conforme aponta Eni Orlandi⁷, o silêncio não apresenta marcas: ele não se recupera por meio do dito. Já o implícito faz parte do recuperável, dos pressupostos marcados pelo que está inscrito, é material portanto. A proposta deste trabalho é estudar o **implícito e o silêncio como estratégias discursivas fundantes do já-dito** (interdiscurso) a respeito dos temas *Shoah* e Constituição de Israel na discursividade de parte dos brasileiros.

Embora possa existir a idéia de que os assuntos mencionados estejam com suas possibilidades de estudo exploradas em demasia, existem pouquíssimas publicações brasileiras que examinam, por exemplo, a *Shoah*. Dentre elas, há um número ainda menor de trabalhos que se remetem a documentos da época: periódicos, documentários, fotos e cartas. Há também obras de referência que deveriam tratar do assunto, mas nem sequer o mencionam. Em uma obra de divulgação como a enciclopédia Mirador, o tema Segunda Guerra Mundial ocupa vinte e cinco páginas e em nenhuma delas há menção ao Holocausto. Na seguinte passagem, os judeus não são citados e nem constam no número de mortos

*De todos os conflitos registrados na história, a Segunda Guerra Mundial foi o que teve maiores e mais profundas conseqüências. As perdas humanas foram enormes: calcula-se que morreram em combate cerca de 17 milhões de homens, dos quais 7,5 milhões de soviéticos, 3,5 milhões de alemães, 2,2 milhões de chineses, 1,2 milhões de japoneses, 545 mil cidadãos da Comunidade Britânica e 292 mil norte-americanos.*⁸

Esta omissão se repete sobretudo em enciclopédias da década de 80. Na Enciclopédia Alfabética de 1988, não consta o vocábulo “Holocausto”. Além disso, destaca-se o registro feito para o verbete “judaísmo”:

⁷ Cf. *Ibid.*

⁸ Enciclopédia Mirador Internacional, p.5587.

*(...) A opressão religiosa estendeu-se até 1773, quando o marquês de Pombal aboliu a distinção entre cristãos-novos e velhos (...) A partir de 1850 judeus de várias procedências se espalharam por todo país. A imigração toma novo impulso no final do século XIX com a vinda de judeus da Grécia, Turquia, Líbano, Palestina, Polônia e principalmente da Rússia, fugindo dos pogroms (...) A imigração de ashkenazim (judeus europeus de cultura iídiche) deu-se no início do século XX, principalmente no Rio Grande do Sul (...) Antes disso, imigrantes esporádicos já haviam se dirigido para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná (...) **A partir de 1933 começaram a chegar judeus alemães refugiados (...) Tantos eram os que queriam entrar que foi necessário ao governo tomar medidas restritivas.**⁹*

Acima, as causas que provocaram a fuga de judeus europeus não estão escritas nem sequer poderiam ser deduzidas por entrelinhas. Ao contrário, cria-se a impressão de que o Brasil era um país cada vez mais atraente e cheio de oportunidades - tudo que um imigrante busca. Tampouco é dito que as medidas restritivas partiram de um governo autoritário e eram direcionadas a grupos específicos (judeus e “amarelos”), mas não à imigração em si (aos italianos não couberam restrições à entrada no país).

Ainda, embora exista na comunidade acadêmica a suposição de que as informações da História Geral sejam parte da formação intelectual do brasileiro, uma vez que compõem o conteúdo comum de Ensino Médio e há décadas são disponibilizadas para o grande público através de inúmeros filmes produzidos pela indústria cinematográfica¹⁰, não se pode sustentar este pensamento pelo viés da memória nacional. Pesquisas realizadas sob encomenda do *American Jewish Committee*¹¹ mostram que somente 68% dos brasileiros disseram ter conhecimento do extermínio de judeus durante a 2ª Guerra Mundial. Cinco por cento são capazes de relacionar Auschwitz, Dachau e Treblinka a campos de concentração (AJC, 2001). Já em paí-

⁹ Enciclopédia Alfabética em um único volume, p. 437. O grifo é meu.

¹⁰ *Shoah*, um documentário de nove horas de duração feito por Claude Lanzmann em 1985, causou um impacto muito maior na consciência pública por todo o Leste do que qualquer outro trabalho anterior. (LAQUEUR, 2001, p. xvii)

¹¹ Grupo formado em 1906 nos Estados Unidos com o intuito de proteger a população judia.

ses como França, Alemanha e Polônia, esse percentual é superior a 90%. (AJC, 1999).

As consequências registradas no Brasil pelo apagamento mnemônico de um dos acontecimentos mais notáveis da humanidade constituem um terrível aspecto da educação. As raízes desse processo de esquecimento exigem investigação acadêmica. Daí a tentativa de se apreender, por meio da AD, possíveis contribuições de um dos maiores jornais em circulação no Brasil, “*O Estado de S. Paulo*”.

Artigos e reportagens diversos constituíram parte do discurso de um período histórico singular sob variados aspectos e contribuíram para a formação do pensamento de muitos leitores brasileiros¹². Como o esquecimento da *Shoah* mostra-se, de acordo com a pesquisa supracitada, notório, é possível investigar em que medida um grande jornal pode estar associado a este processo. O não registro de um evento histórico ainda hoje ímpar também pode ter consequências graves como, por exemplo, a crescente popularidade de movimentos racistas espalhados por todo o Brasil¹³.

O presente texto irá se dividir em partes fundamentais: a primeira delas versará sobre o tema *Shoah* em publicações nacionais. A segunda tratará fundamentalmente do discurso: peculiaridades e definições segundo a AD, incluindo um importante detalhamento de conceitos fundamentais utilizados na análise do material captado por meio da leitura de microfilmes¹⁴, com destaque para o implícito e o silêncio. Posteriormente, as análises feitas servirão para configurar o quadro que engendrará o último momento, a conclusão.

¹² Conforme aponta Telma MADIO em tese de doutorado apresentada a USP em 2005, no ano de 1930, a tiragem do jornal chegava a 100 mil exemplares.

¹³ A partir do século XXI, a internet adquiriu especial papel para propagação de ideologias nazi-fascistas. Diversas organizações deste tipo possuem *websites*, os quais foram cuidadosamente estudados por Adriana DIAS na dissertação *Anaucronautas do teutonismo virtual: Uma etnografia do neonazismo na Internet*.

¹⁴ Os microfilmes foram digitalizados e estão disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth (Centro de Pesquisa e Documentação Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Cidade Universitária Zeferino Vaz - Campinas, SP.)

Capítulo 1

1.1 O tema frente à historiografia contemporânea

A *Shoah* e a Independência do Estado de Israel foram e continuam sendo temas muito abordados nos estudos históricos em geral. Desde a história das guerras até as historiografias preocupadas com a mentalidade alemã, diversos aspectos dos dois assuntos foram pesquisados por profissionais de diferentes linhas. O número de obras nacionais a respeito de ambos os temas cresce acompanhando a tendência internacional, conforme o aparecimento de novos documentos.

No Brasil, um dos mais importantes levantamentos de fontes no período do Estado Novo (correspondente aos anos da 2ª Guerra) foi feito por Carneiro em seu estudo sobre o antissemitismo na Era Vargas. De acordo com a autora, a ditadura de Vargas fez severas restrições à entrada de judeus no Brasil. A obra também esclarece um dos pontos mais obscuros da recente História do Brasil: o porquê do voto favorável e definitivo à criação do Estado de Israel dado por Oswaldo Aranha – apresentado como personalidade controversa e pouco simpática aos judeus. Carneiro foi capaz de encontrar uma carta na qual Oswaldo Aranha recebia ordens para votar de acordo com as grandes potências, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos¹⁵. Graças à pesquisa com inúmeras fontes primárias, o livro escrito pela historiadora se mostra o mais completo trabalho sobre o comportamento do Estado brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial.

Ricardo Seitenpus, na obra *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, corrobora a pesquisa de Carneiro. O autor assegura que

A historiografia brasileira apresenta o período posterior a 1939 como sendo caracterizado pela incerteza das opções que se apresentavam ao Brasil na cena internacional, na medida em que o país é capaz de, a todo momento, inclinar-se para um lado ou para outro. Os Estados Unidos acreditaram nessa possibilidade até 1942. Ora, apesar das aparentes idas e vindas, a política externa brasileira obedece efetivamente, a partir de março de 1938, a rígidos princípios orientados por um entendimento com os Estados Unidos, percebido como necessário e indispensável¹⁶.

¹⁵ Cf. Maria CARNEIRO, *O Anti-Semitismo na Era Vargas*.

¹⁶ Ricardo SEITENPUS, *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, p.324.

Em outras obras, é possível encontrar referências sobre o comportamento dos jornais durante a 2ª Guerra Mundial. Garcia, em seu livro “*O Estado Novo: ideologia e propaganda política*”, comenta a organização da sociedade brasileira no período de 1937-1945. É nele que se encontra a maior consideração acerca do trio imprensa-guerra-estado novo. Além de dizer que os jornalistas exaltavam a figura de Vargas, o autor também observa:

*Durante a guerra, eram apenas permitidas notas lacônicas relativas a comunicados oficiais dos países combatentes. Após o rompimento de relações com o Eixo (...) a censura liberou os comentários favoráveis aos aliados*¹⁷.

Já Mota e Capelato, ao narrar a história da *Folha de S. Paulo*, chegam a destacar em um subtítulo *A ‘Folha’ e a Segunda Guerra Mundial*. Contudo, os autores prezam a situação social predominante durante a época, cuja instabilidade fez nascer um sentimento de que a América era o futuro da humanidade. Além disso, enfatizam o impacto das teorias raciais no Brasil. Segundo consta na obra, chegou a existir repúdio à imigração de asiáticos. Concluem, por fim, que aquele período é *interpretado como um momento de anormalidade, de trevas, de interrupção da evolução que seria retomada nesse momento*¹⁸ (1945).

Também a Segunda Guerra foi citada sob o ponto de vista do jornal *Correio da Manhã*. As considerações encerradas no parágrafo dedicado à “vinda” da guerra revelam apenas a posição adotada pela política nacional. Não há qualquer exposição sobre os fatos noticiados, apesar de Andrade afirmar que o diretor do jornal, Paulo Bittencourt, combateu a filosofia varguista. Como se vê no trecho:

Veio a guerra. Opondo-se à falsa neutralidade da ditadura filofascista, Paulo Bittencourt desmascarou o isolacionismo hipócrita. Demonstrou que não se tratava de uma guerra entre nações, mas entre ideologias; que o Brasil não podia ficar nas arquibancadas e que a guerra não acabaria com a

¹⁷ Nelson GARCIA. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*, p. 113.

¹⁸ Carlos MOTA e Maria CAPELATO. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*, p. 94.

*última batalha e que nosso país não podia continuar alheio aos anseios democráticos da época*¹⁹.

A grande parte das obras está concentrada em torno da atuação da censura. Entretanto, apenas uma menção direta sobre a ação do DIP nos jornais foi registrada²⁰. Gambini refere-se pontualmente ao veto à publicação de um discurso de Stalin no mesmo ano em que a Rússia viu-se invadida por tropas alemãs:

*No tocante noticiário da guerra, o DIP chegou ao desprazo de submetê-lo integralmente aos seus filtros suspeitos (...) o Diário de S. Paulo divulgou em 1a mão o assalto germânico à Rússia e o conseqüente discurso de Stalin, imediatamente vetado pelo DIP*²¹

Costella examina com cuidado a legislação empregada no Brasil desde 1937 e cita artigos da constituição ditatorial: o *artigo 122 exterminava a liberdade de imprensa, admitindo desabridamente a censura*²². Afirma, ainda, que houve coerção do jornal *O Estado de S. Paulo*.

*Várias vezes subjugou por meio da força armada as poucas vozes que insistiam em esganiçar-se em prol da democracia. Tal foi o caso, entre outros, de “O Estado de S. Paulo” (...) Alegou-se que a direção do jornal fomentava a luta armada (...) a ocupação alongou-se até 1945*²³.

Como se sabe, não foi apenas na chamada Era Vargas que a censura imperou. Durante a ditadura militar (1964-1985), ela também foi bastante atuante.

¹⁹ Jéferson ANDRADE. *Um jornal assassinado – a última batalha do Correio da Manhã*. p. 306.

²⁰ O que se sabe é que, de acordo com o Art. 11 do Decreto-lei nº 1.949 de 30 de dezembro de 1939, *É passível de punição a publicação de notícias ou comentários falsos, tendenciosos ou de intuito provocador, induzindo ao desrespeito e descrédito do país, suas instituições, esferas ou autoridades representativas do poder público, classes armadas ou quando visem criar conflitos sociais, de classe ou antagonismos regionais*.

²¹ R. GAMBINI. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*, p. 57.

²² Antônio COSTELLA. *O controle da informação no Brasil*, p. 110.

²³ Antônio COSTELLA. *O controle da informação no Brasil*, p. 114.

Os autores Aquino e Pery estudaram a censura nesse momento. O primeiro fala sobre o autoritarismo exercido sobre todos os jornais durante a fase mais violenta da ditadura²⁴; o segundo analisa somente o impacto sob o *Correio da Manhã* desde 1960²⁵. Ambos não rememoram o período de Vargas – é como se a censura fosse inaugurada na década de 60.

Por fim, um outro estudo sobre o período em questão confirma o que foi dito acima: a maioria das obras sobre a imprensa na Era Vargas está voltada à análise da censura. Desta forma, Medeiros busca revelar o pensamento autoritário de alguns ideólogos de 1930-1945²⁶, desconsiderando as consequências desse autoritarismo na produção e veiculação de notícias.

Existem ainda algumas obras sobre a atuação das forças armadas brasileiras em combates ao lado dos aliados. A maior parte, entretanto, restringe-se a relembrar detalhes do dia a dia dos soldados, principalmente os da FAB e FEB²⁷. Tais escritos, contudo, estão calcados na memória, sem a análise documental. Joel Silveira, por exemplo, escreve na obra *II Guerra - momentos críticos* que o texto ali apresentado *não sendo um livro de historiador, mas de jornalista, nele se exigia uma linguagem clara e o mais fiel possível à verdade dos fatos*²⁸.

Abre-se aqui, então, um espaço para enxergar o papel da memória na História. Constantemente presente nas discussões de historiadores, sobretudo a partir dos anos 70, o papel da memória é tema de um texto bastante esclarecedor que disserta sobre diferentes posturas teóricas - desde a que comparava “o historiador a um juiz que verifica a credibilidade das diversas testemunhas”²⁹, até a que encarava a transformação do conceito de verdade histórica, de abordagem e método.

²⁴ Cf. Maria AQUINO. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968 – 1978)*.

²⁵ Cf. Pery COTTA. *Calandra – sufoco da imprensa nos anos de chumbo*.

²⁶ Cf. J. MEDEIROS. *Ideologia Autoritária no Brasil 1930-1945*.

²⁷ Cf. João FALCÃO, *O Brasil e a 2ª Guerra* e Joel SILVEIRA, *A luta dos pracinhas: a força expedicionária brasileira na II Guerra Mundial*.

²⁸ Joel SILVEIRA, *II Guerra - momentos críticos*, p.16.

²⁹ Carlo GINZBURG, *Unus testis - O extermínio dos judeus e o princípio da realidade*, p. 215.

Dessa maneira, não mais havia sentido em invalidar como dignos de análise histórica os testemunhos subjetivos, pois o conceito de verdade em si e de fato histórico havia se modificado. A perspectiva foi ampliada ao ponto em que *“qualquer documento, a despeito de seu caráter mais ou menos direto, sempre guarda uma relação altamente problemática com a realidade”*³⁰, encarando-o como algo *capaz de depor apenas sobre si, independente de sua natureza*³¹. Em concordância, aparecem ainda palavras como as do historiador E.H. Carr:

*Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava - o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o*³²

Sob essa perspectiva histórica, também são objetos para estudo obras como a do jornalista Sidney Grambone. Nesta publicação que resultou de uma dissertação³³, há um prefácio em que a também jornalista Ana Paula Padrão discute brevemente a imparcialidade jornalística e conclui afirmando que o distanciamento, no tempo, é um fator essencial para a compreensão não apenas da História relatada, mas também das formas pelas quais a imprensa abordou um ou outro lado da questão. Neste caso, o jornalista declara como foi vista a Segunda Guerra Mundial.

*(a II Guerra foi) destacada historicamente e retratada das formas mais variadas possíveis, seja através dos depoimentos de pracinhas ainda vivos, seja através de estudos aprofundados sobre como o governo Getúlio Vargas viu e participou do segundo litígio universal*³⁴.

³⁰ *Ibid.*, p. 229.

³¹ É claro que, como em todas as Ciências Humanas, sempre haverá espaço para diferentes posicionamentos. Uma visão diferente sobre como lidar com a memória pode ser encontrada em livros como *“A indústria do Holocausto”*, de Norman Finkelstein.

³² E.H. CARR. *Que é história?*, p. 18.

³³ Cf. Sidney GRAMBONE, *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*.

³⁴ Sidney GRAMBONE, *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*, p.21.

Hoje comprova-se a fala de Grambone, pois é grande o número de estudos sobre o período. Contudo, na época, são mais comuns testemunhos como os do judeu Fiszel Czeresnia, que viveu os anos de guerra no bairro do Bom Retiro. Ele relata que *“pode parecer incrível, mas entre 1939 e 1945 não havia informações exatas sobre a extensão do holocausto”*³⁵. O que se pode afirmar, portanto, com base nas palavras acima, é que os eventos da Segunda Guerra Mundial, acontecimento determinante do futuro político e social de parte da humanidade, têm diferentes percepções, estão calcados em memórias diversas e nem sempre são registrados para a posteridade. Por isso, também, o acesso a documentos relativos a este turbulento período histórico no Brasil é difícil.

Já sobre os anos posteriores (1946, 1947 e 1948), as informações são ainda mais escassas. Eurico Gaspar Dutra, ministro de guerra durante o Estado Novo, presidiu o país de 1946 a 1950. Este período da História do Brasil não é muito estudado. Uma das poucas obras que analisam o governo Dutra é uma fonte cujas considerações são oficiais. Trata-se de um livro, escrito por Osvaldo Vale, comemorativo do governo Dutra³⁶. Nele, lê-se que o General Dutra era um herói de guerra e que não apenas pôs fim à censura como incentivou o debate de idéias, legalizando, por exemplo, o Partido Comunista e anistiando Prestes. Não há, portanto, pesquisas para confirmar ou não o que se afirma na obra de Vale.

Esta pobreza de material a respeito de Dutra, por outro lado, instiga ainda mais a pesquisa proposta neste projeto. Até que ponto o suposto fim da censura influenciou o discurso específico sobre o genocídio é um mistério a ser desvendado.

1.2 A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia: ideologia e memória nas páginas de “O Estado de S. Paulo”

A mais importante contribuição para o objetivo deste trabalho - analisar a construção da discursividade brasileira em torno da *Shoah* e de Israel - foi dada em 1998. A dissertação de mestrado *A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia: ideologia e memória nas páginas de “O Estado de S. Paulo”*, de Antonio R. Gugliel-

³⁵ Fiszel CZERESNIA, *Uma história para meus netos*, p. 75.

³⁶ Cf. Osvaldo VALE, *O General Dutra e a Redemocratização de 45*.

mo³⁷, veio preencher uma imensa lacuna na historiografia nacional. O trabalho de Guglielmo, ao investigar o jornal “*O Estado de S. Paulo*” de 1933 a 1945, permitiu responder a importantes perguntas, revelando quais notícias vieram ao público desde a subida de Hitler ao poder (1933) até o fim da Segunda Guerra (1945). Graças ao levantamento feito junto ao arquivo do jornal, é possível constatar que, ao contrário do que se poderia imaginar até 1998, a grande imprensa no Brasil não ocultou a barbárie nazista. Mesmo sob censura, notícias providas de agências internacionais apontavam o destino da quase totalidade dos judeus europeus que enfrentaram o nazismo.

O trabalho de Guglielmo foi capaz de catalogar uma série de notícias a respeito de deportações de judeus, política interna e externa do Brasil, antissemitismo, campos de concentração e extermínio. O autor apresenta como objetivos dessa coleta estabelecer *uma comparação entre a cobertura dada pela imprensa e os fatos reais*³⁸. Na página seguinte, o Guglielmo reafirma o que já foi dito aqui anteriormente:

*A historiografia brasileira ainda não abordou profundamente este tema e nem se preocupou em investigar suas implicações na formação e mobilização da opinião pública*³⁹

Há dificuldade, entretanto, no estabelecimento das conclusões, pois os *fatos reais* aos quais se refere Guglielmo não são definidos, mas também evidentemente produtos de trabalhos dotados de discurso(s). Ao afirmar que *o jornal não deixou de noticiar, apesar de omitir e manipular informações, com base no discurso jornalístico*⁴⁰, o autor não mostra as informações as quais ele considera que não sofreram manipulação. Além disso, o **discurso jornalístico** não foi esclarecido, tornando, dessa forma, a sentença pouco inteligível e passível de contestação.

³⁷ GUGLIELMO, A. R. *A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia: ideologia e memória nas páginas de “O Estado de S. Paulo”*, 1998, 395p. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Cultura e Literatura Judaica) USP. São Paulo.

³⁸ *Ibid.*, p.7.

³⁹ Antonio Roberto GUGLIELMO, *A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia: ideologia e memória nas páginas de ‘O Estado de S. Paulo’*, p.9.

⁴⁰ *Ibid.*, p.42. O grifo é meu.

Capítulo 2

2.1 A Análise e o Discurso

Conforme afirma Maingueneau, *assiste-se a uma verdadeira proliferação de empregos da expressão ‘análise do discurso’ (...) o sintagma completo, análise do discurso, que está sendo arrastado a uma circulação incontrolável*.⁴¹ É, portanto, urgente expor a teoria que fundamenta uma análise do discurso (AD) a fim de que esta tão explorada atividade seja um exemplo do que formularam teóricos como Michel Pêcheux, Foucault, Dominique Maingueneau e Eni Orlandi.

Na AD, existe a noção de discurso como um aglomerado de enunciados que apontam para diferentes formações discursivas e para sujeitos, que por sua vez estabelecem relações de poder. Apesar de a unidade textual ser material de análise, são os enunciados linguísticos os portadores dos discursos. Como explica Orlandi:

*A relação entre texto e discurso não é biunívoca (um discurso não é igual a um texto e vice-versa). Por outro lado, o texto é unidade de análise, mas não é unidade de construção do discurso. Nem por isso deixa de ser um conceito mediador imprescindível: a unidade de construção do discurso é o enunciado, mas ele tem de ser referido ao texto para poder ser apreendido no processo de construção do discurso.*⁴²

Assim, estabelece-se a diferença entre materialidade (texto) e discurso (enunciados do texto). Os enunciados são determinados pela prática discursiva, diferem do texto por adquirirem existência apenas no momento de sua enunciação. São, portanto, indissociáveis de praticantes, os sujeitos, uma noção que será abordada posteriormente e que se liga ao conceito de autoria.

Ainda, fundamentalmente, o discurso, conforme encarado pela AD, a partir das considerações de Michel Pêcheux, é um veículo para a ideologia. Todo discurso é ideológico, embora as marcas que explicitam tais ideologias sejam mais ou menos visíveis em diferentes enunciados. Para a AD, então, não é preciso encarar

⁴¹ Dominique MAINGUENEAU, “*Novas tendências em análise do discurso*”, p. 11.

⁴² Eni ORLANDI, *Discurso e leitura*, p. 59.

um texto partidário ou religioso para que se tenha nele a ideologia. Esta nomenclatura, cujo significado original - “ciência das idéias” - remonta ao começo do século XIX⁴³, é a essência de qualquer discurso e a AD parte da *idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, portanto trabalha a relação língua-discurso-ideologia*⁴⁴.

Tendo em vista tais proposições, pode-se propor o seguinte esquema a fim de clarificar o conceito de discurso e suas implicações:

Versar sobre o conceito de ideologia não é objetivo deste estudo, mas é necessário declarar que o estudo da ideologia em si não é parte da Análise do Discurso e a concepção dominante na AD de linha francesa, iniciada com a publicação de Pêcheux, é a de que

*A ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenómeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos (...) a ideologia é, pois, um instrumento de dominação de classes (...) o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concreta.*⁴⁵

⁴³ Sobre a gênese do termo ideologia até sua acepção contemporânea, ver Ricardo SILVA. “A ideologia do Estado Autoritário no Brasil”.

⁴⁴ Eni Orlandi, *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*, p.17.

⁴⁵ Marilena CHAUÍ. “O que é ideologia?”, p. 78, 102 e 103.

Como já foi comentado, os mecanismos de construção de ideologias estão presentes no discurso. Uma análise que os exponha por meio de estudo linguístico - que é o princípio para abordagem dos enunciados de um texto - pode ser chamada de Análise do Discurso. Um pensamento bastante comum entre os leigos pode encarar a AD como interpretação de texto. Porém, como revela Ricoeur, o caminho da interpretação passa pela crítica. *A crítica das ideologias é o atalho que a compreensão de si deve necessariamente tomar, caso esta deixe-se formar pela coisa do texto, e não pelos preconceitos do leitor.*⁴⁶ À medida, portanto, que o objetivo deste texto não se aproxima de críticas de ideologias - embora às vezes seja extremamente difícil não realizá-las - também não se relaciona à interpretação ou compreensão de texto. Esta diferenciação é a primeira condição para o entendimento do que será apresentado ao longo da dissertação.

2.2 Discurso e Memória: os pré-construídos do interdiscurso.

Em 1959, o Major Elber de Mello Henriques, um auto-denominado “egresso do integralismo”, escreveu em suas memórias relacionadas à participação da FEB, Força Expedicionária Brasileira, na 2ª Guerra Mundial: *Também em Vada começaram a ter êxito as investidas donjuanescas da tropa (...) A assistência feminina italiana à FEB nada deixou a desejar*⁴⁷

Diante da brutalidade de uma guerra, o Major foi capaz não somente de se lembrar do evento acima, mas ainda de registrá-lo em forma escrita. Teorias afirmam que experiências traumáticas são capazes de apagar o que de doloroso poderia guardar a memória de um indivíduo. Tratar-se-ia de um mecanismo natural de defesa para que o indivíduo conseguisse continuar vivendo. Tal prática estaria, contudo, fora do domínio consciente: um esquecimento patológico. No caso do Major Elber, entretanto, o esquecido a respeito da guerra (as mortes, a fome, a degradação) possui indícios de opção, de escolha consciente. Fala-se do papel importante das tropas em batalhas na Itália, dos pratos que comiam e até de algumas derrotas. Porém, mesmo 12 anos depois da *Shoah*, após os quais o militar publicou suas memórias, a ocorrência de assassinato em massa permaneceu não textualizada.

⁴⁶ Paul RICOEUR. “Interpretação e ideologia”, p. 59.

⁴⁷ Major Elber de Mello HENRIQUES. “A FEB doze anos depois”, p.45.

Adorno diz que *o esquecimento do nazismo pode ser explicado muito mais a partir da situação geral do que a partir da psicopatologia*. E completa: *Apagar a memória seria muito mais um resultado da consciência vigilante do que resultado da fraqueza da consciência frente à superioridade de processos inconscientes*⁴⁸.

Todavia, o apagamento da memória - independente de suas motivações - significa e por isso mesmo é possível apontá-lo. A língua, por meio da qual se exprime um discurso, contém memória. O que se diz compõe parte do que é recuperável no discurso. A outra parte pode ser recuperada justamente pelo não dito, o oculto. As diferenças entre o dizer e o não dizer são capazes de demonstrar do que se constitui a memória: por que dito isto e não aquilo? Por que desta forma? A memória não só é parte do discurso como a base do mesmo. Todo discurso tem uma(s) memória(s) intrínseca a si mesmo e, para significar, deve carregar certos significados e calar outros. Toda memória, portanto, relatada em discurso, contém silêncio.

Orlandi atesta que *não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e silenciamentos*⁴⁹. Fator primordial para a existência da memória e, por sua vez, também do discurso. O silêncio está na base de todo dizer e será posteriormente discutido neste texto.

Ainda, conforme foi dito, se a memória é a base do discurso, o que a compõe e estrutura? Segundo Halbwachs, a memória é como

*o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade" (...) "a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que não tem nada de artificial,, pois ela só retém do passado o que dele ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém*⁵⁰

⁴⁸ Theodor ADORNO. *Educação e emancipação*, p. 34.

⁴⁹ Eni ORLANDI, *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*, p.59.

⁵⁰ Maurice HALBWACHS, *The Collective Memory*, p.70., apud. Pierre ACHARD, *Papel da memória*, p. 25.

O que será tratado aqui como memória discursiva (pois trata-se de uma memória circunscrita a uma série de discursos) é, portanto, de acordo com Halbwachs, sustentada tanto individual quanto coletivamente e aparece como o substrato do passado. No discurso, a memória é responsável pela composição de pré-construídos. De acordo com Mariani, é

*Na memória social está a garantia de um efeito imaginário de continuidade entre as épocas, ou, em outras palavras, a manutenção de uma narrativa coerente para uma formação social em função da reprodução/ projeção dos sentidos 'hegemônicos'*⁵¹

Os pré-construídos compõem a memória discursiva coletiva à medida que são - como o nome sugere - formulações anteriores à própria constituição das idéias correntes em uma coletividade. Por exemplo, estereótipos são pré-construídos cuja origem é irrecuperável ou desinteressante. Pré-construídos sobre os judeus constituem na memória coletiva idéias como “todo judeu é rico”, “os judeus são mais inteligentes”, “os judeus são narigudos”, “os judeus são pães-duros”, “os judeus são capitalistas”, “os judeus são comunistas” e outros, dependendo da coletividade na qual determinada prática discursiva é vista.

Os pré-construídos são elementos do interdiscurso: os vários discursos que atravessam um discurso e estão fundados nos implícitos. Dessa forma, um discurso, por exemplo, pode não girar em torno do tema “os judeus são ricos”, mas a sua construção, quando analisada, demonstra que as bases que funcionam para a constituição dos sentidos estão fundadas nos discursos antissemitas. O que opera naquele momento é, portanto, um pré-construído (implícito) que está na base do interdiscurso de um determinado discurso. Pêcheux comenta a relação discurso, memória e pré-construído da seguinte forma:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como um acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-

⁵¹ Bethania MARIANI, *O Comunismo Imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*, p. 35.

transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.⁵²

Uma vez estabelecido que os pré-construídos são implícitos, diz Achard:

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase⁵³

Pierre Achard na consideração acima relaciona não apenas o implícito ao imaginário (pré-construído), mas também ao relacionamento dele com a paráfrase. Ao mesmo tempo em que o implícito não está no discurso de forma transparente, material, ele permite sua inscrição pelo processo parafrástico. Tal processo se mostra essencial para a AD e deverá ser mais bem descrito posteriormente.

O exposto acima permite vislumbrar a seguinte configuração para os pré-construídos: pré-construídos (implícitos) → interdiscurso (ideologias)

Como se vê, o discurso engloba diversos processos em sua construção. Para alguns teóricos, a nomenclatura correta, portanto, deveria ser “processo discursivo”. Neste trabalho, e de acordo com a AD, o discurso é um processo, não devendo, assim, ser visto como um elemento que possui um começo, um meio e um fim, mas sim um contínuo cuja origem a maior parte das vezes não é determinada e cujo fim não se enxerga.

⁵² Michel PÊCHEUX, *In: Papel da Memória*, p. 52.

⁵³ Pierre ACHARD, *Papel da memória*, p.13.

2.3 O sujeito, as formações imaginárias e o autor

Pensar em sujeito, na maioria das vezes, graças à formação escolar, remete a uma categoria gramatical: sujeito da oração. Entretanto, esta parte da sintaxe do português pouco se relaciona com o sujeito discursivo. Apesar de contarem com a mesma denominação, tais sujeitos possuem diferenças essenciais: o sujeito gramatical pode ser determinado e pode ser visto como o praticante de uma ação qualquer. Por exemplo, a oração ‘João beijou Maria’ possui um sujeito gramatical simples, João. Esta mesma sentença, enquanto enunciado na AD, revelaria talvez vários sujeitos, relacionados a diferentes imaginários e, por sua vez, a diferentes formações discursivas. ‘João beijou Maria’ mostra uma relação entre um homem e uma mulher. O homem pratica a ação de beijar. Maria é beijada. A tensão de relações de dominação entre o homem e a mulher expressa um pré-construído comum em uma sociedade que julga seus cidadãos conforme o sexo. É claro, ainda, que a oração citada deve se ligar a um tempo histórico (formação discursiva) e que deve, então, produzir sentidos diferentes em diferentes épocas. Voltando à pergunta sobre qual seria o sujeito discursivo de ‘João beijou Maria’, tem-se que não existe um ou dois sujeitos que responderiam a questão, mas sujeitos vários, com formações discursivas específicas.

A intenção de se estabelecer uma diferenciação completa entre sujeito gramatical e sujeito do discurso serve para dar maior clareza ao conceito de sujeito da AD e para ditar o que neste trabalho irá envolver o conceito de sujeito: uma entidade determinada pelo processo discursivo que, no entanto, não é singular. A base para nos remetermos ao(s) sujeito(s) é sempre o discurso. Mas o sujeito não é a origem dele. Como o discurso tem que *a condição última da produção é a reprodução das condições de produção*⁵⁴, o sujeito é, segundo Pêcheux, historicamente assujeitado.

Existe uma condição para a produção do discurso: o esquecimento que o sujeito tem de fazer sobre sua própria assujeição. O sujeito não tem consciência do que historicamente o determina na construção de um discurso. A ilusão de origem é, dessa forma, fundamental para a própria discursividade. Diversas formações discursivas

⁵⁴ Louis ALTHUSSER. *Aparelhos ideológicos de Estado*, p. 53.

sivas, conforme conceitua Pêcheux logo abaixo, refletem-se no sujeito historicamente determinado.

Pêcheux define formação discursiva como

*formação social passível de se caracterizar por uma relação entre classes sociais implica na existência de posições políticas e ideológicas que não são o feito de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação (...) determinando o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura dada*⁵⁵

E também acrescenta que a formação discursiva estabelece *dependência com respeito ao 'todo complexo com dominante' das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas*⁵⁶.

Outras considerações são requeridas para o entendimento do que na AD pode ser apontado como sujeito do discurso. De acordo com Orlandi,

*não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções*⁵⁷

A explicação acima torna-se importante por dois motivos: primeiro, para excluir o outro possível entendimento de sujeito, aquele que o estabelece como indivíduo e para adentrar em um outro conceito, o da projeção que o sujeito pratica por meio do discurso. Sobre esta possibilidade de inscrição, Orlandi considera que

segundo o mecanismo de antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor 'ouve' suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao

⁵⁵ Michel PÊCHEUX et al., *apud*. Dominique MAINGUENEAU, *Termos-chave da Análise de Discurso*, p. 67. O grifo é meu.

⁵⁶ Michel PÊCHEUX, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, p.162.

⁵⁷ Eni ORLANDI, *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*, p.40.

*sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação*⁵⁸

Se o sujeito é uma entidade dentro da AD, um sujeito assujeitado pertencente a formações discursivas diversas e representado por projeções, de que maneira é possível referir-se ao responsável pela materialidade, pelo texto? De acordo com a AD, para isso é preciso remontar ao princípio da autoria.

Falar sobre o autor de um texto (note-se: nunca se falará sobre o autor de um discurso e sim sobre o(s) sujeito(s) dele implica no estabelecimento de um indivíduo responsável pela unidade complexa de significado, o texto. Há, então, o exercício de uma função, a chamada função-autor pela qual um autor pode ser identificado. Nas palavras de Eni Orlandi, *um texto pode até não ter autor específico mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele*.⁵⁹

Tanto o assujeitamento quanto o funcionamento do sujeito - sua formação discursiva e as possíveis projeções que faz de si e de seu interlocutor - juntamente com a função-autor podem ser análogas a uma série de três cenas apresentadas no filme "Harold and Maude"⁶⁰. O protagonista, Harold, ao anunciar que se casará com Maude, escuta a opinião de três profissionais diferentes: um militar, um psiquiatra e um padre. Durante estas conversas, vê-se sobre o ombro de tais profissionais diferentes quadros. O militar tem ao fundo um quadro do presidente dos Estados Unidos; o psiquiatra tem um quadro de Sigmund Freud e o padre tem um quadro do papa sobre o ombro direito.

Transpondo tais cenas para o quadro da AD, constata-se, em primeiro lugar, os autores de uma fala: os três personagens que preferem as opiniões sobre o casamento. Já os sujeitos são constituídos por implícitos (os pré-construídos) que, na cena do filme, foram transformados em quadros: um presidente, Freud e o papa. Assim, percebem-se os elementos que estruturam o discurso: diferentes vozes im-

⁵⁸ Eni ORLANDI, *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*, p.39.

⁵⁹ Eni ORLANDI, *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*, p.75

⁶⁰ *Harold and Maude*. Dir. Hal Ashby. Paramount. USA, 1971.

plícitas, de diversas fontes, que transportam várias ideologias. O autor é um veículo para conferir materialidade ao discurso, já os sujeitos são partes integradas pelo interdiscurso - os pré-construídos ditados pela memória discursiva. No entanto, como a análise do discurso, neste trabalho, lidará com material escrito, os implícitos serão remontados não por um elemento gráfico (os quadros), mas pela análise linguística das sentenças. Ainda tratando do filme, ilustra-se, por exemplo, que o discurso do psiquiatra é composto sobretudo pelo discurso psicanalítico (portanto funciona de acordo com a ideologia psicanalítica, o chamado pela AD de interdiscurso).⁶¹

2.4 O silêncio

A principal linguista brasileira a formular uma série de considerações a respeito do silêncio na AD, desde seus primeiros estudos publicados, foi Eni Orlandi. Em sua obra *“As formas do silêncio”* (1992), a autora, ao mesmo tempo que tenta definir o silêncio discursivo, também se preocupa em aplicar seu estudo em uma etapa posterior de análise. Graças a essa obra, é possível abordar outro enfoque do silêncio, o silêncio do discurso.

⁶¹ Tradução minha a partir do script do filme Harold and Maude.

149. Interior do escritório do tio Victor. Tio Victor sentado a sua mesa. Um quadro do presidente dos Estados Unidos está sobre seu ombro direito. Ele se dirige à câmera como o Presidente se dirige à nação. Tio Victor: “Harold, sua mãe tem falado comigo sobre seu plano de casamento e embora eu normalmente não tenha nada contra o casamento, eu não acho que isso seja muito normal. Agora, eu não quero lembrá-lo do desagradável incidente que ocorreu no outro dia. Eu acho que é melhor se o considerarmos esquecido. Mas eu acho que seria melhor para você não sair de casa ou apoiar qualquer tipo de atividade que pudesse ser digna de notícia. Este casamento atrairia atenção e, francamente, Harold, eu não acho que você precise de esposa. Você precisa de uma enfermeira.” 150. Interior do consultório do psiquiatra. O psiquiatra senta a sua mesa. Um quadro de Sigmund Freud está sobre seu ombro direito. Ele também parece estar se dirigindo à nação. Psiquiatra: “Não há dúvida, Harold, que este iminente casamento adiciona outro capítulo a um já fascinante caso. Mas vamos examiná-lo e eu acho que você irá perceber que há uma explicação freudiana simples para o seu enlace amoroso a essa idosa mulher. Sabe-se que é o Complexo de Édipo, uma neurose muito comum, particularmente nesta sociedade, em que a criança do sexo masculino subconscientemente deseja dormir com sua mãe. É claro, o que me confunde, Harold, é que você deseja dormir com sua avó.” 151. Interior do escritório do padre. Este é o mesmo padrego que nós conhecemos antes. Ele senta a sua mesa e se dirige à câmera como a uma audiência da TV. Um quadro do Papa está sobre seu ombro direito; um quadro de Jesus Cristo sobre seu ombro esquerdo. Padre: (muito sensata e calmamente) “Agora, Harold, a Igreja não tem nada contra a união do velho e do novo. Cada idade tem sua própria beleza. Mas a união marital é preocupada com os direitos conjugais. E a procriação de crianças. Eu seria desleixado em minhas tarefas se eu não dissesse a você que a idéia de (ele engole seco) relação sexual - o fato de seu jovem, firme -- (ficando mais perturbado) -- corpo se misturando com a carne murcha, os seios caídos e flácidas nádegas - me faz (prestes a desmaiar) - querer vomitar.”

Courtine e Haroche argumentam em um capítulo sobre o silêncio do livro “*A História do rosto*” que

*o silêncio não é porém uma ausência. A arte da calar-se é uma paradoxal arte de falar. Não basta, para calar-se, fechar a boca. O silêncio do homem não é o mutismo do animal, pois seu silêncio é expressão: ele fala a linguagem do rosto*⁶²

Se o homem é capaz de se expressar com as diferentes faces que é capaz de compor, no discurso o silêncio também significa. É necessário neste ponto especificar os diferentes silêncios. Há, como já dito, o silêncio representado por meio da não concretização da fala, o evento físico. Mas há ainda o chamado silêncio histórico e, por fim, o silêncio discursivo. Dentre as variedades de silêncio mencionadas, o silêncio discursivo é o fenômeno principal de interesse para esta pesquisa. Isto não implica, porém, que os outros possam ser ignorados ou estejam fora do que se trata aqui como discurso. A materialização do silêncio, pelo viés da História, assim como no discurso, está localizado no não dizer. No discurso, entretanto, este silêncio é fundamental para a própria existência do dizer: discurso é também silêncio. Para a História, o silêncio é encarado como uma faceta da abordagem histórica, algo que traz luz a um dos lados de um acontecimento e, por sua vez, relega o outro à escuridão. Courtine e Haroche enfatizam:

*Uma sociedade de linguagem é uma sociedade de silêncio, mas não deve ser uma sociedade de mistério (...) A arte de manter o silêncio é pois complexa. Existem coisas que é preciso calar e outras que se devem dizer*⁶³

O silenciamento histórico relaciona-se, então, a uma parte não expressa na historiografia. Contudo, as novas abordagens historiográficas vem trazendo à tona a parte não contada da historiografia convencional. Trata-se de obras que dão voz aos silenciados da história: as mulheres, os escravos, os homossexuais. Esta revisão da análise de eventos históricos somente foi possível quando certos histori-

⁶² Jean-Jacques COURTINE & Claudine HAROCHE, *História do rosto*, p.181.

⁶³ Jean-Jacques COURTINE & Claudine HAROCHE, *História do rosto*, p.182.

adores, entre eles Le Goff e Pierre Nora, ampliaram o rol de documentação a ser examinada para a escritura de uma historiografia. De acordo com Le Goff,

*“A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Lannglois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos orais, etc.”*⁶⁴

Assim, por meio desse aumento de campo documental, constituíram-se novas historiografias a fim de afastar ou diminuir o silêncio deixado pela escrita mais tradicional da História. Daí ser tão díspar este silêncio do silêncio discursivo: enquanto um pode ser recuperado por meio novos métodos de abordagem, o outro é parte do ato enunciativo. O silêncio do discurso está presente como constituinte do significado. Ele existe, portanto, até mesmo em obras historiográficas que desvendam os silenciamentos: não há discurso sem silêncio, independente do conteúdo ao qual tal discurso se relaciona. Orlandi, ao discutir o silêncio como parte indissociável de qualquer discurso, salienta que o sentido apenas é obtido por meio de silenciamentos. O silêncio pode ser visto, dessa forma, como

*aquilo que é preciso não dizer para que o texto se feche e, em consequência, seja coerente, não contraditório, capaz de unidade, de progressão em uma direção dada, tendo consequências discursivas conformes*⁶⁵

O autor Sidney Grambone, em seu livro sobre a primeira guerra mundial (1914-1918) e a imprensa, menciona que naquela época *não havia Internet. Nem televisão. Nem rádio. **Havia silêncio***⁶⁶, *charretes, prosa na esquina, bondes e traje obrigatório*⁶⁷. Apesar de compreender esta acepção de silêncio como falta de barulho, deve-se notar que, discursivamente, o grifo contém um pleonasmo e também um conceito contrário ao que será adotado aqui: **o silêncio discursivo tampouco**

⁶⁴ Jacques LE GOFF, *A História Nova*, p. 28.

⁶⁵ Eni P. ORLANDI, *As formas do silêncio*, p.106.

⁶⁶ O grifo é meu.

⁶⁷ Sidney GRAMBONE, *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*, p.21

está vinculado à divulgação de notícias. Não ser informado sobre algo pode ser indício, sim, de censura, outra categoria de silêncio, bem mais próxima ao silenciamento histórico. Nesta categoria subsiste - como em qualquer discurso - o silêncio discursivo e sobretudo sobram vestígios das marcas discursivas de apagamento: o que em princípio é um processo inconsciente (silenciar para dizer) torna-se consciente e cuidadoso (dizer x e apagar certos sentidos para poder gerar um sentido y). Este uso do silêncio foi constante, por exemplo, durante o regime militar. Para vencer a censura, intelectuais compunham textos, aparentemente acrílicos em relação à política do Estado, que conseguiam suplantiar seus sentidos literais em nome de um outro bem mais engajado.

Quando se produz um texto, não existe consciência do autor de todos os silêncios não ditos no material e este processo foge ao controle dos sujeitos; ele é a base para a existência do texto. Já o silêncio controlado, resultado de aplicação consciente, pode ser recuperado por meio de certas marcações no dito. É, então, o que trataremos aqui pelo implícito: o não dito recuperado por meio dito e que, de acordo com o que já foi explicado, relaciona-se à memória discursiva. Orlandi comenta que *não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e silenciamentos*⁶⁸. Esta categoria de silêncio pode ser, assim, recuperada. Esse estudo pode ser comparado às novas abordagens da História, pois o que esta última faz por meio de novas abordagens e conceitos, a AD faz por meio da análise dos pressupostos, da sintaxe, enfim do material linguístico de que é feito o discurso.

A fronteira entre o silêncio e o implícito só pode ser montada quando se tem clara a categorização do silêncio. Uma vez que ele pode ser fruto do dito (o silêncio da censura, do consciente) e também algo irrecuperável da constituição discursiva, instaura-se um problema. Assim, o que se tem para as análises deste texto será a divisão da nomenclatura. O silêncio neste trabalho será sempre constitutivo e, assim, não se relacionará, portanto, com o implícito. A citação a seguir servirá de base para o que será referido como silêncio ou como implícito durante o trabalho:

⁶⁸ Eni ORLANDI, *Maior de 1968: os silêncios da memória*, p.59.

*O implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído*⁶⁹.

A AD, como já foi dito, averigua marcas linguísticas para desvendar o(s) discurso(s). Por outro lado, de acordo com Orlandi, o silêncio constitutivo, resultado de relações inconscientes de poder, não deixa marcas formais. Para resolver este paradoxo, a teórica propõe a análise do silêncio por meio de “*métodos históricos*”⁷⁰, mas o detalhamento dos mesmos não se realiza. É, portanto, por outra via de investigação - que não a linguística - que se apreende o silêncio constitutivo. Quando se apresenta, neste texto, menção ao silêncio, é preciso definir que ele foi declarado tendo por base os acontecimentos da época e não a análise de marcas discursivas.

2.5 Poder e discurso

Expostos os conceitos de discurso, sujeito, formação discursiva, autor, memória discursiva e silêncio, abre-se espaço para a grande questão encerrada nos discursos: as relações de poder. Elas estão presentes em marcas discursivas e definem-se em relação também à ideologia dominante. Se o sujeito é constituído por suas marcas no discurso e assim também são vistas relações de poder, pressupõe-se sujeitos inseridos em um jogo no qual uns dominam e outros são dominados, de micro relações onde uns trabalham e outros lucrem a macro relação que faz o sujeito assujeitado.

Suzy Lagazzi aponta em seu trabalho que

*Barthes (1978) afirma que o poder se manifesta na língua de duas maneiras evidentes: pela autoridade da asserção e pelo ‘gregorismo da repetição’ (...) A asserção é a forma mais segura da expressão da autoridade, porque é onde existe menor espaço para qualquer mudança.*⁷¹

⁶⁹ Eni ORLANDI, *As formas do silêncio*, p.106.

⁷⁰ *Ibid*, p. 47.

⁷¹ Suzy M. LAGAZZI, *O desafio de dizer não*, p.23.

O poder visto dessa maneira está representado linguisticamente (com orações afirmativas ou termos repetidos, por exemplo). E é também por tal representação que se constroem ideologias. Edgar de Decca escreveu que *é graças aos brancos do discurso, graças às lacunas entre as suas partes, que este discurso de apresenta coerente. Em suma: é porque não diz tudo e não pode dizer tudo que o discurso ideológico é coerente e poderoso*⁷². De acordo com os conceitos dos parágrafos anteriores, sabe-se que qualquer discurso é ideológico, não apenas os que identificamos como partidários de alguma idéia. Entretanto, de Decca aborda um importante aspecto do discurso: a forma de construção das ideologias é o que torna um discurso poderoso ou fracassado. Ocultas relações de poder estabelecidas por silêncios ou implícitos carregam ideologias que podem viver às sombras durante muito tempo, propagando-se impunemente.

Aclarar as relações de poder, explicitar a construção discursiva, este é o objetivo da AD. *A análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação*⁷³.

Em um trabalho intitulado de *A dominação masculina*, Pierre Bourdieu mostra-se surpreso com as relações de dominação que ainda permanecem na sociedade de agora. Segundo Bourdieu, é surpreendente:

*que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais*⁷⁴.

É para que esse processo de dominação combatido por Bourdieu deixe de se perpetuar facilmente que a AD traz conceitos de várias áreas das ciências humanas. Foi com o propósito de demonstrar a forma pela qual ideologias se constroem e se espalham até o ponto de serem ignoradas no discurso que este texto foi proposto. Temas particularmente suscetíveis a má abordagem merecem toda análise.

⁷² Edgar de DECCA, 1930 - *o silêncio dos vencidos*, p.47.

⁷³ Michel FOUCAULT, *A Ordem do Discurso*, p. 70.

⁷⁴ Pierre BOURDIEU, *A dominação masculina*, p.7.

se e estes temas especialmente - a *Shoah* e Israel - devem estar para sempre em voga nas academias.

Capítulo 3

3.1 A escolha do material de análise

Esta pesquisa nasceu graças a algumas indagações leigas: como será que o Brasil soube do genocídio ocorrido na Segunda Grande Guerra? Por que será que idosos brasileiros frequentemente ignoram a *Shoah*? Para tentar responder a tais questões, havia o arquivo do jornal “*O Estado de S. Paulo*” microfilmado e guardado no prédio nomeado Arquivo Edgard Leuenroth, localizado na Unicamp. Durante cerca de um ano, diariamente jornais antigos foram lidos a fim de satisfazer uma curiosidade. Surgiram, então, outras perguntas - não tão ingênuas quanto as primeiras - e com elas a proposta para o desenvolvimento de uma dissertação.

As publicações (1942-1948) recolhidas por meio de microfilmes foram lidas e catalogadas. Ao final deste processo de elaboração de listagem de material, foi possível notar que uma análise de todos os textos não seria possível, pois o número era elevado. Ao todo, pouco mais de 900 textos, cujo tema centrava-se na *Shoah*, na formação de Israel ou na política nacional, foram apurados. Foi preciso, assim, estabelecer limites, recortes.

Um dos critérios principais para a redução textual foi a língua. A análise do discurso requer uma atenção minuciosa aos aspectos linguísticos de composição textual - emprego de vírgulas, repetições, verbos - que podem ser (e frequentemente são) afetados pela tradução. Exemplos claros desse processo são encontrados em literatura especializada. Na obra *Escândalos da tradução*, o autor, ao comentar uma tradução de 1990 da revista *Courier*, publicação mensal da UNESCO, atesta:

Os escândalos podem aparecer onde menos esperamos (...) A tradução em inglês é extraordinária por seu viés ideológico contra os mexicanos pré-colombianos, cuja cultura oral é apresentada como inferior (...) a tradução editou o texto espanhol, diminuindo a cultura nativa ao simplificar a sintaxe e omitir outro termo-chave (myths) ('mitos').⁷⁵

⁷⁵ Lawrence VENUTI, *Escândalos da tradução*, p.11 e 12.

No período em questão, grande parte das reportagens era tradução de textos obtidos junto a diferentes agências internacionais de notícias: *France Presse*⁷⁶, *United Press*⁷⁷, *Reuters*⁷⁸ etc. Automaticamente, tais escritos foram, portanto, desconsiderados para análise. Após esta eliminação a amostra de material restringiu-se a mais ou menos setenta textos, dos quais muitos versavam sobre assuntos nacionais não diretamente relacionados aos temas de interesse deste trabalho.

Depois de todo esse doloroso processo de separação e escolha, ficou resolvido que o tipo textual que mais se adequaria à proposta de análise era o apresentado pelos articulistas do jornal, Conde Emmanuel de Bennigsen⁷⁹, Rogerio P. Sampaio e Carlos Lacerda. Por se tratar de um material publicado integralmente em Português, de natureza explicitamente opinativa, com autoria bem definida e publicamente aceito como tal, acredita-se que sejam estes os mais importantes expoentes do discurso daquele período (1942-1948).

Conforme os seletos artigos foram sendo analisados e discutidos conjuntamente com o professor orientador, constatou-se que o articulista mais assíduo e de mais longo tempo de colaboração junto ao jornal era o (então) incógnito Conde Emmanuel de Bennigsen (personalidade para a qual se fará um tópico em destaque). Este fato estranho e surpreendente foi decisivo para a resolução de dar prioridade à análise do discurso de Bennigsen.

A exceção ao padrão textual de artigos jornalísticos assinados foi feita somente para uma narração (anexa) por motivos linguísticos. Eram raríssimas as participações do leitor e ainda mais rara uma participação no gênero narrativo cujo conteúdo mostrava-se exemplarmente embebido da conjuntura histórica de 1942.

⁷⁶ Agência francesa fundada em 1835 sob o nome de *Agence Havas* que mais tarde, em 1940, fundiu-se à *Agence Française d'Information* (AFI) e tornou-se a *Office Français d'Information* (OFI). Somente no ano de 1944, resultado de mais fusões empresariais, o nome *Agence France-Presse* (AFP) foi estabelecido.

⁷⁷ Fundada em 1907, a agência americana UP tornou-se UPI (*United Press International*) quando se juntou à *International News Service* em 1958.

⁷⁸ Agência londrina fundada em 1851, fechada em 1878 e posteriormente reconstruída em 1916.

⁷⁹ A grafia do nome varia de artigo para artigo, mas adotarei aqui esta grafia, por ela assim constar na ficha profissional mantida pelo arquivo do jornal.

Além disso, trata-se de uma amostra reveladora do ponto de vista da população, a qual só tinha acesso à informação oficial.

3.1.1 Conde Emmanuel de Bennigsen (1875 - 1955)

Um mistério desvelado por cinco páginas armazenadas no arquivo de *O Estado de S. Paulo* foi a biografia de Conde Emmanuel de Bennigsen. Em um primeiro momento, o título de nobreza, incomum no Brasil, provocou inquietação: cogitou-se a possibilidade de “Conde Emmanuel” ser um pseudônimo, hipótese reforçada por escassez de informações a respeito do articulista. Após a popularização da rede de informações mundiais - a internet - tornou-se difícil ser anônimo; entretanto o maior colaborador de *O Estado de S. Paulo* durante a Segunda Guerra permanecia menos que um vulto.

Embora não interfira nas análises de discurso dos artigos, saber a biografia do autor enriqueceria as possibilidades de investigação, já que se tem definida a inscrição do autor (enquanto sujeito) na sociedade. Embora esta posição de sujeito possa ser recuperada somente com a análise, talvez certos pressupostos permanecessem invisíveis se não houvesse quaisquer dados biográficos.

Nobre descendente de Augusto Teófilo Levin, de quem herdou o título de conde, Emmanuel de Bennigsen vivia em São Paulo desde 1936, ano em que abandonou o exílio na França. De nacionalidade russa, Conde de Bennigsen foi presidente da Cruz Vermelha durante a Primeira Guerra Mundial e em seguida membro do parlamento russo, cargo ao qual se dedicava para auxiliar o amigo, czar Nicolau II.

Durante a Revolução Russa (1917), o Conde Emmanuel estava a serviço do parlamento na Dinamarca, local em que permaneceu algum tempo na condição de exilado. Formado em Direito na “Escola de Direito de S. Petersburgo”, Bennigsen era fluente em pelo menos quatro línguas antes de se estabelecer em S. Paulo: russo, inglês, francês e dinamarquês. Em 1939, Conde Bennigsen iniciou uma carreira como comentarista de *O Estado de S. Paulo*, publicando artigos que versavam, frequentemente, sobre a Europa e a guerra. De acordo com as palavras do próprio

conde, *“me transformei, pela vontade do sr. Léo⁸⁰, num jornalista político, sem ter tido antes nenhum interesse especial pela política internacional”⁸¹*.

Conde Emmanuel deixou apenas uma herdeira, de nome ilegível e não estabeleceu mais relações localizáveis no Brasil. Entretanto, deixou o nome para a posteridade estampado em diversos artigos sobre a política internacional.

⁸⁰ Léo Vaz era redator-chefe do jornal.

⁸¹ BENNIGSEN, Conde Emmanuel de. *O Milésimo. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, s.d.

Capítulo 4

4.1 Análise: Homens ou animais ferozes?⁸²

HOMENS OU ANIMAIS FEROCES?

Conde Emmanuel de Bennigsen

Após a Grande Guerra, dois padres belgas, Schmitz e Nieuwland, publicaram nove volumes de documentos relativos às atrocidades cometidas em agosto e setembro de 1914 pelos alemães em duas províncias apenas — as de Namur e Brabant. Não sei quantas dezenas de volumes análogos poderão ser publicados mais tarde a respeito das atrocidades dos germanos na Polónia, mas o livro "The German New Order in Poland", publicado pelo governo polonês emigrado, contém documentos tão terríveis quanto uma senhora das minhas relações, tendo lido as primeiras vinte páginas, passou a noite insone. Depois de iniciada a presente guerra, muitos chefes alemães, a começar por Hitler, declararam-se representantes do "Herrenvolk" (povo dos senhores) e Greiser afirmou que "os poloneses podem trabalhar para nós como servos, nunca como senhores". Toda a política alemã na Polónia depois de 1939 foi inspirada por esse princípio. Frank, governador geral da Polónia e ex-ministro da Justiça do "Reich", declarou: "A lei é tudo quanto beneficia o povo alemão; ilegalidade é tudo quanto o prejudica". E Greiser acrescenta: "Quando Deus introduziu no mundo a justiça, criou também o ódio. É foi assim que nós aprendemos a odiar os poloneses". Pois só a apenas odio, nada mais do que odio, os sentimentos de há três anos dos alemães pelos poloneses. Outro ministro alemão, Ley, declara também: "Uma raça inferior necessita de menos espaço, menos alimento e menos cultura do que uma raça superior". Aliás todas essas declarações têm se tornado realidade na desgraçada Polónia. Já durante as hostilidades, as crueldades cometidas ultrapassavam tudo quanto se pode imaginar em dois casos os camponeses foram atirados propostadamente ao chão e esmagados por tanques. Em Varsóvia, havia mulheres e crianças entre essas vítimas. Em Białystok, a 3a coluna alemã provocou uma revolta, na qual 130 alemães perderam a vida na luta ou pelo fuzilamento por causa disso, 10.000 habitantes da cidade foram matados e massacrados e entre eles havia 121 meninos de menos de dezesseis anos. Em Varsóvia, um declínio da população masculina — ao todo 170 homens — foi massacrado como reação ao assassinio de dois soldados alemães ocorrido num bar, propuseram a uma mulher escolheu entre seus dois filhos aquele que seria assassinado, e para outra a escolha teve de ser entre o marido e o filho. Depois da ocupação, os alemães assassinaram todos os loucos e centenas de orfãos e velhos recolhidos a casas de saúde. Em Poznań, estes foram envenenados por gases na "Gefangenen-Kammer" (câmara de cessação da existência). Vinte e seis prostitutas também foram encerradas na mesma câmara. Em Radom mulheres desta classe foram assassinadas a granadação de mão. Mas, em todas as cidades, que cito apenas por acaso, perdemos sua importância diante da crueldade da desnacionalização das províncias polonês incorporadas ao "Reich" de onde foram transferidos para o "resto" da Polónia 5.000.000 de poloneses. Em meados de um ano foram transportadas 1.500.000 pessoas, nas mais terríveis condições, pois durante o inverno o transporte se fez em trens não aquecidos. Em 7 de janeiro de 1940, encontraram-se num vagão parado em Cracóvia 28 cadáveres de mulheres e crianças congeladas e em Debica outros 30 cadáveres de crianças nas mesmas condições. Esses trens eram descarregados frequentemente nas regiões devastadas pela guerra e onde não era possível haver abrigo nem alimento. Mas no verão de 1940 foram suspensas tais transferências — já não se encontravam mais alemães para substituir os poloneses; apenas 430.000 alemães puderam ser instalados nas províncias ocupadas e quase todos transferidos do Báltico, da Rumania e do Tirol. Portanto, dada a falta de braços, as colônias curtiam o risco de uma baixa perigosa, daí a interrupção repentina das transferências de poloneses para as regiões devastadas. Mas paralelamente a isso, foi iniciado o recrutamento de 1.000.000 de trabalhadores para a Alemanha. Devia ser "voluntário", mas cada região foi obrigada a fornecer uma determinada quota. Na falta de voluntários, davam-se batidas, enviando-se à Alemanha todos os jovens de ambos os sexos apanhados por esse meio. Foi quando houve os casos mais vergonhosos: as mulheres mais bonitas foram entregues para os lupanares a fim de serem entregues a oficiais e soldados alemães. O fato foi consignado entre outros pelo cardeal Hlond, primaz da Polónia, em seus relatórios ao Papa Pio-XII. Ob-

servaram-se também casos de esterilização forçada de mulheres.

A situação daqueles que permanecem em suas cidades quicá seja ainda pior. Os alimentos que recebem é insuficiente (em maio de 1942 recebiam 150 grs. de pão por dia e 300 grs. de carne por mês) e os poloneses só são admitidos nas lojas e mercearias depois de servidos os alemães, quando tudo foi vendido. Muitas vezes chegam a proibir a venda de frutas e leite para as crianças polonesas. Os intelectuais poloneses encontram apenas trabalho braçal, dos mais penosos, e muitos morrem de "surmenagem" em alguns meses. Com tudo isso, os poloneses se submetem ao mais humilhante tratamento. É-lhes interdito o acesso aos ônibus e trens expressos e nos outros veículos só podem viajar de 3a classe. "As ruas são para os alemães", portanto em várias cidades ocupadas, os poloneses não podem andar pelo passeio; e em todas as cidades, quando um polonês caminhando pelo passeio, encontra um alemão, é obrigado a descer para o meio da rua. Um polonês foi condenado a cinco anos de cadeia por haver desobedecido a essa ordem. Os poloneses são obrigados a saudar todo alemão uniformizado e uma circular especial veda aos alemães qualquer relação amistosa com poloneses. O polonês deve ser sempre executado quando chega a ter relações íntimas com uma alemã; e a polonesa que se entrega a um alemão deve ser colocada nos lupanares.

Mas são sobretudo os intelectuais que mais sofrem, e o clero em primeiro lugar. Setecentos padres católicos foram executados e 3.000 estão encarcerados até hoje. Regiões inteiras estão privadas dos serviços divinos. No bispado de Chełmno, de 630 padres restaram apenas 20. O bispo de Lublin, Fulman, foi condenado à morte porque encontraram uma metralhadora no jardim de sua residência; mas a pena foi comutada em prisão perpétua e ele foi encarcerado num campo de concentração para trabalhar como britador de pedras. O bispo de Łódź, Pasiński, foi obrigado a varrer e tirar o lixo das ruas. Nem a idade serve de pretexto para livrar os padres: em Chełmno, o rev. Brykalski, de 90 anos de idade, foi encarcerado e soviado durante dois meses, e em Chełmno, um certo monsenhor Bolt, de 80 anos de idade, foi cruelmente assassinado. Além disso, os padres são frequentemente submetidos a tratamentos humilhantes. Em Białystok, onde 5.000 pessoas foram presas em um estábulo, o rev. Stepczyński, de 70 anos de idade, foi obrigado, em companhia de um velho judeu, a limpar com suas próprias mãos o canto reservado para as necessidades naturais onde os excrementos se acumulavam. Em outros casos, padres foram obrigados a limpar com suas mãos as privadas e sempre em companhia de judeus. Não falo aqui da situação destes e dos ghettos que foram criados para eles; observei apenas que se avaliaram em 100.000 os judeus massacrados durante os programas realizados em 1942 e após os quais muitas cidades foram declaradas "judenfrei" (livres de judeus). Todas as escolas superiores e secundárias da Polónia foram fechadas assim como as escolas primárias das províncias incorporadas. No resto do país subsistem poucas escolas comerciais e industriais e metade das escolas primárias. Os laboratórios, as bibliotecas, os museus e os arquivos foram saqueados por indicação de sabios alemães que neles trabalharam nos tempos de paz. Os professores têm sido perseguidos sem tréguas. Em janeiro de 1940 foram presos 172 professores da Universidade de Cracóvia, dos quais 17 morreram na prisão, 103 foram libertados e 52 ainda continuavam encarcerados no verão de 1941. Ultimamente tiveram sorte idêntica os professores da Universidade de Lwów.

A imprensa polonesa não existe mais e a arte está reduzida ao que há de mais vulgar — foi proibida a execução de obras musicais serias, inclusive as de Chopin e Moniuszko. A sinfonia de Livres poloneses, mesmo escolares, foi proibida, de forma que as crianças estudam em seus livros de orações. Além do fechamento das bibliotecas, foi vedada aos poloneses a compra de livros alemães a fim de não favorecer seu desenvolvimento intelectual. E eu poderia dizer mais ainda, não fora a carencia de espaço, a respeito da destruição de monumentos históricos, da profanação das igrejas, das ofensas aos sentimentos religiosos do povo e de outros fatos análogos. Mas os que acabo de descrever justificam amplamente o título acima. E permittem afirmar-se que um povo que admite tais crueldades para dominar outro não tem absolutamente o direito de se considerar povo civilizado.

⁸² BENNIGSEN, Conde Emmanuel de. *Homens ou animais ferozes?*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 01.11.1942, p.16. Texto transcrito na página seguinte.

Transcrição

Homens ou animais ferozes?

Após a Grande Guerra, dois padres belgas, Schmitz e Nieuwland, publicaram nove volumes de documentos relativos às atrocidades cometidas em agosto e setembro de 1914 pelos alemães em duas províncias apenas - as de Namur e Brabante. Não sei quantas dezenas de volumes análogos poderão ser publicados mais tarde a respeito das atrocidades dos germanos na Polônia, mas o livro "The German New Order in Poland"⁸³, publicado pelo governo polonês emigrado, contém documentos tão terrificantes que uma senhora das minhas relações, tendo lido as primeiras vinte páginas, passou a noite insone. Depois de iniciada a presente guerra, muitos chefes alemães, a começar por Hitler, declararam-se representantes do "Harrenvolk" (povo dos senhores) e Greiser afirmou que os poloneses podem trabalhar para nós como servos, nunca como senhores". Toda a política alemã na Polônia depois de 1939 foi inspirada por esse princípio. Frank, governador geral da Polônia e ex-ministro da justiça do "Reich", declarou: "A lei é tudo quanto beneficia o povo alemão; ilegalidade é tudo quanto o prejudica". E Greiser acrescenta: "Quando Deus introduziu no mundo a justiça, criou também o ódio. E foi assim que nós aprendemos a odiar os poloneses". Pois são apenas ódio, nada mais do que ódio, os sentimentos de há três anos dos alemães pelos poloneses. Outro ministro alemão, Ley, declara também: "Uma raça inferior necessita de menos espaço, menos alimento e menos cultura do que uma raça superior". Aliás todas essas declarações têm se tornado realidade na desgraçada Polônia. Já durante as hostilidades, as crueldades cometidas ultrapassavam tudo quanto se pode imaginar - em dois casos os camponeses foram atirados propositadamente ao chão e esmagados por tanques. Em Visniovo, havia mulheres e crianças entre essas vítimas. Em Bidgoszc, a 5a coluna alemã provocou uma revolta na qual 150 alemães perderam a vida na luta ou pelo fuzilamento por causa disso 10.000 habitantes da cidade foram mais tarde massacrados e entre eles havia 132 meninos de menos de dezesseis anos. Em Vaver, um décimo da população masculina - ao todo 170 homens - foi massacrado como reação ao assassinio de dois soldados alemães ocorrido num bar, propuseram a uma mulher escolher entre seus dois filhos aquele que seria assassinado e para outra a escolha teve de ser entre o marido e o filho. Depois da ocupação, os alemães assassinaram todos os loucos e centenas de órfãos e velhos recolhidos a casas de saúde. Em Posnan, estes foram envenenados por gases na - Entwesungs-Kammer (câmara de cessação de existência). Vinte e seis prostitutas também foram encerradas na mesma câmara. Em Radow mulheres dessa classe foram assassinadas e granadas de mão. Mas todas essas atrocidades que cito apenas por acaso perderam sua importância diante da crueldade da desnacionalização das províncias polonesas incorporadas ao "Reich" de onde foram transferidos para o "resto" da Polônia 3.000.000 de poloneses em menos de um ano foram transportadas 1.500.000 pessoas, nas mais terríveis condições, pois durante o inverno o transporte se fez em trens não aquecidos. Em 7 de janeiro de 1940, encontraram-se num vagão parado em Cracóvia 12 cadáveres de mulheres e crianças congeladas e em Debica outros 30 cadáveres de crianças nas mesmas condições. Esses trens eram descarregados frequentemente nas regiões devastadas pela guerra e onde não era possível haver abrigo nem alimento.

⁸³ Nota minha: o texto ao qual Bennigsen se refere está integralmente disponível na página da web <http://felsztyn.tripod.com/germaninvasion/id4.html>

Mas no verão de 1940 foram suspensas tais transferências - já não se encontravam mais alemães para substituir os poloneses: apenas 450.000 alemães puderam ser instalados nas províncias ocupadas e quase todos transferidos do Báltico, da Rumania e do Tirol. Portanto, dada a falta de braços, as colheitas corriam o risco de uma baixa perigosa, daí a interrupção repentina das transferências de poloneses para as regiões devastadas. Mas paralelamente a isso, foi iniciado o recrutamento de 1.000.000 de trabalhadores para a Alemanha. Devia ser “voluntário”, mas cada região foi obrigada a fornecer uma determinada quota. Na falta de voluntários, davam-se batidas, enviando-se à Alemanha todos os jovens de ambos os sexos apanhados por esse meio. Foi quando houve os casos mais vergonhosos: as mulheres mais bonitas foram enviadas para os lupanares afim de serem entregues a oficiais e soldados alemães. O fato foi consignado entre outros pelo cardinal Hlond, primaz da Polônia, em seus relatórios ao Papa Pio XII. Observaram-se também casos de esterelização forçada de mulheres.

A situação daqueles que permanecem em suas cidades quiçá seja ainda pior. Os alimentos que recebem é insuficiente (em maio de 1942 recebiam 150 grs. de pão por dia e 300 grs. de carne por mês) e os poloneses só são admitidos nas lojas e mercearias depois de servidos os alemães, quando tudo foi vendido. Muitas vezes chegam a proibir a venda de frutas e leite para as crianças polonesas. Os intelectuais poloneses encontram apenas trabalho braçal, dois mais penosos, e muitos morrem de “surmenage” em alguns meses. Com tudo isso, os poloneses se submetem ao mais humilhante tratamento. É-lhes interdito o acesso aos ônibus e trens expressos e nos outros veículos só podem viajar de 3a classe. “As ruas são para os alemães”, portanto em várias cidades ocupadas, os poloneses não podem andar pelo passeio; e em todas as cidades, quando um polonês, caminhando pelo passeio, encontra um alemão, é obrigado a descer para o meio da rua. Um polonês foi condenado a cinco anos de cadeia por haver desobedecido a essa ordem. Os poloneses são obrigados a saudar todo alemão uniformizado e uma circular especial veda aos alemães qualquer relação amistosa com poloneses. O polonês deve ser sempre executado quando chega a ter relações íntimas com uma alemã; e a polonesa que se entrega a um alemão deve ser colocada nos lupanares.

Mas são sobretudo os intelectuais que mais sofrem, e o clero em primeiro lugar. Setecentos padres católicos foram executados e 3.000 estão encarcerados até hoje. Regiões inteiras estão privadas dos serviços divinos. No bispado de Chelmno, de 650 padres restaram apenas 20. O bispo de Lublin, Fullman, foi condenado à morte porque encontraram uma metralhadora no jardim de sua residência; mas a pena foi comutada em prisão perpétua e ele foi encerrado num campo de concentração para trabalhar como britador de pedras. O bispo de Lodz, Faslaski, foi obrigado a varrer e tirar o lixo das ruas. Nem a idade serve de pretexto para livrar os padres: em Chestohova, o rev. Brykaiski, de 99 anos de idade, foi encarcerado e soviado durante dois meses, e em Chelmno um certo monsenhor Bolt, de 80 anos de idade, foi cruelmente assassinado. Além disso, os padres são frequentemente submetidos a tratamentos humilhantes. Em Bidgoszc, onde 5.000 pessoas foram presas em um estábulo, o rev. Stepczyuski, de 70 anos de idade, foi obrigado, em companhia de um velho judeu, a limpar com suas próprias mãos o canto reservado para as necessidades naturais onde os excrementos se acumulavam. Em outros casos, padres foram obrigados a limpar com suas mãos as privadas e sempre em companhia de judeus. Não falo aqui da situação destes e dos ghettos que foram cri-

ados para eles, observo apenas que se avaliam em 100.000 os judeus massacrados durante os progroms realizados em 1942 e após os quais muitas cidades foram declaradas “Judenfrie” (livres de judeus). Todas as escolas superiores e secundárias da Polônia foram fechadas assim como as escolas primárias das províncias incorporadas. No resto do país subsistem poucas escolas comerciais e industriais e metade das escolas primárias. Os laboratórios, as bibliotecas, os museus e os arquivos foram saqueados por indicação de sábios alemães que neles trabalharam nos tempos de paz. Os professores têm sido perseguidos sem tréguas. Em janeiro de 1940 foram presos 173 professores da Universidade de Cracóvia, dos quais 17 morreram na prisão, 103 foram libertados e 52 ainda continuavam encarcerados no verão de 1941. Ultimamente tiveram sorte idêntica os professores da Universidade de Lwow.

A imprensa polonesa não existe mais e a arte está reduzida ao que há de mais vulgar - foi proibida a execução de obras musicais sérias, inclusive as de Chopin e Moniuszko. A impressão de livros poloneses, mesmo escolares, foi proibida, de forma que as crianças estudam em seus livros de orações. Além do fechamento das bibliotecas, foi vedada aos poloneses a compra de livros alemães afim de não favorecer seu desenvolvimento intelectual. E eu poderia dizer mais ainda, não fora a carência de espaço, a respeito da destruição de monumentos históricos, da profanação de igrejas, das ofensas aos sentimentos religiosos do povo e de outros fatos análogos. mas os que acabo de descrever justificam amplamente o título acima. E permitem afirmar-se que um povo que admite tais crueldades para dominar outro não tem absolutamente o direito de se considerar povo civilizado.

O primeiro artigo selecionado para análise tem o título *Homens ou animais ferozes?* e foi publicado em novembro de 1942 na última página (16a), localizada na parte superior central da folha. Trata-se de um texto assinado pelo já citado Bennigsen e cujo tema principal é a ação alemã em certos lugares da Polônia.

Antes de quaisquer comentários, é preciso considerar a contemporaneidade do jornalista em relação aos acontecimentos a fim de não cometer deslizes que soem anacrônicos ou impertinentes. Historicamente, 1942 foi marcado nacionalmente pelo rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão); pela declaração do estado de guerra para todo Brasil e pela continuação da política de censura e a ocupação da sede de “*O Estado de S. Paulo*” - desde 1940. De acordo com o autor Antônio Costella, *alegou-se que a direção do jornal fomentava a luta armada (...) a ocupação alongou-se até 1945*.⁸⁴

⁸⁴ Antônio COSTELLA. *O controle da informação no Brasil*, p.114.

Internacionalmente, a guerra se intensificava. A Batalha de Stalingrado⁸⁵, o desejo de retaliação dos norte-americanos por causa do ataque à base de Pearl Harbor⁸⁶, a tenebrosa realização da Conferência de Wannsee⁸⁷ rondavam este período histórico⁸⁸.

O título “*Homens ou animais ferozes?*” é uma frase interrogativa na qual o verbo “ser” é omitido. Assim, por um processo parafrástico, em detrimento de “São homens ou são animais ferozes?”, a omissão do verbo de indicação de estado produz um sentido no qual a sensação de permanência - ser algo - é suplantada por outra menos duradoura⁸⁹. Logo, no enunciado, a condição de ser homem ou ser um animal feroz é substituída por uma noção efêmera em que não mais o estado - explícito no verbo - é imperativo, mas sim a transitoriedade contrastante dos substantivos: homem x animal (feroz).

A oposição homem x animal aliada à conjunção *ou* aponta ainda em direção às propriedades igualmente adversas de cada um dos substantivos. Homem é diferente de animal e eles não se misturam à medida que *ou* exclui essa possibilidade: ou se é homem ou se é animal (feroz).

Por meio da construção *Homens ou animais ferozes?* opera-se então um deslocamento de sentido de “ser” para “como”, em que as qualidades imputadas a cada substantivo é que criam sentido. Fica estabelecido o seguinte:

⁸⁵ Batalha ocorrida entre o exército soviético e alemão na cidade de Stalingrado, sul da então União Soviética, que resultou na derrota alemã em fevereiro de 1943.

⁸⁶ Em 7 de dezembro de 1941, o Japão fez um ataque surpresa à base americana no Hawaii. Imediatamente após este acontecimento, os Estados Unidos declararam guerra ao Japão.

⁸⁷ Em janeiro de 1942, na rua Wannsee em Berlim, reuniram-se líderes do partido nazista a fim de determinar o assassinato em massa de judeus, a “Solução Final”.

⁸⁸ Não serão descritos tais episódios, pois eles estão expostos em diversos livros de História Geral e também em excelentes páginas da internet, as quais permitem o acesso a todo tipo de documentos da época, de fotos a depoimentos, textos e vídeos.

⁸⁹ Um estudo feito por Alcir Silveira sobre a evolução do verbo ser discute de que maneira, no Português moderno, tal verbo adquiriu a significação de aspecto duradouro. Cf. Alcir SILVEIRA, *História do verbo ser do Latim ao Português*.

1. São homens ou são animais ferozes?

(o verbo estabelece a oposição de dois estados duradouros e excludentes)

X

2. *Homens ou animais ferozes?*

(os substantivos estabelecem a oposição de dois seres vivos também excludentes)

Tanto na forma parafrástica quanto na literal, há de se estabelecer a atuação do mecanismo linguístico conhecido como pressuposição. Vania Fernandes, na dissertação *Pressuposição, argumentação e ideologia*, faz uma série de observações muito perspicazes a respeito do uso da pressuposição. Primeiramente, define-se o fenômeno como

*o quadro de referência ao qual o discurso faz remissão sem dizer, ou melhor, tudo aquilo que é dito em um discurso sem ser efetivamente expresso.*⁹⁰

Em seguida, a autora faz menção à conexão entre intenção, conteúdo e pressuposto. A seguir:

*A pressuposição coloca em pauta conteúdos que, do ponto de vista do locutor, precisam estar presentes na situação discursiva sem contudo ser objeto do discurso.*⁹¹ E completa:

*O caráter limitativo da pressuposição faz com que ela seja utilizada para apresentar determinados conteúdos polêmicos, como se eles fossem irrefutáveis, como se fossem efetivamente aceitos por todos.*⁹²

⁹⁰ Vania Maria Bernardes Arruda FERNANDES, *Pressuposição, argumentação e ideologia*, p.19.

⁹¹ *Ibid.*, p.20.

⁹² *Ibid.*, p.30.

Em concordância com as afirmações citadas acima, nota-se que o pressuposto maior do título do artigo é o de que *homens* e *animais ferozes* são diferentes. Observa-se também que *homens* são diferentes de *animais ferozes*, não simplesmente de animais. Infere-se daqui que um dos principais atributos humano - a racionalidade - não é o fator que determina a diferença *homem* x *animal feroz*, mas o modo de ação de cada um. Assim, o estabelecido pelos não-ditos aponta que o *homem* das palavras do Conde opõe-se à ferocidade animal porque não ataca tal qual um animal feroz.

Ainda, vê-se que a pergunta do título tem como referentes os alemães, mas eles só são citados na 4a linha do artigo. Empregando a paráfrase, seria possível a construção **Os alemães são homens ou animais ferozes?**, o que anteciparia em parte o conteúdo do texto e colocaria em evidência o sujeito **alemães** e, por sua vez, a maneira como agiam. A pergunta feita ao interlocutor norteia o texto. É para respondê-la que o autor escreve.

Os alemães são retratados por meio de falas aspeadas, pelas quais o sujeito encontra um meio de apoiar-se para esboçar principalmente a falta de senso de justiça ou uma concepção quase burlesca de princípios morais. As falas de Greiser, Frank e Ley, autoridades do Reich, elevam o status das declarações transcritas, reforçando uma imagem negativa dos alemães.

Além disso, ao longo do texto, são recorrentes as palavras: “atrocidades” e “crueldades” para denominar as práticas alemãs. Repetidamente, também, encontra-se a voz passiva no momento em que estas ações são descritas. Como a seguir:

(...) os camponeses foram atirados propositadamente ao chão e esmagados por tanques.

Neste trecho, construído pelo apagamento dos agentes na primeira oração; e pelo emprego de um agente inanimado na segunda, acentua-se a passividade dos camponeses. Em contraposição, atenua-se o feito dos agentes históricos (alemães), por omissão. Segundo o gramático Celso Cunha, *omite-se o agente da passiva quando este é ignorado, ou não interessa declará-lo*⁹³. Outros autores cor-

⁹³ Celso CUNHA, *Gramática do Português Contemporâneo*, p. 104. O grifo é meu.

roboram este pensamento: Labov & Weiner consideram que a supressão do agente da passiva gera *uma mudança na ordem de prioridades na distribuição de informação um vez que o ‘paciente’ é sempre veiculador de informação nova e ocupará a posição de ‘sujeito’*⁹⁴. Já Vania Arruda afirma que essa omissão é opcional e deve-se a fatores não lingüísticos como, por exemplo, a intenção do falante em realçar a ação em detrimento do agente⁹⁵.

Esta construção por apagamento, mais frequente na voz passiva, porém não exclusiva dela (pois ocorre também nas orações sem sujeito), é tida como padrão:

(...) 10.000 habitantes da cidade foram mais tarde massacrados - não há agente da passiva;

(...) um décimo da população masculina - ao todo 170 homens - foi massacrado - não há agente da passiva;

(...) propuseram a uma mulher escolher entre seus dois filhos - o sujeito é indeterminado;

(...) estes foram envenenados por gases - agente da passiva (gases) inanimado;

(...) vinte e seis prostitutas também foram encerradas - não há agente da passiva;

(...) mulheres dessa classe foram assassinadas - não há agente da passiva;

(...) foram transferidos para o ‘resto’ da Polônia 5.000.000 de poloneses - não há agente da passiva;

(...) foram transportadas 1.500.000 pessoas - não há agente da passiva;

⁹⁴ LABOV & WEINER, *Constraints on the Agentless Passive*, p.29.

⁹⁵ Vania ARRUDA, *As passivas de estado e de mudança de estado em português contemporâneo*, p.38.

(...) encontraram-se num vagão parado em Cracóvia 16 cadáveres de mulheres e crianças - não há agente da passiva.

Outra estratégia de elaboração textual com forte impacto discursivo é o uso recorrente dos números quando estes se relacionam à quantidade de mortos, perseguidos e transportados. Este recurso é muito associado à credibilidade jornalística e confere autenticidade ao texto, especialmente o de caráter argumentativo. Por outro lado, esvazia a experiência pela qual tantas pessoas passaram. No “guia para ensinar sobre o Holocausto”, está escrito:

*Em qualquer estudo sobre o Holocausto, o amplo número de vítimas desafia a simples compreensão. Você deve mostrar que **pessoas singulares**⁹⁶ - famílias com avós, pais e crianças - estão por trás de estatísticas e enfatizar que em meio à grande narrativa histórica está a diversidade da experiência pessoal. Precisamente porque eles retratam as pessoas na inteireza de suas vidas e não apenas como vítimas, relatos em primeira pessoa e literatura de memória fornecem aos estudantes um meio de extrair significado de tantos números coletivos e dar voz individual a uma experiência coletiva⁹⁷.*

Já as referências a personagens da época - cardeal Hlond e papa Pio XII - revelam a aproximação entre sujeito e cristandade, algo presente também ao longo de uma série de não-ditos. O trecho abaixo é especialmente importante para a composição do sujeito deste discurso.

Mas são sobretudo os intelectuais que mais sofrem, e o clero em primeiro lugar. Setecentos padres católicos foram executados e 3.000 estão encarcerados até hoje. (...) O bispo de Lodz, Faslaski, foi obrigado a varrer e tirar o lixo das ruas (...) Além disso os padres são frequentemente submetidos a tratamentos humilhantes (...) o rev. Stepczyuski, de 70 anos de idade, foi obrigado, em companhia de um velho judeu, a limpar com suas próprias mãos o canto reservado para as necessidades naturais (...) Em outros casos, padres foram obrigados a limpar com suas mãos as privadas e sempre em companhia de judeus.

⁹⁶ O grifo é meu.

⁹⁷ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Online Workshop - Teaching about the Holocaust - Guideline*. <http://www.ushmm.org/education/foreducators/guidelines/index.utp?content=guide3.htm>. Acesso em 21.02.2008. Tradução minha.

Expostas as linhas acima, formadas sobretudo conforme à regra da voz passiva, pressupõe-se o seguinte:

1. O clero faz parte dos intelectuais;
2. O rev. Stepczyuski é singularizado em meio ao clero. Existe um homem que se chama Stepczyuski e tem 70 anos de idade.
3. Há repetição da locução *ser obrigado* somente quando os padres são os referentes. Os padres, portanto, agiram contra a própria vontade. Obrigação sugere ainda neste campo impossibilidade de resistência, porém nada similar é mencionado em relação à vontade de outras pessoas, de forma alguma associadas a alguma atividade emancipatória.

Do período final do texto (*E permitem afirmar-se que um povo que admite tais crueldades para dominar outro não tem absolutamente o direito de se considerar povo civilizado*), lê-se pelo não-dito, primeiramente, que existem diferentes povos, alguns dos quais são civilizados. E mais: povo civilizado não admite crueldade; portanto o povo (alemão) não é civilizado. A curiosa opção pelo verbo *admitir*, cuja acepção mais comum é *aceitar*, tira dos alemães a prática da ação, de assassinatos e deportações. Aceita-se ou admite-se a ação de outrem.

Repetidamente e de formas diversas, este apagamento da responsabilidade dos soldados alemães remonta ao interdiscurso racista da época, segundo o qual as medidas destrutivas faziam parte de uma questão sanitária, como então era vista a “limpeza racial”.

Também se faz presente o interdiscurso da clássica e perdurável máxima militar de que soldados apenas cumprem ordens, pois existe uma hierarquia a ser respeitada. De acordo com a análise das construções acima, uma memória discursiva na qual os alemães eram impelidos por maldade e não racionalizavam seus procedimentos e as vítimas, por sua vez, deixaram-se abater subjaz ao discurso. Juntamente a essas idéias, aparece a figura da cristandade - expressa nas referências a clérigos - a qual está associada a bom julgamento, à cultura e ao distanciamento em

relação aos demais (prostitutas, poloneses, alemães, judeus - todos não particularizados, tratados no texto como classes de elementos iguais e equivalentes). O interdiscurso (ou o já-dito) fomenta, assim, um discurso heterogêneo com traços dos discursos religioso, militar, e racista, pois carrega parte das bases das três ideologias.

O sujeito constitui-se de uma formação discursiva diversificada e contraditória: ao mesmo tempo que se mostra capaz de denunciar a brutalidade, ele é levado, possivelmente pelo assujeitamento, ao apagamento da mesma. A tensão desta relação, explícita no discurso e a partir dele, evidencia a discutida ilusão de origem que o sujeito faz de seu discurso. Além disso, adquire sentido(s) cujo alcance pode compor toda uma rede de pensamentos. Um deles diz respeito às condições de produção desse discurso intrinsecamente discrepante: o poder de silêncio da censura possivelmente não se impõe aqui; o que escapa não é o apropriado nos termos políticos, mas o inverso.

Sobre este ponto acima, há de se considerar como próprio aquilo que não fere a ideologia do Estado Novo. Muitos textos atestam que, muito antes de 1942, a política externa brasileira estava em concordância com o que ditavam os Estados Unidos⁹⁸. Quanto à censura ao jornal, existe uma assertiva:

*Após o rompimento de relações com o Eixo (...) a censura liberou os comentários favoráveis aos aliados.*⁹⁹

Falaciosa ou não, a afirmativa de Garcia não poderia ser posta à prova por meio do artigo *“Homens ou animais ferozes?”*. O confronto texto x discurso, longe de apontar uma única direção, instaura a dúvida. Os sentidos que estão no texto podem ser explicados a partir das análises e a constituição do sujeito, abalizado por um certo reacionarismo, certamente refletem as condições autoritárias do Estado ditatorial, mas se contrapõem energicamente à lógica do pensamento político tal qual ela foi propagada.

⁹⁸ Cf. SEITENPUS, *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, p. 324.

⁹⁹ Nelson GARCIA. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*, p. 113.

4.2 Análise : Nova onda de anti-semitismo 100

NOVA ONDA DE ANTI-SEMITISMO

Conde Emmanuel de Bennigsen

A submissão completa da Hungria ao regime nazista teve como imediata consequência a detenção em massa dos representantes de partidos da oposição, desde os mais moderados até os comunistas ainda livres, assim como os judeus. Nos países nazificados são sempre eles os primeiros a experimentar o que significa o jogo de Hitler. Provavelmente foram essas novas perseguições que impeliram o Presidente Roosevelt a dirigir ao povo alemão um apelo por mais tolerância. Um telegrama informou que imediatamente após a derrota de Kallay, foram detidas 10.000 pessoas, mas podemos afirmar que somente o número de judeus internados em campos de concentração é muito mais elevado. Antes da guerra, 444.000 judeus viviam na Hungria, mas é preciso contar também os que habitavam as regiões anexadas da Checoslováquia e da Rumania; os telegramas avulsa o número total de judeus na Hungria, em um milhão, porém esse algarismo me parece exagerado. Fixamos um número mais verossímil, de 600.000, do qual algumas dezenas de milhares serão imediatamente submetidas ao regime mais rigoroso. A Hungria, até 1938, era um país onde o anti-semitismo não se manifestara em medidas governamentais. Mas, tendo entrado na órbita política do "eixo", a Hungria adotou também certas medidas anti-semitas; os judeus foram eliminados dos cargos públicos e dos bancos, a indústria têxtil e de confecção foi proibida para eles, e todas as propriedades agrícolas pertencentes aos judeus foram confiscadas. Entre 1938 e 1942, 490.000 hectares de terras cultivadas e 200.000 hectares de florestas foram confiscados. As grandes propriedades foram postas à disposição do Estado e dirigidas pelo Banco do Crédito Rural, enquanto as pequenas eram transmitidas à organização chamada "Capital aos Heróis", para serem distribuídas entre os participantes da primeira guerra mundial. Em fins de 1943, foi discutido no Parlamento um projeto de imposto especial sobre os capitais dos judeus e a juventude judia foi submetida ao trabalho obrigatório em condições muito mais severas do que as dos húngaros arianos. Entretanto o tratamento aos judeus na Hungria nunca atingiu a crueldade do regime dos países completamente dominados por Hitler, e por isso compreendemos a inquietude que se espalhou entre as comunidades judias do mundo inteiro ao saber dos acontecimentos húngaros. E parece que em geral nos últimos meses, as perseguições anti-semitas na Europa recrudesceram de novo. Notícias vindas da Bulgária, assim por exemplo que ali receberam asilo novas ondas de judeus fugidos da França e da Polónia, chegam notícias de que foram perpetrados ali novos massacres de judeus. Pode-se supor, sem cair em erro, que entre as massas dos mortos civis nas cidades russas uma grande parte é de judeus.

Assim, o apelo de Roosevelt foi lançado no momento exato, mas terá ele qualquer influência nos atuais dominadores da Hungria? Em todos os seus últimos discursos, Hitler falou dos judeus como dos principais inimigos do Reich, e é compreensível que tais afirmações tenham por consequência perseguições ainda mais cruéis. Nos Estados Unidos existe a opinião, exposta por exemplo nos grandes jornais da Nova York de janeiro último, de que, com sua propaganda contra os judeus, Hitler quis sobretudo reforçar o sentimento anti-semita nos Estados Unidos e assim provocar uma certa desagregação no povo norte-americano, até agora unido no seu desejo de esmagar a resistência nazista. É inegável que Hitler e seus partidários tenham nos israelitas seus inimigos mais decididos, mas as afirmações nova-iorquinas me parecem entretanto errôneas; continuando a acusar os judeus de todos os desastres, que por sua própria culpa suportam atualmente a Alemanha, Hitler pensava certamente iludir com tais alegações o seu povo, desviando a sua atenção dos verdadeiros responsáveis da guerra. E se é possível que tais afirmações repercutam sobre dezenas de milhares de pessoas absolutamente inocentes, isso não

o interessa. Os judeus, com todo o seu poder econômico, são para Hitler um inimigo muito menos perigoso do que os exércitos russos, e ele dirige os seus ataques oratórios, como acontece sempre nos casos em que é necessário achar uma desculpa para sua própria conduta, contra o adversário mais fraco.

O anti-semitismo, como já tive ocasião de escrever alguns anos atrás, em nossos dias é uma questão quase unicamente econômica, que não tem mais base nem na religião nem na cultura específica israelita. Por tais ou outras razões, durante longos séculos, os judeus foram concentrados, às vezes artificialmente, por ordem do governo, em cidades, antidas em ghettos, o que somente prejudicou a sua amalgamação com os outros povos. Mas a vida nas cidades, ao lado de certas desvantagens, deu aos judeus duas possibilidades proveitosas, em comparação com os povos entre os quais eles se estabeleceram. Os habitantes das cidades foram sempre muito mais ricos, em geral, que os camponeses e não é de estranhar que os judeus tenham se tornado mais ricos do que a média da população indígena. Essa diferença tornou-se ainda mais evidente no século XIX, quando, com o desenvolvimento do capitalismo, a riqueza se concentrou sempre mais nas cidades. De outro lado, os cidadãos (e entre eles os judeus) tiveram sempre maiores facilidades em dar aos filhos um ensino secundário e superior. Assim também, desse ponto de vista, os judeus acharam-se numa situação mais favorável do que em média os indígenas. O número das pessoas cultas aumentou entre eles proporcionalmente mais do que nas outras nacionalidades; sua importância social também aumentou com isso sempre mais, o que teve por consequência o aparecimento e o desenvolvimento do anti-semitismo. Na base do anti-semitismo de Hitler está por exemplo o seu malogro nos exames de admissão à escola das Belas Artes, de Viena, quando ele foi suplantado por candidatos judeus. Mas é interessante notar que nos casos em que as possibilidades dos diferentes grupos nacionais de alcançar o ensino superior sejam iguais, a chamada preponderância israelita logo desaparece. Um exemplo interessante nesse sentido é a Rússia atual. Foi muitas vezes frisado o papel importante desempenhado pelos judeus na preparação e na realização da revolução de 1917 e não é de estranhar que no governo bolchevista eles tivessem no começo uma grande importância. Entretanto, uma das primeiras medidas do novo regime foi facilitar aos trabalhadores o acesso a todas as escolas. O resultado foi que o número dos que se formaram nessas escolas se estabeleceu logo uma proporção equitativa entre todas as nacionalidades; assim como um pouco mais tarde no governo do país. Ultimamente, tive em mãos um livrinho inglês, "Who is who" dos governos aliados, e pude certificar que, entre os 302 mais altos dignitários soviéticos, somente quinze são judeus, dos quais oito pertencem ainda à velha guarda de Lenin. Assim, sem qualquer medida anti-semita, mas apenas elevando o nível da cultura do povo, conseguiu-se um resultado ao qual não pudera chegar no mesmo país todo um sistema de limitação dos direitos dos judeus. E ainda uma observação interessante: nos primeiros anos de regime comunista o anti-semitismo na Rússia existia num grau todas as medidas repressivas contra ele; ao contrário, agora ele perdeu quase toda a sua importância e isso somente graças às facilidades recebidas pelas classes médias abastadas. Hitler quis vencer o judaísmo, exterminando-o e empregando contra ele as medidas mais cruéis, sem conseguir qualquer resultado. De outro lado, um regime considerado amigável como judeu, conseguiu o que pode ser chamado uma verdadeira amalgamação nacional. Não desejo que país nenhum passe por revoluções sociais tais como a Rússia, mas parece que certos dos seus resultados deveriam ser examinados e possivelmente imitados mesmo pelos inimigos do coletivismo.

Transcrição

Nova onda de anti-semitismo

A submissão completa da Hungria ao regime nazista teve como imediata consequência a detenção em massa dos representantes de partidos da oposição, desde os mais moderados até os comunistas ainda livres, assim como os judeus. Nos países nazificados são sempre eles os primeiros a experimentar o que significa o jugo de Hitler. Provavelmente foram essas novas perseguições que impeliram o Presidente Roosevelt a dirigir ao povo alemão um apelo por mais tolerância. Um telegrama informou que imediatamente após a demissão de Kallay foram detidas 10.000 pessoas, mas podemos afirmar que somente o número de judeus internados em campos de concentração é muito mais elevado. Antes da guerra, 444.000 judeus viviam na Hungria, mas é preciso contar também os que habitavam as regiões anexadas da Checoslováquia e da Rumania; os telegramas avaliam o número total de judeus na Hungria em um milhão, porém esse algarismo me parece exagerado. Fixamos um número mais verossímil, de 600.000, do qual algumas dezenas de milhares serão imediatamente submetidas ao regime mais rigoroso. A Hungria, até 1938, era um país onde o anti-semitismo não se manifestara em medidas governamentais. Mas, tendo entrado na órbita política do “eixo”, a Hungria adotou também certas medidas anti-semitas: os judeus foram eliminados dos cargos públicos e dos bancos, a indústria textil e de confecção foi proibida para eles, e todas as propriedades agrárias pertencentes aos judeus foram confiscadas. Entre 1938 e 1942, 490.000 hectares de terras cultivadas e 200.000 hectares de florestas foram confiscados. As grandes propriedades foram postas à disposição do Estado e dirigidas pelo Banco do Crédito Rural, quanto as pequenas eram transmitidas à organização chamada “Capital aos Heróis”, para serem distribuídas entre os participantes da primeira guerra mundial. Em fins de 1943, foi discutido no Parlamento um projeto de imposto especial sobre os capitais dos judeus e a juventude judia foi submetida ao trabalho obrigatório em condições muito mais severas do que as do húngaros arianos. Entretanto o tratamento aos judeus na Hungria nunca atingiu a crueldade do regime dos países completamente dominados por Hitler, e por isso compreende-se a inquietude que se espalhou entre as comunidades judias do mundo inteiro ao saber dos acontecimentos húngaros. E parece que em geral nos últimos meses, as perseguições anti-semitas na Europa recrudeceram de novo. Notícias vindas da Suíça frisam por exemplo que ali receberam asilo novas ondas de judeus fugidos da França, e da Polônia chegam notícias de que foram perpetrados ali novos massacres de judeus. Pode-se supor, sem cair em erro, que entre as massas dos mortos civis nas cidades russas uma grande parte é de judeus.

Assim, o apelo de Roosevelt foi lançado no momento exato, mas terá ele qualquer influência nos atuais dominadores da Hungria? Em todos os seus últimos discursos, Hitler falou dos judeus como dos principais inimigos do Reich, e é compreensível que tais afirmações tenham por consequência perseguições ainda mais cruéis. Nos Estados Unidos existe a opinião exposta por exemplo nos grandes comícios de Nova York de janeiro último, de que, com sua propaganda contra os judeus, Hitler quis sobretudo reforçar o sentimento anti-semita nos Estados Unidos e assim provocar uma certa desagregação no povo norte-americano, até agora unido no seu desejo de esmagar a resistência nazista. É inegável que Hitler e seus parti-

dários tenham nos israelitas seus inimigos mais decididos, mas as afirmações nova-iorquinas me parecem entretanto errôneas: continuando a acusar os judeus de todos os desastres que por sua própria culpa suportaria atualmente a Alemanha. Hitler pensava certamente iludir com tais alegações o seu povo, desviando a sua atenção dos verdadeiros responsáveis da guerra. E se é possível que tais afirmações repercutam sobre dezenas de milhares de pessoas absolutamente inocentes, isso não o interessa. Os judeus, com todo o seu poder econômico, são para Hitler um inimigo muito menos perigoso do que os exércitos russos, e ele dirige os seus ataques oratórios, como acontece sempre nos casos em que é necessário achar uma desculpa para sua própria conduta, contra o adversário mais fraco.

O anti-semitismo, como já tive ocasião de escrever alguns anos atrás, em nossos dias é uma questão quase unicamente econômica, que não tem mais base nem na religião nem na cultura específica israelita. Por tais ou outras razões, durante longos séculos, os judeus foram concentrados, às vezes artificialmente, por ordem do governo, em cidades, amiúde em ghettos, o que somente prejudicou a sua amalgamação com os outros povos. Mas a vida nas cidades, ao lado de certas desvantagens, deu aos judeus duas possibilidades proveitosas, em comparação com os povos entre os quais foram sempre muito mais ricos, em geral, que os camponeses e não é de estranhar que os judeus tenham se tornado mais ricos do que a média da população indígena. Essa diferença tornou-se ainda mais evidente no século XIX, quando, com o desenvolvimento do capitalismo, a riqueza se concentrou sempre mais nas cidades. De outro lado, os cidadãos (e entre eles os judeus) tiveram sempre maiores facilidades em dar aos filhos um ensino secundário e superior. Assim também, desse ponto de vista, os judeus acharam-se numa situação mais favorável do que em média os indígenas. O número das pessoas cultas aumentou entre eles proporcionalmente mais do que nas outras nacionalidades; sua importância social também aumentou com isso sempre mais, o que teve por consequência o aparecimento e desenvolvimento do anti-semitismo. Na base do anti-semitismo de Hitler está por exemplo o seu malogro nos exames de admissão à escola das Belas Artes, de Viena, quando ele foi suplantado por candidatos judeus. Mas é interessante notar que nos casos em que as possibilidades dos diferentes grupos nacionais de alcançar o ensino superior sejam igualadas, a chamada preponderância israelita logo desaparece. Um exemplo interessante nesse sentido é a Rússia atual. Foi muitas vezes frisado o papel importante desempenhado pelos judeus na preparação e na realização da revolução de 1917 e não é de estranhar que no governo bolchevista eles tivessem no começo uma grande importância. Entretanto, uma das primeiras medidas do novo regime foi facilitar aos trabalhadores o acesso a todas as escolas. O resultado foi que no número dos que se formaram nessas escolas se estabeleceu logo uma proporção equitativa entre todas as nacionalidades, assim como um pouco mais tarde no governo do país. Ultimamente, tive em mãos um livrinho inglês, "Who is who" dos governos aliados e pude certificar que entre os 302 mais altos dignatários soviéticos, somente quinze são judeus, dos quais oito pertencem ainda à velha guarda de Lenin. Assim, sem qualquer medida anti-semita, mas apenas elevando o nível da cultura do povo, conseguiu-se um resultado ao qual não pudera chegar no mesmo país todo um sistema de limitação dos direitos dos judeus. E ainda uma observação interessante: nos primeiros anos de regime comunista o anti-semitismo na Rússia existia mau grado todas as medidas repressivas contra ele; ao contrário, agora ele perdeu quase toda a sua importância e isso somente graças às facilidades recebidas pelas classes menos abastadas. Hitler quis vencer o judaísmo, extermi-

nando-o e empregando contra ele as medidas mais cruéis, sem conseguir qualquer resultado. De outro lado, um regime considerado amiúde como judeu, conseguiu o que pode ser chamado uma verdadeira amalgamação nacional. Não desejo que país nenhum passe por revoluções sociais tais como a Rússia, mas parece que certos dos seus resultados deveriam ser examinados ou possivelmente limitados mesmo pelos inimigos do coletivismo.

Um dos episódios marcantes principalmente da história militar foi o “Dia D”. Neste dia (em 6 de junho de 1944), soldados aliados desembarcaram na França ocupada e, até o fim de agosto, livraram-na do domínio nazista. Meses antes da libertação francesa, forças alemãs ocuparam a Hungria (19.03.44) e nomearam o general Sztojay primeiro-ministro. A colaboração de Sztojay com a deportação foi exemplar: dentro de menos de três meses, cerca de 440.000 judeus foram enviados a Auschwitz. Ao fim de julho, restou apenas uma comunidade judaica na Hungria, a de Budapeste¹⁰¹. Antes destes acontecimentos, o território húngaro - apesar de antissemita - era considerado ainda um dos países mais seguros para os judeus. Foi nesta época, meados de 1944, que Conde Emmanuel de Bennigsen escreveu seu artigo “*Nova onda de anti-semitismo*”.

Cunhado em 1879 para designar ódio “não-confessional” aos judeus¹⁰², o termo antissemitismo consta bastante no vocabulário jornalístico nacional da época da 2ª guerra. No artigo “*Nova onda de anti-semitismo*”, Bennigsen tenta delinear uma explicação para o ódio aos judeus. Neste percurso, faz-se também sujeito e discurso.

O primeiro pressuposto que merece análise é, assim como nos demais textos, obtido a partir do título. A palavra “*nova*” pressupõe algo sem existência anterior. Por paráfrase, uma substituição poderia se dar assim: “Outra onda de antissemitismo”, o que teria pressuposto, ao contrário, uma existência anterior. Já a palavra

¹⁰¹ A comunidade de Budapeste foi preservada por interferência direta de Horthy. Dois judeus, Vrba e Wetzler conseguiram escapar do campo de morte de Auschwitz e foram um dos primeiros a fornecer depoimentos sobre a execução em massa. Segundo consta, a revelação feita por eles foi o que o motivou as ações de Horthy. Cf. KRAUSE-VILMAR, *A negação dos assassinatos em massa do nacional-socialismo: desafios para a ciência e para a educação política*, p.98.

¹⁰² Cf. ATTALI, *Os judeus, o dinheiro e o mundo*, p.406.

“onda” tem suas acepções ligadas a movimento, algo não constante¹⁰³. Disso, nota-se que se pressupõe o antissemitismo como parte de algo que varia conforme os tempos. Também apresenta-se esta variação como algo novo. Os implícitos corroboram, então, o contexto histórico - o sujeito reproduz o discurso oficial sobre a situação húngara, porém apaga o antissemitismo institucionalizado na região desde 1938.

Várias marcas linguísticas assinalam os já-ditos e revelam o(s) discurso(s) do artigo. Como elas se mostram regularmente ao longo do texto e sem uma ordem certa, pois uma mesma marca pode estar na primeira linha e na última, às vezes será preciso proceder a um percurso não linear de análise (o que deve ter sido observado nos desenvolvimentos analíticos anteriores).

São comuns no artigo as construções ambíguas, indeterminadas e afirmativas com consequências discursivas. Discriminados abaixo, os trechos acusam diferentes posições de sujeito frente ao discurso oficial.

A submissão da Hungria ao regime nazista teve como imediata consequência a detenção em massa dos representantes de partidos da oposição, desde os mais moderados até os comunistas ainda livres, assim como os judeus. Nos países nazificados são sempre eles os primeiros a experimentar o que significa o jugo de Hitler.

Pressuposto 1 - Os comunistas ainda livres são representantes de partidos da oposição;

Pressuposto 2 - Os comunistas ainda livres não são moderados;

Pressuposto 3 - Os judeus são representantes de partidos da oposição;

Pressuposto 4 - Os judeus não são moderados;

Pressuposto 5 - Os comunistas e os judeus são os primeiros a experimentar o que significa o jugo de Hitler;

¹⁰³ O uso dicionarizado da palavra *onda* como sinônimo de moda é recente. Não consta, portanto, em dicionários de 1925 a 1944.

Pressuposto 6 - Os judeus são os primeiros a experimentar o que significa o jugo de Hitler;

Pressuposto 7 - Os comunistas são os primeiros a experimentar o que significa o jugo de Hitler.

Com sentenças ambíguas, os judeus e os comunistas são igualados - ambos de partido de oposição, ambos sofrem primeiro - e ao mesmo tempo não apenas diferentes, mas excludentes: ou os judeus ou os comunistas sofrem primeiro. Este tipo de configuração discursiva é talvez a mais comum e oficializada de todas: aquela que enquadra os judeus como uma categoria na qual a única peculiaridade é esta: ser judeu. Regularmente ignoradas, algumas identidades múltiplas como judeu e homossexual ou judeu e pobre, por meio do silêncio, estampam o interdiscurso da marginalidade. Ao mesmo tempo, colaboram para a fixação de padrões como judeu rico, capitalista; judeu usurário; judeu intelectual etc no discurso oficial. Elisa Caner, ao realizar um registro do depoimento de judeus refugiados no Brasil durante a guerra, diz:

*se ficassem, seriam presos e levados para os campos de concentração. Aliás, é bom lembrar que se passava o mesmo com não judeus: bastava serem homossexuais, comunistas ou filiados a algum partido que não fosse o NSDAP.*¹⁰⁴

Deste fragmento, pressupõe-se que ser judeu é não ser homossexual, comunista ou filiado a algum partido. Este é o mesmo discurso do texto de Ben-nigsen, o que veicula uma imagem oficial para o judeu delimitada pela mitologia antissemita. Na forma como é veiculada na modernidade, ela contrói o judeu que comanda *os partidos políticos, a ciência e a educação modernas, a imprensa, os conflitos sociais, as crises econômicas, as guerras, a secularização e até o alcoolismo*¹⁰⁵.

O autor adota um estilo de distanciamento em relação aos seus ditos por meio da impessoalidade: uso da primeira pessoa do plural. Desta maneira, as afir-

¹⁰⁴ Elisa CANER, *Judeus-alemães no Brasil - um estudo dos depoimentos das vítimas do nazismo*, p.59.

¹⁰⁵ Daniel LVOVICH. *A trajetória de um mito conspirativo*, p.114. In: *O Anti-semitismo nas Américas*.

mações que faz escapam à autoria, ocorre a coletivização. Mais uma vez, aplica-se o dito de Hannah Arendt - *quando todos são culpados ninguém o é*.¹⁰⁶ O uso de primeira pessoa do plural confere um caráter impessoal ao texto, pois não aponta diretamente ao autor. Por conseguinte, Bennigsen, nas passagens a seguir, explora a neutralidade.

*... mas **podemos** afirmar que somente o número de judeus...;*

***Fixamos** um número mais verossímil...;*

***Pode-se** supor, sem cair em erro, que entre as massas...*

Aliadas às marcações de neutralidade, vêm repetidamente algum tipo de exposição numérica. Números e eufemismos concorrem durante as afirmações relacionadas aos crimes contra judeus.

*... foram detidas **10.000** pessoas, mas podemos afirmar que somente o **número** de judeus **internados** em campos de concentração é muito mais elevado;*

*Fixamos um **número** mais verossímil, de **600.000**, do qual **algumas dezenas de milhares** são imediatamente submetidas ao **regime mais rigoroso**;*

*Pode-se supor, sem cair em erro, que entre as **massas** dos mortos civis nas grandes cidades russas uma **grande parte** é de judeus;*

Expressões quantitativas estão associadas aos crimes apenas quando não são rigorosamente definidas por números e vêm acompanhadas de atenuantes. 10.000 pessoas detidas x grande número de judeus internados; número de 600.000 x algumas dezenas de milhares (de judeus) submetidas ao regime mais rigoroso; massas de mortos x grande parte de judeus. A preferência pelo eufemismo “internado” torna menos grave todo o evento. Igualmente, o “regime mais rigoroso” não especifica nada, uma vez que não se definiu o que é o regime. Novamente, a imprecisão contida em “grande parte” tem menos impacto do que “x judeus morreram”. Trata-se, naturalmente, de apagar o que interessa, um processo que, no discurso, poderia ser tido como fruto de censura¹⁰⁷. Logo traz também um sujeito cuja formação discursiva propicia a monitoração, a vigilância.

¹⁰⁶ Hannah ARENDT, *Responsabilidade e julgamento*, p.83.

¹⁰⁷ Nem toda a censura é estatal ou forçosa. Existe, por exemplo, a auto-censura que, segundo Carl Jensen, é a mais comum. Cf. JENSEN, *20 years of censored news*, p.15.

Uma exceção às construções acima são os *telegramas avaliam o número total de judeus na Hungria em um milhão, porém esse algarismo me parece exagerado*. Aqui, o autor marca a subjetividade - me parece - mas não relaciona nenhum crime ligado ao um milhão de judeus. Todavia, existe a recusa na aceitação do número de judeus e, por consequência, um atenuante: se não existem tantos judeus assim, então o número de vítimas é menor. Ao assumir responsabilidade por esta fala, Bennigsen, simultaneamente, torna as suspeitas de censura pouco prováveis. O sujeito compartilha uma memória em que a retórica da negação age incisivamente. Isto é confirmado ainda pelo contraste na remissão às fontes. O autor poderia não ter determinado os crimes por absoluta falta de noção, mas esta situação foi resolvida nesse trecho com o retorno da subjetividade: eu (o autor) determino o que serve.

A parte seguinte do texto é destinada a demonstrar a origem do antissemitismo (segundo Bennigsen) que permeia a europa da II guerra. Nesta etapa, as pressuposições são base para o discurso. São deslizos da linguagem que enfatizam o modo de produção do discurso. Quando o autor escreve que

Os judeus, com todo seu poder econômico, são para Hitler um inimigo muito menos perigoso do que os exércitos russos, e ele dirige os seus ataques oratórios, como acontece sempre nos casos em que é necessário achar uma desculpa para sua própria conduta, contra o adversário mais fraco.

Pressupõe-se:

1. Os judeus são um inimigo perigoso;
2. Os judeus são fracos adversários de Hitler;
3. Os judeus têm poder e este poder é econômico.
4. O poder econômico dos judeus é um fraco inimigo de Hitler.

Ele está aderindo a uma prática discursiva que, conforme indicam os pressupostos, compõe-se de uma memória antissemita. A ligação entre judeus e riqueza sempre esteve presente em discursos antissemitas modernos. Hitler qualifi-

cava os judeus de capitalistas e bolchevistas sem que isto soasse incongruente: no leste são comunistas; no restante do mundo, capitalistas.

Diversas obras se preocuparam - e se preocupam até hoje - em discutir o papel econômico dos judeus ao longo dos séculos. Uma das mais recentes, escrita por Jacques Attali, diz:

*Com a crise econômica de 1883, o anti-semitismo, até então teórico, faz-se prático, de início na França e na Alemanha. Ao ligar, no espírito popular, ódio ao capital, ódio ao poder e ódio aos judeus, imputam-se a estes últimos todas as falências, todas as desigualdades, todas as misérias sociais.*¹⁰⁸

A partir dessas poucas palavras, as premissas de Bennigsen parecem perfeitas. Por outro lado, a crise econômica afetou, logicamente, quem detinha o capital. Dessa maneira, é comum encontrar estudos com a afirmação e descrição da falência financeira de judeus banqueiros e dos que exerciam atividades correlatas ainda no início do século XX. Um estudo da fundação B'nai B'rith¹⁰⁹ em 1939 mostrou que 0,6% de todos os banqueiros dos Estados Unidos eram judeus.¹¹⁰ Não cabe aqui confrontar as afirmações de Bennigsen a estudos históricos sobre o desempenho econômico judaico e o antissemitismo nazista, pois esse processo de nada colaboraria com a análise do discurso. Mas é preciso apenas esclarecer que os pressupostos do texto do Conde encontram-se vinculados ao mito de riqueza que emergiu mais fortemente após a Revolução Francesa¹¹¹.

Afirmou-se anteriormente, durante a explanação de conceitos adotados nas análises, que a autoridade é exercida fácil e nitidamente pela repetição e asserção. Durante o desenvolvimento das considerações a respeito das raízes econômicas do antissemitismo, Bennigsen afirma e repete:

O anti-semitismo... é uma questão quase unicamente econômica;

¹⁰⁸ Jacques ATTALI, *Os judeus, o dinheiro e mundo*, p.406.

¹⁰⁹ Organização fundada em 1843 com o objetivo de zelar pelos direitos da comunidade judaica internacional.

¹¹⁰ Cf. GROSS, *Economic history of the jews*, p.224.

¹¹¹ Sobre este assunto, v. Leon POLIAKOV, *Europa Suicida*.

... não é de se estranhar que os judeus tenham se tornado mais ricos do que a média da população indígena;

Enseja-se, autoritariamente portanto, a idéia de que o antissemitismo hitlerista brotou da desigualdade econômica entre indígenas e judeus. Esta relação de oposição alimenta e (re)afirma o falso paradoxo “judeus X natividade”, situando o judeu como eterno estrangeiro sem quaisquer vínculos patrióticos. Tal associação à figura do estrangeiro pode ser respaldada por Carneiro, quando a historiadora declara que

Se recuperarmos a literatura anti-semita que circulou nas Américas desde o final do século XIX, constataremos que à imagem do judeu parasita e capitalista somou-se a imagem de grupo destituído de território e governos próprios, que reforçou o conceito de judeu errante e, posteriormente, de apátrida.¹¹²

Há ainda outras falácias nazistas incorporadas ao texto da mesma maneira, pela exposição autoritária de mitos. A supremacia judaica na educação, o domínio de cargos importantes, enfim, tudo o que foi alardeado desde “*Os protocolos dos sábios de Sião*”¹¹³. Existe uma tentativa de se furtar à responsabilidade de repassar uma convicção nazista:

Foi muitas vezes frisado o papel importante desempenhado pelos judeus na preparação e na realização da revolução de 1917...

Pode-se recuperar, por meio do texto, o agente desta oração (Hitler). Mas existe também a possibilidade de ignorá-lo. A ambivalência permite o deslize na interpretação e o sujeito, ao mesmo tempo que repete um mito (judeus bolchevistas) do interdiscurso nazista, omite ora a si mesmo, ora Hitler. De qualquer maneira, o distanciamento tanto de um quanto de outro assevera a retórica de manipulação.

Ao afirmar que “*Hitler quis vencer o judaísmo exterminando-o e empregando contra ele as medidas mais cruéis, sem conseguir qualquer resultado*”, Conde

¹¹² M. Luiza TUCCI CARNEIRO, *O Anti-Semitismo nas Américas*, p.15.

¹¹³ Texto falsificado na época czarista (1897) que relatava o modo como os judeus dominavam o mundo.

Emmanuel deixa margem para que se pressuponha que as medidas cruéis de Hitler não atingiram ninguém. Ou que os resultados (as mortes) de judeus não eram os esperados por Hitler. Além disso, uso da palavra “judaísmo” ao invés de “judeus” tem dupla repercussão. Sugere que o combate era de natureza religiosa e destrói o significado literal de “exterminando-o”. A linguagem objetiva e literal - apregoada no jornalismo - dá lugar ao espaço metafórico. A brutalidade transveste-se em discussão.

O discurso, já foi dito, constrói-se por remissão a vários interdiscursos e estes, por sua vez, despontam pelos implícitos da língua. Deste artigo, sobressaem máximas nazistas e é permitido dizer também integralistas. Observa-se a retórica da negação muito frequente nos discursos do pós-guerra¹¹⁴ e um sujeito sem autonomia discursiva, mas ciente da existência do controle discursivo. A formação discursiva proporciona os ditos antissemitas não explícitos, os quais adquirem materialidade pelo sujeito. Porta-voz de um discurso extremista, o sujeito, sob a tutela de um meio de comunicação de massa, reproduz a condição de produção: o racismo disfarçado durante o Estado Novo

¹¹⁴ Sobre o discurso de negação no Brasil, v. Gilberto VASCONCELLOS, *Ideologia curupira: Análise do Discurso Integralista* e também Gilberto Grassi CALIL, *O Integralismo no Pós-Guerra (1945-1950)*.

4.3 Análise: *Terrorismo no velho mundo*¹¹⁵

TERRORISMO NO VELHO MUNDO

Conde Emanuel de Bennigsen

[illegible][illegible]

Transcrição

Terrorismo no velho mundo

O Brasil e os países da América do Sul em geral estão numa situação excepcionalmente favorável, pois somente em raros casos as paixões políticas chegam aí a provocar assassinios ou execuções. Isso explica a impressão penosa que há alguns meses atrás produziu o assassinio num país sul-americano de três revoltosos foragidos ao serem presos - tão este procedimento era contrário às idéias políticas sul-americanas. Entretanto, já nos Estados Unidos a situação é outra. Sem falar da aplicação bastante frequente da pena de morte pelos tribunais - fato normal quase no mundo inteiro - e linchamento dos pretos (particularmente estadunidenses) e os atentados políticos, sobretudo contra os mais altos dignatários do país não foram raros, três presidentes, Lincoln, Garfield e Mac-Kinley, foram mortos, ao passo que Roosevelt foi alvo de um atentado. Todavia, uma grande parte desses atentados foi cometida por loucos e em geral não há na América do Norte organizações políticas que adotem o assassinio dos seus inimigos como meio normal de atividade. Na Ásia, a situação já é outra, e lá o valor da vida em geral é pouco considerado. No Japão os atos terroristas são mais numerosos, executados por organizações secretas, quase sempre militares. Ondas de terrorismo e caráter nacionalista passaram também pela Índia e provocaram ali uma reação governamental que, segundo alguns escritores, foi muito além do necessário. Devemos reconhecer, é verdade, que certos métodos de guerrear na Ásia aplicados pelos ingleses (por exemplo os bombardeios aéreos contra árabes nômades) foram também asperamente criticados pelos observadores neutros, pois vitimavam igualmente mulheres e crianças. Foi também na Ásia que houve os maiores massacres nacionais e religiosos antes executados por ordem de Hitler - os dos cristãos na Síria em 1890, dos armênios, muitas vezes em diversas regiões da antiga Turquia e ultimamente dos nestorianos no Irak.

Mas o país do terrorismo político foi sempre a Europa e infelizmente esse continente continua a infeccionar com tal epidemia também outras regiões. Na Europa, deu-se também pela primeira vez ao terrorismo político uma base teórica. Se atualmente os terroristas palestinos declaram que o assassinio político é uma arma na sua luta contra o domínio inglês, esta é apenas uma das armas na sua luta contra o domínio inglês, esta é apenas uma das teses que já foram expostas em 1903 no número 7 da "Rússia Revolucionária", edição subterrânea oficial do partido social-revolucionário russo. O terror considerava-se então como uma das armas do exército revolucionário, sendo um dos meios técnicos da luta. Ao mesmo tempo, essa declaração reconhece abertamente o perigo próprio do terrorismo de transformar-se de um meio de luta em o próprio alvo desta, o que realmente aconteceu na Rússia já em 1906. Quatro anos mais tarde, em Moscou, apareceu um folheto "A Depuração da Humanidade", de autoria do revolucionário Pavloff, que pode ser considerado até certo ponto predecessor de Hitler, porque ele divide a humanidade em raças (seria melhor dizer classes), intelectuais e morais. Na conclusão do folheto Pavloff chega a afirmar que os exploradores que se encontram sobretudo entre as raças morais, devem ser exterminados, mas os elementos proletários delas devem ser poupados. Não é uma teoria de luta racial, mas de classes sociais, que tomou na Rússia um grande desenvolvimento nos anos a que se seguiram. Entretanto, os atentados terroristas, como sistema de atividade, encontraram então a oposição a

oposição dos bolchevistas, e em particular Lenin era contra eles, considerando que provocavam na maioria dos casos a aversão das massas pelos revolucionários. Foi a época em que o sangue humano tinha ainda seu valor e quando mesmo durante as guerras os adversários evitavam derramá-lo inutilmente. Todavia mais tarde essa situação piorou terrivelmente e atingiu um tal embrutecimento que se mata mais facilmente um ser humano do que um carneiro. A primeira grande guerra e as revoluções que a seguiram já transformaram os espíritos e as teorias racistas deram apenas uma base teórica aos ódios nacionais. Do mesmo modo, a negação dos métodos terroristas por Lenin não foi adotada por seu partido: quando este chegou ao poder o terror foi desde 1919 uma das suas armas principais. Mas devemos reconhecer que em escala, é verdade menor, o terror político espalhou-se nesse período por toda a Europa e os países escandinavos foram poupados por tal praga.

Tudo isso porém não se pode comparar com o que aconteceu na Europa após 1939. É supérfluo falar das barbaridades cometidas nos campos de concentração alemães, mas elas não foram infelizmente as únicas. Falou-se dos campos franceses da África, onde sofreram na época do governo de Vichi os republicanos espanhóis, e ultimamente recebi uma carta perguntando-me porque nunca indiquei o protesto das organizações russas nos Estados Unidos contra o tratamento dos prisioneiros russos nos campos franceses atuais. Não certeza se meus compatriotas não foram precisamente os que, por um ou outro motivo, ajudaram os alemães, mas estou de acordo com o autor da carta em que o tratamento de um inimigo desarmado, mesmo predestinado à execução, deve ser humano. Todavia devemos reconhecer que a situação atual de todos os governos de após ocupação é muito difícil neste sentido e que as suas tentativas para acalmar as paixões políticas faziam-nos acusar-se imediatamente de favorecer os colaboracionistas. Lemos nestas semanas que na França o povo linchou alguns destes últimos, a quem o General De Gaulle tinha comutado a pena de morte em reclusão perpetua. Os governos atuais são assim obrigados a miúdo a abandonar o caminho da justiça para o do terrorismo. Não é a primeira vez que encontramos na Europa tal psicologia; na França de 1814 houve o período do “Terror Branco” entre cujas vítimas figurou o Marechal Brune. É um movimento condenado por todos os historiadores e perto que no futuro o mesmo acontecerá com o atual, mas por enquanto reconheço que os governos não podem libertar-se dessas influências que pesam meramente em suas decisões. Até onde chegaram este exageros pode servir de exemplo a carta de Aragão, escritor francês de segunda ordem, mas membro do movimento de resistência enviada à redação de uma revista, exigindo a exclusão do número dos seus colaboradores do célebre escritor Gide porque este velho de 75 anos, nas suas memórias publicadas em Alger, já sob o regime de De Gaulle, teve a audácia de reconhecer que durante a ocupação aperfeiçoou-se em alemão e leu Goethe assim como por ter confessado que num certo momento duvidou da possibilidade de continuar a luta contra os alemães. Contra tal psicologia é difícil lutar por enquanto e é necessário um certo tempo para que ela desapareça. Podemos somente anotar por enquanto fatos como por exemplo a execução de 23 ministros e regentes búlgaros, entre os quais havia também alguns membros do governo de Muraviev, que derrubaram, no verão último o governo pró-alemão de Bagrianoff. Não são atos de justiça, mas de vingança política e devemos assim lastimá-los, porque cedo ou tarde provocarão uma reação, se não for de uma forma direta, pelo menos de maneira a embrutecer ainda mais os costumes. Lembro-me da frase prenunciada há algum tempo durante uma discussão sobre a abolição da pena de morte - “Messieur les assassins commencez.” Se ambos os lados

esperam que o outro comece a abrandar sua conduta, a atual rudeza nunca será abandonada e constituirá no futuro mais uma ameaça contra a salvaguarda da paz. Mas como os mais fortes são em geral os governos, devem eles não obstante tudo fazer para dar os primeiros passos nesse sentido. Isso não quer dizer que eu aprove o terrorismo político, que na maioria dos casos dá resultados contrários aos previstos. Sabemos, por exemplo, que Alexandre II da Rússia foi assassinado poucas horas depois de ter assinado a primeira constituição do país, e o resultado foi que o absolutismo perdurou na Rússia ainda durante 25 anos. Do mesmo modo, considero que os atos de terrorismo, que se cometem na Palestina e que são condenados pelas grandes organizações israelitas, são em primeiro lugar nocivos aos próprios israelitas. Outrora os judeus constituíam uma percentagem muito elevada entre os terroristas russos, e isto repercutiu desfavoravelmente para os judeus nas reações das autoridades e sobretudo dos policiais subalternos em relação a todos os israelitas: atualmente, os terroristas palestinos são dessa nacionalidade e isto provoca inevitavelmente indignação e animosidade dos funcionários ingleses, vítimas de tais atentados.

É evidente que a política inglesa na Palestina é inspirada por razões mais importantes do que esses atentados, mas como já foi evidenciado pelo discurso de Churchill, eles não podem em todo caso favorecer a causa israelita. Nestas últimas semanas, com referência ao assassinio do Lord Moyne, já se falou muito desses terroristas, mas penso que seria interessante comunicar alguns pormenores a respeito, que encontrei na revista norte-americana "The Nation". O terrorismo palestino é de origem polonesa e provém do "revisionismo" israelita, cujos extremistas, os "ativistas", exigiam da colonização da Palestina uma ação política direta, mesmo pelo emprego da força, para conseguir assim a organização de um estado israelita. Eles pensam que sem os ingleses os judeus se entenderiam muito bem com os árabes e que assim é necessário lutar principalmente contra os britânicos. Os terroristas judeus poloneses se dividiram na Polônia em organizações: os "sternistas", que levam atualmente o nome de um dos seus membros morto durante uma tentativa de fugir da prisão de Tel-Aviv, consideram os assassinios como meio principal de atividade. Avaliam-se em 150 e seu chefe atual seria Friedman Jellin. São divididos em pequenos grupos e nenhum dos terroristas conhece mais de nove outros membros do grupo e geralmente apenas dois. Stern, mestre de escola educado na Itália e admirador de Mussolini, organizou em 1937 um grupo de ativistas na Polônia: em 1939 era prisioneiro de guerra na Rússia, de onde foi em 1941 mandado para a Inglaterra, mas desertou em Jerusalém. Seus amigos afirmam que ele teria sido morto de propósito pelos ingleses e querem vingá-lo com uma "vendetta". Friedman Jellin, editor da "Tat", jornal clandestino em polonês, já se teria evadido seis vezes da prisão. Um folheto seu reconhece que os assassinos de Moyne eram membros de sua organização, encarregados pelos ingleses.

A outra organização terrorista, "Irgum Zevai Leumi" (organização militar nacional), tem entre 1.500 e 1.700 membros e é chefiada por Beguin, ex-estudante em direito de Varsóvia, que entre 1936 e 1939 pertencia na Polónia a uma organização secreta "Brith Hahayal", na qual foi treinado em terrorismo e sabotagem. Atualmente sua organização se declarou em guerra contra os ingleses, que ocuparam sua pátria e se dedica principalmente à sabotagem e à destruição dos comissariados de polícia e de agências de correio, declarando assassinar somente quando encontra resistência.

Já em 1942 mais de 50 sternistas foram detidos principalmente por denúncia dos judeus, mas a metade deles fugiu das prisões e vingou-se dos denunciadores de modo que, depois disso, quase não houve mais denúncias. Entretanto, agora foram de novo detidos mais de 200 terroristas, principalmente denunciados por seus correligionários, sobretudo por aqueles mais em vista que consideram ser o terrorismo anti-britânico o maior perigo para o sionismo.

O que acontece na Palestina é somente um pormenor do que acontece atualmente no velho continente, mas é bastante caracterizado e lamentável porque é uma manifestação evidente da crença de que a força bruta é sempre a principal arma da política.

Como é notório, 1945 é o ano final da Segunda Guerra. Desde a derrota em Leningrado, a vitória aliada tornou-se uma questão de tempo. Os primeiros meses deste ano foram pontuados pela libertação de Auschwitz (27.01.45) e o enforcamento de Elyahu Hakim e Elyahu Ben Tzuri, assassinos do ministro inglês Lord Moyne¹¹⁶. Ainda, a ação terrorista de grupos radicais armados em prol da retirada inglesa do território palestino e da fixação de um Estado judeu começou a receber destaque nas páginas do jornal. É neste momento que Conde Emmanuel dedica-se a expressar opiniões sobre então recentes terrorismos.

Embora a palavra “terrorismo” seja muito empregada especialmente após o fim da Guerra Fria (1989), o significado dela variou de século em século. Segundo o historiador Eric Hobsbawm, o terrorismo político de outrora visava à morte de líderes políticos contrários aos objetivos de certas organizações sem representação estatal. Eram práticas extra-oficiais e obviamente políticas. Diferentemente do terrorismo atual, o ataque indiscriminado a civis e o cunho ideológico não eram regulares¹¹⁷. Desta forma, fica melhor definido o caráter do terror ao qual Conde Emmanuel se reporta.

Pelo princípio de averiguação de marcas linguísticas, nota-se de antemão pelo menos três processos sistemáticos de repetição para remeter às motivações ou práticas terroristas: a expressão “paixões políticas”, a opção por um campo lexical

¹¹⁶ Em 06 de novembro de 1944, Elyahu Hakim e Elyahu Tzuri, integrantes da facção *Lehi* (*Lohamei Herut Yisrael*) (Lutadores para a Libertação de Israel), cujo líder era Avraham Stern (morto em 12.02.42), assassinaram o ministro britânico Lord Moyne e seu motorista. Membros do *Lehi* consideravam abusiva a política inglesa que vinha barrando a entrada de judeus na Palestina e eram adeptos da luta armada.

¹¹⁷ Cf. Eric HOBBSAWM, *Globalização, democracia e terrorismo*.

médico (infeccionado, epidemia, praga) e o apelo a valores morais (valor à vida, embrutecimento humano, transformação de espírito). Por meio dessas associações, desautoriza-se a própria prática terrorista. Tal qual as ações alemãs - atribuídas à loucura - os terroristas são retratados como seres fora da ordem. E o efeito de sentindo aproxima-se ao do discurso em torno da loucura.

Fica ainda acentuada a oposição entre “terrorismo” e “civilização”. Ben-nigsen afirma:

... Roosevelt foi alvo de um atentado. Todavia, uma grande parte desses atentados foi cometidas por loucos... não há na América do Norte organizações políticas que adotem o assassinio dos seus inimigos como meio normal de atividade;

Na Ásia, a situação já é outra e lá o valor da vida, em geral, é pouco considerado. No Japão, os atos terroristas são mais numerosos... Devemos reconhecer, é verdade, que certos métodos de guerrear na Ásia aplicados pelos ingleses... foram também asperamente criticados pelos observadores neutros, pois vitimam igualmente mulheres e crianças...

Mas o país do terrorismo político foi sempre a Europa e infelizmente esse continente continua a infeccionar com tal epidemia também outras regiões.

Enquanto reconhece o pouco valor que na Ásia se atribui à vida, o locutor usa a primeira pessoa do plural (“devemos”) para aplicar o mesmo juízo aos ingleses, distanciando-se do que é dito e ainda justificando a crítica por meio do discurso tradicionalista, citando a suposta fraqueza de mulheres e crianças. O sujeito nesse processo inscreve-se de maneira a estabelecer um duplo relacionamento, o primeiro crítico; o segundo ancorado no distanciamento e no interdiscurso tradicional para dar voz à contra ideologia inglesa.

Para se colocar desfavorável ao modo de guerrear britânico, foi preciso que o sujeito se equipasse com mecanismos de defesa. A hesitação é interessante para esse processo discursivo, pois nela o sujeito patenteia uma monitoração do discurso e assim reflete uma formação discursiva igualmente vigilante. É como se houvesse uma norma para assegurar o domínio do discurso aliado.

Na aparente contramão dos ditos, dá-se status de doente à Europa. Portadora de malefício que atinge outros territórios, o “velho mundo” do locutor foi afe-

tado pelo terrorismo político e perpetua esse sistema mundo afora. A escolha pelo léxico médico humaniza o continente e transforma-o em entidade inocente: não se pode culpar um doente por ter adquirido uma doença.

Há no texto uma conexão entre os terroristas na Palestina e os comunistas da Revolução Russa. Bennigsen, ao chamar de “palestinianos” os judeus em território palestino, opta por apagar um traço fundamental da identidade dos que compunham a organização social em questão e a relaciona ao comunismo:

“Se atualmente os terroristas palestinos declaram que o assassinio político é uma arma contra o domínio inglês, esta é apenas uma das teses que já foram expostas em 1903 no número 7 da ‘Rússia Revolucionária’...”

Novamente, uma contradição própria do processo discursivo aparece. A paráfrase “se atualmente os terroristas judeus declaram que o assassinio...” inspiraria a ligação ao interdiscurso de diabolização dos judeus tão comum entre nazistas, mas também traria consigo o contexto calamitoso que abrangia especialmente os judeus da guerra, embora ele certamente não estivesse cristalizado sob forma de memória coletiva nem sob a insígnia da *Shoah*. Apagou-se, então, diversas possibilidades de sentidos e a instauração de uma renegação a qualquer memória foi priorizada. Em razão disto, reforçou-se unicamente a ligação terrorista-comunista, o já dito apregoado pelos capitalistas.

Diversas vezes o sujeito distancia-se do discurso por meio da impessoalidade estampada na primeira pessoa:

*“Todavia, **devemos** reconhecer...”;*

*“...as paixões políticas **faziam-nos**...”;*

*“**Lemos** nestas semanas...”;*

*“Não é a primeira vez que **encontramos**...”*

Cria-se, a partir desse processo, não apenas o distanciamento do sujeito, mas a inclusão automática e forçada do leitor. A não contestação das afirmações depende em parte da aceitação dos leitores, mas a primeira pessoa colabora para a persuasão quando pressupõe a participação do interlocutor nas ações verbalizadas. O processo de identificação (não voluntário) é acentuado pelo distanciamento e pela assertividade, sendo até mesmo imperceptível ao sujeito-leitor.

É interessante notar a forma de apresentação dos terroristas judeus. Construída por meio de apostos, esculpe-se uma imagem elitizada através da educação. O vínculo com o interdiscurso antissemita de que os judeus constituem uma classe mais bem educada e por isso mais poderosa delinea parte do discurso, principalmente ao se contrapor aposto (judeus) x aposto (outros), respectivamente da seguinte maneira:

*“... não foram raros três presidentes, **Lincoln, Garfield e Mac-Kinley**, foram mortos...”;*

*“... carta de Aragão, **escritor francês de segunda ordem**, mas membro...”;*

*“...ministros e regentes búlgaros, **entre os quais havia também alguns membros do governo de Muraviev**, que derrubaram...”;*

*“... animosidade de funcionários ingleses, **vítimas de tais atentados.**”*

X

*“Stern, **mestre de escola educado na Itália e admirador de Mussolini**, organizou em 1937...”;*

*“Friedman Jellin, **editor da ‘Tat’**, jornal clandestino polonês, já se teria...”;*

*“... Beguin, **ex-estudante em direito de Varsóvia**, que entre 1936 e 1939 pertencia...”*

Mais uma vez, o discurso é apresentado por um sujeito embebido em contradição e em busca de um distanciamento, possivelmente marcado por algum tipo de monitoração discursiva. De qualquer maneira, é clara a presença mitológica do judeu dominador.

4.4 Análise: A luta pela moralidade¹¹⁸

É realmente interessante que em toda parte se fale da queda do nível moral da humanidade, e, ao que parece, estas não são frases passageiras, sem base em fatos, mais ou menos generalizadas, mas a expressão de uma convicção profunda provocada pelo que se observa em quase todo o mundo. Afirma-se que desde 1914 a moralidade geral entrou em declínio, não somente nos países que participaram ativamente da guerra, mas em muitos outros, às vezes afastados dos campos de batalha. O sangue derramado acostumou a muitos a desprezar a vida humana e as destruições daquilo que os povos tinham acumulado ou construído durante séculos, diminuíram sensivelmente o respeito pela propriedade alheia, pela vida particular ou coletiva. Os laços familiares enfraqueceram a ponto de, em certos países, ter completamente desaparecido a idéia da moralidade sexual. Enfim, grandes grupos, sobretudo de jovens, perderam o desejo de trabalhar, procurando expedientes para ganhar facilmente a vida. Depois desta guerra, já nas primeiras cartas recebidas da Europa, exprimiam-se receios pelo futuro da mocidade atual, que em muitos outros casos não quer nem trabalhar, nem estudar; e agora tais receios preocupam a imprensa e os estadistas de diversos países. Essas afirmações chegam sobretudo da França, onde ultimamente o velho líder radical socialista Herriot, dirigindo-se ao congresso regional do seu partido em Besançon, afirmou que a França "necessita mais de uma reforma moral, do que de uma reforma política". Os motivos dos partidos políticos podem diferir, ao exigirem essa reforma moral; mas é interessante acentuar que dela falam tanto os católicos franceses como os comunistas. O "Christian Science Monitor", por exemplo, indica que o M. R. P. insiste em que a reforma moral preceda a reforma física ou mental. Deve ser lembrada essa reforma nos ensinamentos do cristianismo, partilhando também o referido partido das concepções espíritas do general De Gaulle. Mas este jornal norte-americano afirma ainda que um código moral rigoroso é exigido também pelos comunistas, que pensam que esta é a melhor medida para tornar o proletariado forte e unido.

A França é o único país onde a queda moral é reconhecida quase oficialmente e onde o combate contra essa decadência é encarado; mas sem falar da Alemanha, onde os mesmos fenômenos são observados até em maior escala, existem igualmente na Inglaterra, e sobretudo nos Estados Unidos, sintomas do mesmo mal. É claro que a alimentação insuficiente tem suas repercussões na produtividade do trabalho da Inglaterra, mas às vezes aparecem na imprensa daquele país afirmações de que na indústria do carvão, por exemplo, a menor produtividade é devida a razões morais. Isto é, a perda do incentivo pelo trabalho. A diminuição da produção geral nacional é observada também em outros países, onde, entretanto, ela não se relaciona com motivos morais; parece, todavia, que a "vida fácil" é atualmente o ideal das massas populares em todos os países. Pode-se dizer que não é uma novidade, porque já na época dos Césares, o povo gritava: "Panem

A LUTA PELA

CONDE EMANUEL

et o'croceal, mas há 50 anos parecia que a humanidade se tornara moralmente superior, o que logo demonstrou ser uma inverdade. Mesmo nos países mais ricos, a moralidade do povo é bem baixa e o exemplo dos Estados Unidos nesse sentido é bem conhecido.

Nesta situação, a luta pela moralidade é uma necessidade inadiável e de todos os lados se ouvem apelos nesse sentido, desde a Santa Sé até os meios mais modestos de trabalhadores, em todos os países. Infelizmente, tais apelos são frequentemente ligados a propaganda política, o que diminui sua importância. Lemos na boca de palavras impiais do Santo Padre, que instou "na necessidade de os cristãos instruírem a juventude a fim de torná-la uma vanguarda capaz de enfrentar as exigências da situação político-social". Não há dúvida de que, se as igrejas dedicarem mais atenção a esta tarefa, sobretudo se não fizerem dela um instrumento de propaganda, seu papel poderia ser importantíssimo; entretanto, quase sem exceção, as igrejas não podem esquecer que não são organizações políticas. Nestes últimos dias dois alcaides franceses, o arcebispo de Bourdeaux, Feltin, e o bispo de Lyon, o cardeal Lienart, deram um exemplo admirável daquilo que deveria ser o papel do clero na vida política, mas infelizmente a França parece ser ainda o único país onde os representantes da Igreja subvertem elevando acima do partidariado, "Se a Igreja — disse o cardeal — permanece intransigente nos seus princípios morais; ela deixa, de outro lado, aos fiéis, plena liberdade para escolher os meios que julgarem mais apropriados para assegurar o bem comum". Por sua vez o arcebispo de Bourdeaux afirmou que os eleitores católicos podem filiar-se a organizações políticas diferentes desde que apresentem garantias ao direito da consciência, sendo somente "inadmissível que os católicos utilizem em sua propaganda processos do ódio ou da deslealdade". É claro que, tendo ocupado tal posição superior, o catolicismo francês não perderá sua influência moral, qualquer que seja o futuro legítimo do país. Entretanto, não é em todos os países que os representantes das igrejas (digamos "igrejas" e não de uma "igreja" qualquer) se elevam a tal altura. O alto clero espanhol se colocou decididamente do lado do general Franco e nos Estados Unidos a organização católica "Knights of Columbus" faz propaganda em favor da Espanha, criada por Franco. Há também tendências políticas nas declarações de Monsenhor Fulton Sheen, o mais brilhante representante atual do catolicismo nos Estados Unidos, mas elas provocaram imediatamente comentários hostis por parte dos

MORALIDADE

DE BENNIGSEN

representantes protestantes. O bispo metodista Ornam chegou a afirmar que "o catolicismo é um grande perigo para a liberdade política e religiosa" e na Inglaterra um outro líder metodista, o professor Murray, se exprimiu contra as organizações internacionais com sede no estrangeiro, neste sentido exatamente semelhante ao comunismo. Tais declarações não têm grande importância, do mesmo modo como uma outra do Quam, de que as "práticas do catolicismo são políticas e tem o desígnio de consolidar privilégios seculares", mas o principal é que a atividade do qualquer das igrejas se coloca deste modo fora dos limites confessionais e até provoca hostilidade no seio das outras igrejas. A propaganda da moralidade perde assim muita da sua eficiência e a maior autoridade moral, a do cristianismo, é reduzida ao nível de um instrumento político. Monsenhor Fulton Sheen tem razão de dizer que o mundo é "dividido numa camaradagem de anticristo e numa fraternidade de Cristo", mas ele dá ao antagonismo entre os dois campos um caráter sobretudo político e, por exemplo, segundo essa sua classificação, os republicanos espanhóis anti-franquistas devem encontrar-se todos na "camaradagem do anticristo", enquanto que o governo provincial basco afirma energeticamente, por exemplo, ser cristão (o que é para ele sinônimo de católico). Tudo isso nos leva a pensar que as igrejas diminuem, a um certo ponto inconscientemente, seu papel no domínio da luta contra a amoralidade, aparecendo nela como força partidária.

Porém, mesmo com esta limitação, seu papel continua importantíssimo, sobretudo se as igrejas o ligarem ao propósito de melhorar as condições sociais da vida, sem o que a vida dos indigentes não diferirá muito, em certos países, da dos ricos. Nesta dia foi lembrada na imprensa o 55.º aniversário da celebração do Papa Leão XIII, "Rerum Novarum", que valeu a este chefe da Igreja católica a denominação de "Papa dos Trabalhadores". Atualmente as medidas recomendadas naquele documento, tais como leis para defesa dos trabalhadores industriais, aposentadorias para os velhos, salário mínimo, na agricultura, de 8 a 10 horas de trabalho, repouso dominical obrigatório, foram quase todas realizadas, de modo que esse documento tem uma importância sobretudo histórica, mas não se deve esquecer que, em 1891, época da sua publicação, a execução de Bismark, nenhum outro estadista compreendia ainda a importância das leis sociais e a Leão XIII cabe a glória de ter apontado oficialmente sua importância, sobretudo do ponto de vista da religião, da moralidade. Mas, ao lado

do nome do grande Papa, nunca será esquecido provavelmente um outro, mais modesto, que mas veio a plantar o telegrama referente ao discurso do Papa Pio XII, no qual este comparou o momento atual ao de um século atrás, nas vésperas da confusão de 1848, porque hoje, como então, "a multidão procura os prazeres materiais". Foi precisamente em 1848, que se começou a falar na Alemanha do bispo de Mainz, barão de Ketteler. Devemos lembrar que do mesmo modo Hitler se chamou "Reich", seu prestígio, isso não foi devido à ignorância do povo ou à falta de compreensão por este das suas necessidades reais, como se afirma às vezes mais precisamente porque seu clero soube elevar-se acima dos interesses egoístas dos diversos agrupamentos. Isto explica porque, no famoso "Kulturkampf" (luta pela cultura), o grande Bismark foi vencido; do mesmo modo Hitler não conseguiu afastar as massas católicas da sua Igreja. O primeiro dos prelados alemães, a que se deve esse resultado, foi precisamente Ketteler. Sua atividade coincidiu com a de um líder socialista, Lassalle, cuja morte prematura encerrou uma página interessantíssima na história social mundial. Ketteler reconheceu que muito, nas afirmações de Lassalle, era exato e quis dar ao socialismo uma base religiosa. Ele defendeu os direitos das organizações trabalhistas contra o direito rígido da propriedade, porque este não encara a injustiça que está na satisfação da avariza e da exclusividade para as coisas que Deus criou para alimentar e vestir a todos. A doutrina da propriedade, disse Ketteler, cria a indiferença pelas misérias do homem, inexistente até mesmo entre as feras. A propriedade declara como justo o roubo contínuo — indicia ainda Ketteler — pois São Basílio já disse que é ladrão, não somente aquele que rouba os bens alheios, mas também aquele que retém para si próprio os bens de um outro. O celebre paradoxo de Proudhon, de que "a propriedade é o roubo", não é completamente falso — diz ainda Ketteler — porque ele contém também uma terrível verdade, que não pode ser eliminada pelo desdém ou pela ironia. Contendo apenas uma parcela da verdade, ele pode derrubar toda nossa ordem". Nessas idéias Ketteler, que foi o chefe do "ultramontanismo" intransigente católico, baseou toda sua propaganda religiosa e moral. Não sei se realmente essas idéias do bispo dos operários influenciaram a vida "Rerum Novarum", mas quando um historiador católico moderno, o professor universalista norte-americano, príncipe Loewenstein, aponta Ketteler, como um exemplo, que foi seguido por outros alcaides prelados alemães até o recém-falecido cardeal Conde Galen, veio quase grande foi a influência moral do bispo de Mainz; ele nunca abandonou a luta pela religião e pela Igreja, mas para ele esta luta se baseava nos meios dos ensinamentos primitivos do Cristo e era alheia a qualquer intolerância. Isto explica não ter sido seu nome esquecido, permanecendo como um exemplo que deveria ser seguido nas novas campanhas da moralização, cuja necessidade nenhum homem honesto pode negar.

Transcrição

A Luta Pela Moralidade

É realmente interessante que em toda parte se fale da queda do nível moral da humanidade; e, ao que parece, estas não são frases passageiras, sem base em fatos mais ou menos generalizados, mas a expressão de uma convicção profunda provocada pelo que se observa em quase todo o mundo. Afirma-se que desde 1914 a moralidade geral entrou em declínio, não somente nos países que participaram ativamente da guerra, mas em muitos outros, às vezes afastados dos campos de batalha. O sangue derramado acostumou a muitos a desprezar a vida humana e as destruições daquilo que os povos tinham acumulado ou construído durante séculos, diminuíram sensivelmente o respeito pela propriedade alheia, seja ela particular ou coletiva. Os laços familiares enfraqueceram a ponto de, em certos países, ter completamente desaparecido a idéia de moralidade sexual. Enfim, grandes grupos, sobretudo de jovens, perderam o desejo de trabalhar, procurando expedientes para ganhar facilmente a vida. Depois desta guerra, já nas primeiras cartas recebidas da Europa, exprimiam-se receios pelo futuro da mocidade atual, que em muitos outros casos não quer nem trabalhar, nem estudar; e agora tais receios preocupam a imprensa e os estadistas de diversos países. Essas afirmações chegam sobretudo da França, onde ultimamente o velho líder radical socialista Herriot, dirigindo-se ao congresso regional do seu partido em Besançon, afirmou que a França “necessita mais de uma reforma moral, do que de uma reforma política”. Os motivos dos partidos políticos podem diferir, ao exigirem essa reforma moral; mas é interessante acentuar que dela falam tanto os católicos franceses como os comunistas. O “Christian Science Monitor”, por exemplo, indica que o M. R. P. insiste em que a reforma moral preceda a reforma física ou mental. Deve ser baseada essa reforma nos ensinamentos do cristianismo, partilhando também o referido partido dos conceitos espartanos do general De Gaulle. Mas este jornal norte-americano afirma ainda que um código moral rigoroso é exigido também pelos comunistas, que pensam que esta é a melhor medida para tornar o proletariado forte e unido.

A França é o único país onde a queda moral é reconhecida quase oficialmente e onde o combate contra essa decadência é encarado; mas sem falar da Alemanha, onde os mesmos fenômenos são observados até em maior escala, existem igualmente na Inglaterra e, sobretudo nos Estados Unidos, sintomas do mesmo mal. É claro que a alimentação insuficiente tem suas repercussões na produtividade do trabalho da Inglaterra, mas às vezes aparecem na imprensa daquele país afirmações de que na indústria do carvão, por exemplo, a menos produtividade é devida a razões morais, isto é, à perda de incentivo pelo trabalho. A diminuição da produção geral nacional é observada também em outros países, onde, entretanto, ela não se relaciona com motivos morais; parece, todavia, que a “vida fácil” é atualmente o ideal das massas populares em todos os países. Pode-se dizer que não é uma novidade, porque já na época dos Cesares, o povo gritava: “Panem et circenses”, mas há 50 anos parecia que a humanidade se tornara moralmente superior, o que logo demonstrou ser uma inverdade. Mesmo nos países mais ricos, a moralidade do povo é bem baixa e o exemplo dos Estados Unidos nesse sentido é bem conhecido.

Nesta situação, a luta pela moralidade é uma necessidade inadiável e de todos os lados se ouvem apelos nesse sentido, desde a Santa Sé até os meios mais

modestos de trabalhadores em todos os países. Infelizmente, tais apelos são frequentemente ligados à propaganda política, o que diminui sua importância. Lemos há dias as palavras imparciais do Santo Padre, que insistiu “na necessidade de os cristãos instruírem a juventude a fim de torná-la uma vanguarda capaz de enfrentar as exigências da situação político-social”. Não há dúvida de que, se as igrejas dedicarem maior atenção a esta tarefa, sobretudo se não fizerem dela um instrumento de propaganda, seu papel poderia ser importantíssimo, entretanto, quase sem exceção, as igrejas não podem esquecer que não são organizações políticas. Nestes últimos dias, dois altos prelados franceses, o arcebispo de Bordeus, Feltin, e o bispo de Lyon, o cardeal Lienari, deram um exemplo admirável daquilo que deveria ser o papel do clero na vida política, mas infelizmente a França parece ser ainda o único país onde os representantes da Igreja souberam elevar-se acima do partidarismo. “Se a igreja - disse o cardeal - permanece intransigente nos seus princípios morais, ela deixa, de outro lado, aos fiéis plena liberdade para escolher os meios que julgarem mais apropriados para assegurar o bem comum”. Por sua vez o arcebispo de Bordeus afirmou que os eleitores católicos podem filiar-se a organizações políticas diferentes, desde que apresentem garantias ao direito da consciência, sendo somente “inadmissível que os católicos utilizem em sua propaganda processos do ódio ou deslealdade”. É claro que, tendo ocupado tal posição superior, o catolicismo francês não perderá sua influência moral, qualquer que seja o futuro regime do país. Entretanto, não é em todos os países que os representantes das igrejas (digo “igrejas” e não de uma “igreja” qualquer) se levam a tal altura. O alto clero espanhol se colocou decididamente ao lado do general Franco e nos Estados Unidos a organização católica “Knights of Columbus” faz propaganda em favor da Espanha cristã de Franco. Há também tendências políticas nas declarações de Monsenhor Fulton Shéen, o mais brilhante representante atual do catolicismo nos Estados Unidos, mas elas provocaram imediatamente comentários hostis por parte dos representantes protestantes. O bispo metodista Oxnam chegou a afirmar que “o catolicismo é só um grande perigo para a liberdade política e religiosa” e na Inglaterra um outro líder metodista, professor Murray, se exprimiu contra as organizações internacionais com sede no estrangeiro neste sentido exatamente semelhantes ao comunismo”. Tais declarações não têm grande importância, do mesmo modo como uma outra de Oxnam, de que “as práticas do catolicismo são políticas e têm o desígnio de consolidar privilégios seculares”, mas o principal é que a atividade de qualquer das igrejas se coloca deste modo fora de limites confessionais e até provoca hostilidade no seio das outras igrejas. A propaganda da moralidade perde assim muita de sua eficiência e a maior autoridade moral, a do cristianismo, é reduzida ao nível de um instrumento político. Monsenhor Fulton Sheen tem razão de dizer que o mundo é “dividido numa camaradagem de anticristo e numa fraternidade de Cristo”, mas ele dá ao antagonismo entre os dois campos um caráter sobretudo político e, por exemplo, segundo essa sua classificação, os republicanos espanhóis anti-franquistas devem encontrar-se todos na “camaradagem de anticristo”, enquanto que o governo provincial basco afirma energicamente, por exemplo, ser cristão (o que é para ele sinônimo de católico). Tudo isso nos leva a pensar que as igrejas diminuem a um certo ponto inconscientemente seu papel no domínio da luta contra a amoralidade, aparecendo nela como força partidária.

Porém mesmo com esta limitação seu papel continua importantíssimo, sobretudo se as igrejas o ligarem ao propósito de melhorar as condições sociais da vida sem o que a vida dos indigentes não diferirá muito, em certos países, da das

feras. Nestes dias foi lembrado na imprensa o 55o aniversário da célebre bula do Papa Leão XIII, “Rerum Novarum”, que valeu a este chefe da igreja católica a denominação de “Papa dos Trabalhadores”. Atualmente as medidas recomendadas naquele documento, tais como leis para defesa dos trabalhadores industriais, aposentadoria para os velhos, salário mínimo na agricultura, dia de oito horas de trabalho, repouso dominical obrigatório, foram quase todas realizadas, de modo que esse documento tem uma importância sobretudo histórica, mas não se deve esquecer que, em 1891, época de sua publicação, à exceção de Bismark, nenhum outro estadista compreendia ainda a importância das leis sociais e a Leão XIII cabe a glória de ter apontado oficialmente sua importância, sobretudo do ponto de vista da religião, da moralidade. Mas, ao lado do nome do grande Papa, nunca será esquecido provavelmente um outro, mais modesto, que me veio à mente ao ler o telegrama referente ao discurso do Papa Pio XII, no qual este comparou o momento atual ao de um século atrás, nas vésperas da confusão de 1848 porque hoje como então, “a multidão procura os prazeres materiais”. Foi precisamente em 1848, que se começou a falar na Alemanha do bispo de Mainz, barão de Ketteler. Devemos lembrar que, se a Igreja Católica conservou no “Reich” seu prestígio, isso não foi devido à ignorância do povo ou a falta de compreensão por este das suas necessidades reais, como se afirma às vezes mas precisamente porque seu claro soube elevar-se acima dos interesses egoístas dos diversos agrupamentos. Isso explica porque, no famoso “Kultur Kampf” (Luta pela Cultura), o grande Bismark foi vencido; do mesmo modo Hitler e seu nazismo não conseguiram afastar as massas católicas da sua igreja. O primeiro dos prelados alemães, a que se deve esse resultado foi precisamente Ketteler. Sua atividade coincidiu com a do líder socialista Lassalle, cuja morte prematura encerrou uma página interessantíssima na história social mundial. Ketteler reconheceu que muito nas afirmações de Lassalle era exato e quis dar ao socialismo uma base religiosa. Ele defendia os direitos das organizações trabalhistas contra o direito rígido de propriedade, porque este não encara a injustiça que está na satisfação da avareza e da exclusividade para as coisas que Deus criou para alimentar e vestir a todos. A doutrina da propriedade, diz Ketteler, cria a indiferença pelas misérias do homem, inexistente até mesmo entre as feras. A propriedade declara como justo o roubo contínuo - indica ainda Ketteler - pois São Basílio já disse que é ladrão não somente aquele que rouba os bens alheios, mas também aquele que retém para si próprio os bens de um outro. O célebre paradoxo de Proudhon, de que “a propriedade é o roubo”, não é completamente falso - diz ainda Ketteler - porque ele “contém também uma terrível verdade, que não pode ser eliminada pelo desdém ou pela ironia. Contendo apenas uma parcela de verdade, ele pode derrubar toda nossa ordem”. Nessas idéias Ketteler, que foi o chefe do “ultramontanismo” intransigente católico, baseou toda sua propaganda religiosa e moral. Não se sabe realmente essas idéias do bispo dos operários influenciaram a bula “Rerum Novarum”, mas quando um historiador católico moderno e professor universitário norte-americano, príncipe Loewenstein, aponta Ketteler como um exemplo, que foi seguido por outros altos prelados alemães até o recém-falecido cardeal conde Galen, vejo quão grande foi a influência moral do bispo de Mainz; ele nunca abandonou a luta pela religião e pela igreja, mas para ele esta luta se baseava nos moldes dos ensinamentos primitivos do Cristo e era alheia a qualquer intolerância. Isso explica não ter sido seu nome esquecido, permanecendo como um exemplo que deveria ser seguido nas novas campanhas de moralização, cuja necessidade nenhum homem honesto pode negar.

O primeiro ano de após-guerra deixou marcas na história jurídica mundial, especialmente no que se refere aos Direitos Humanos. *O Estado de S. Paulo*, desde o fim de 1945, noticiava diariamente o andamento do episódio que ficou conhecido como os julgamentos de Nuremberg. Criado em 20 de novembro de 1945 e finalizado em 1º de outubro de 1946, o Tribunal Militar Internacional, presidido pelo juiz Robert Jackson, foi responsável por 3 absolvições, 7 prisões e 12 condenações à morte por força¹¹⁹. Os crimes de guerra apurados e divulgados a diversas nações levaram à humanidade inúmeras provas de assassinatos em massa, trabalhos forçados, experiências médicas cruéis - violações incisivas de tratados celebrados na Convenção de Genebra em 1964¹²⁰.

Nacionalmente, o novo presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), empossado desde janeiro, havia proibido o jogo em todo o território e equilibrava-se para manter relações políticas com as duas potências emergidas da guerra: Estados Unidos e União Soviética. Nas palavras de Dutra:

*O governo me foi transmitido em período dos mais difíceis da vida nacional, vivamente conturbada não só pelo desequilíbrio econômico-financeiro, mas também pelas paixões políticas, intranquilidade e desconfiança gerais, tudo agravado por uma situação internacional agitada e incerta¹²¹ (...) A crise econômica se acompanhava da **crise moral**: sonegação de utilidades para efeitos especulativos, delírio de lucros fáceis no mundo dos negócios; e, conseqüentemente, senso exclusivo de gozo, traduzido no afrouxamento do padrão de moralidade, no seio de determinados agrupamentos sociais.¹²²*

Simultaneamente a tudo isso, *O Estado de S. Paulo* empenhava-se no acompanhamento da situação na Palestina. No mesmo mês em que foi escrito o ar-

¹¹⁹ No lado oriental, em janeiro de 1946, constituiu-se o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente. Cf. Jean-Paul BAZELAIRE e Thierry CRETIN. *A Justiça Penal Internacional: sua evolução, seu futuro de Nuremberg a Haia*

¹²⁰ Os protocolos da Convenção de Genebra regulam a ação militar durante uma guerra. Tais regras, seguidas das estabelecidas pelas Convenções de Haia (1899 e 1907), servem de base para os Direitos Humanos Internacionais ainda hoje.

¹²¹ Eurico Gaspar DUTRA. *Mensagem Apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1947*, p. V.

¹²² *Ibid.*, p. VII. O grifo é meu.

tigo “*Luta pela moralidade*”, movimentos radicais judaicos explodiram pontes que ligavam a Palestina a países vizinhos. Assim como os julgamentos, estas ações radicais apareciam diariamente no jornal via agências internacionais e, embora muito frequentes, suscitaram poucos artigos durante o ano.

A mensagem do presidente Dutra (transcrita acima) parece dialogar de forma explícita com o texto de Bennigsen. Ambos associam a crise econômica ao declínio moral. Conde Emmanuel aponta como evidências de queda moral o desprezo pela vida humana, a destruição do que os povos acumularam, a falta de respeito pela propriedade, o enfraquecimento de laços familiares e o fim do desejo de trabalhar. As marcações linguísticas do discurso do autor são bastante evidentes no texto, condensando características constantes também em artigos de anos anteriores e dando um sentido mais amplo à constituição dos sujeitos.

Dentre os traços linguísticos, sobressaem as afirmações categóricas (muitas vezes feitas por negação) - marcas de poder - acompanhadas de pronomes indefinidos (certos, todos), advérbios (quase, mais ou menos) ou modais de dúvida (parecer). Todas essas marcas geram uma contradição que expõe a condição de um sujeito que nega a autoria de sua própria fala. Isso é reforçado também pelo uso repetido de verbos na 1ª pessoa e de partícula apassivadora visando à impessoalidade. Por exemplo, nas seguintes passagens:

e, ao que parece, estas não são frases passageiras, sem base em fatos mais ou menos generalizados;

Afirma-se que desde 1914 a moralidade **geral** entrou em declínio;

... exprimiam-se receios pelo futuro da mocidade atual;

*Os laços familiares enfraqueceram a ponto de, em **certos países**, ter **completamente** desaparecido a idéia de moralidade sexual;*

*A França **é o único país** onde a queda moral é reconhecida **quase oficialmente** e onde o combate contra essa decadência é encarado;*

*ela **não** se relaciona com motivos morais; **parece**, todavia, que a “vida fácil” é atualmente o ideal das massas populares em **todos** os países;*

*e de **todos** os lados se ouvem apelos nesse sentido, desde a Santa Sé até os meios mais modestos de trabalhadores em **todos** os países;*

*entretanto, **quase** sem exceção, as igrejas **não** podem esquecer que **não** são organizações políticas;*

*mas infelizmente a França **parece** ser ainda o **único** país onde os representantes da Igreja souberam elevar-se acima do partidarismo.*

*sem o que a vida dos indigentes **não** diferirá muito, em **certos** países, da das feras;*

A busca por imparcialidade norteia o discurso e pode ser justificada tanto por uma postura ética profissional quanto por algum tipo de restrição. Entretanto, uma vez que o governo censor deixara de existir, a monitoração do discurso passa a ser realizada pela própria formação discursiva do sujeito. O interdiscurso é permeado pelo tradicionalismo: as afirmações são justificadas conforme o ideal de preservação institucionalizado por igrejas, as quais são exploradas repetidas vezes ao longo do texto.

Oposições e equiparações são estabelecidas por pressupostos, paralelismos e, mais peremptoriamente, pelas diferentes formas de apresentação de personalidades citadas e as falas de cada uma. Clarifica-se uma formação discursiva católica e não socialista. Em um momento de começo de guerra fria, fica evidente o maniqueísmo socialismo x capitalismo, ao mesmo tempo que existe a associação socialismo = ruim e capitalismo = bom. Abaixo, constam passagens cujas oposições refletem o que está dito acima:

*... mas é interessante acentuar que dela falam **tanto os católicos** franceses **como os comunistas**.*

A comparação entre católicos e comunistas é feita como uma relação entre extremos, da mesma forma que na sentença

*... **desde** a Santa Sé **até** os meios mais modestos de trabalhadores em todos os países.*

Aqui, a oposição se dá entre “Santa Sé” e “trabalhadores”. Apesar de a palavra “trabalhadores” estar ligada ao discurso socialista, e de “Santa Sé” ser uma referência de representação católica, não é automático o antagonismo capitalismo x

socialismo (comunismo) tal qual na primeira sentença. Contudo, são construções recheadas de um mesmo interdiscurso.

*... a Leão XIII cabe a glória de ter apontado oficialmente sua importância, sobretudo do ponto de vista **da religião, da moralidade**.*

O paralelismo da sentença causa ambiguidade. O sujeito profere dois discursos. O primeiro, por paráfrase, seria

(...) sobretudo do ponto de vista da religião e da moralidade.

Neste caso, a conjunção “e”, unindo expressões de mesmo valor sintático, estaria pressupondo diferenças. A religião é X. A moralidade é Y, portanto são diferentes entre si.

E o segundo:

(...) sobretudo do ponto de vista da religião, da moralidade.

A vírgula aqui tem implicações semânticas. A equivalência de religião e moralidade sugere que elas são expressões que podem, além do óbvio papel sintático, possuir significados afins. Desta forma, religião e moralidade mantêm uma relação de sinonímia. O interdiscurso religioso, então, é evidente: a moral é a religião.

A formação religiosa, todavia, torna-se dominante por meio da forma de apresentação de cada personalidade citada - Herriot¹²³, Feltin¹²⁴, Lienari, Monsenhor

¹²³ Edouard Herriot, líder socialista francês, foi preso em maio de 1940 e libertado em abril de 1945 pelo Exército Vermelho.

¹²⁴ Maurice Feltin, arcebispo de Paris de 1949 a 1966, é hoje mais conhecido por ter se negado a oficiar o enterro de Edith Piaf, alegando que a cantora levava uma vida controversa.

Fulton Shéen¹²⁵, Oxnam¹²⁶, professor Murray, Leão XIII¹²⁷, Pio XII¹²⁸, Ketteller¹²⁹, Lassalle¹³⁰ e príncipe Loewenstein.

Herriot é descrito como “velho líder radical socialista” e a fala que o acompanha, entre aspas, é direta. Herriot afirmou que a França “necessita mais de uma reforma moral, do que de uma reforma política”. Já Pio XII, citado pelo título “Santo Padre”, pronuncia “palavras imparciais” também com discurso direto. O papa falou “na necessidade de os cristãos instruírem a juventude a fim de torná-la uma vanguarda capaz de enfrentar as exigências da situação político-social”. Feltin e Lienari são “altos prelados” qualificados de “exemplos admiráveis”. Lienari recebe, assim como todos os outros, voz direta: “Se a Igreja - disse o cardeal - permanece intransigente nos seus princípios morais, ela deixa, de outro lado, aos fiéis, plena liberdade para escolher os meios que julgarem mais apropriados para assegurar o bem comum”. E Feltin considera “inadmissível que os católicos utilizem em sua propaganda processos do ódio a deslealdade”.

Assim, juntamente com Monsenhor Fulton Shéen, o mais brilhante representante atual do catolicismo nos Estados Unidos”, do “grande papa” Leão XIII e do primeiro dos prelados alemães, o bispo dos operários, Ketteller e príncipe Lowenstein, os personagens católicos recebem descrições elogiosas e discurso aspeado. O sujeito omite-se ao expressar opiniões próprias em palavras alheias. Além disso, investe as falas de autoridade ao associá-las a uma origem respeitosa e ressaltadamente qualificada para falar sobre a moral a que se refere o texto.

¹²⁵ Autor de inúmeros livros e em processo de canonização desde 2002, o bispo americano morreu em 1979 e foi responsável pela conversão ao catolicismo de vários atores famosos.

¹²⁶ Garfield Bromley Oxnam, norte-americano, foi acusado de ser comunista nos anos 20.

¹²⁷ Papa de 1878 a 1903, ficou conhecido como o precursor da “Doutrina Social” da Igreja Católica Romana.

¹²⁸ Papa de 1939 a 1958, teve um pontificado controvertido. É acusado sobretudo de ter mantido silêncio durante os assassinatos nazistas.

¹²⁹ Wilhelm Emmanuel Von Ketteler é considerado também um pioneiro da formação da “Doutrina Social da Igreja”.

¹³⁰ Ferdinand Lassalle, ativista socialista, ficou conhecido como fundador da “União Geral dos Operários Alemães”.

Em contraponto, autoridades socialistas ou não católicas contam com uma descrição lacônica e comentários breves. O bispo metodista Oxnam não recebe muitas descrições e as falas a ele atribuídas são contra o catolicismo: “o catolicismo é um grande perigo para a liberdade política e religiosa” e “práticas do catolicismo são políticas e têm o desígnio de consolidar privilégios seculares”. Professor Murray, apresentado como “um outro líder metodista”, não teve direito a citação. O discurso indireto filtrou, pelo autor, o teor do que foi dito: “se exprimiu contra as organizações internacionais com sede no estrangeiro”. Por fim, as palavras dirigidas a Murray foram “Tais declarações não têm grande importância”.

A disparidade nas apresentações é representativa de um contexto discursivo religioso católico. O sujeito coloca-se em concordância com os ditos da Igreja Romana e apela a fontes de meio discursivo deste mesmo meio discursivo, assim como o “*Christian Science Monitor*”¹³¹.

Embora o autor do texto, Conde de Bennigsen, tenha sido membro da cruz vermelha, entidade da qual se fundaram direitos humanos, e os julgamentos de Nuremberg constituíssem um acontecimento ímpar para a humanidade da década de 40, o silêncio a respeito desses assuntos ecoa e desaparece por entre as linhas do colunista. O interdiscurso conservador, católico, sustenta a idéia de declínio de moralidade e ressalta a importância da religião para a preservação ou restauração da moral.

Um novo traço presente é a marcação do interlocutor. No final do texto, a sentença “cuja necessidade nenhum homem honesto pode negar” define a quem o sujeito seleciona para receber o seu discurso. O homem honesto, interlocutor ideal, acentua a predominância discursiva tradicionalista. Além disso, a discordância, longe de parecer um posicionamento democrático possível, é taxada de desonestidade.

¹³¹ Jornal religioso cristão fundado em 1908

4.5 Análise: Sobre a Palestina¹³²

Há trinta anos a Inglaterra prometeu aos judeus estabelecer na Palestina um "lar" israelita; desde então o problema palestino tornou-se um dos mais inquietantes da política internacional. As Nações Unidas procuram agora para esse problema uma solução aceitável para todos, mas a falta de unanimidade no seio da Comissão Especial de Investigações, nomeada em maio último pela ONU, constitui um mau presságio para seus trabalhos. Dessa comissão não participaram representantes das grandes potências, que se podiam tornar suspeitos de favorecer interesses egoístas, mas apesar disso não pôde encontrar uma solução que contentasse a todos e acalmasse as paixões acumuladas naquela região. De todos os lados, surgem novos argumentos em favor de uma ou de outra tese, tornando-se cada vez mais difícil a questão. Pela leitura duma edição árabe, fui informado de que, antes de o ser por essa comissão, a Palestina já fora visitada, no decorrer dos últimos 25 anos, por duas outras comissões; todavia, as conclusões de todas elas foram impotentes para pacificar o país, como parece acontecer com as da atual.

Alguns argumentos antes usados pelos diferentes interessados, parecem agora completamente esquecidos. Quase não se fala mais, por exemplo, dos direitos históricos dos judeus sobre a Palestina, ou do fato de ser ela sua Terra Santa. Os judeus a dominaram durante 700 anos, mas os árabes replicam que dominam etnicamente o país há quase dois mil anos, acentuando sua indiscutível preponderância étnica na região. E se a Palestina é Terra Santa dos israelitas, o é também dos cristãos e, em menor parte, dos muçulmanos. Os argumentos dos israelitas, baseados na declaração de Balfour de 1917, são cada vez menos citados, pois, além das indicações dos árabes de que os ingleses não tinham nenhum direito de dispor de territórios que não lhes pertenciam, e de que eles os tinham prometido também aos árabes, a declaração prometia aos judeus apenas um "lar" e não um Estado. Devemos lembrar ainda que, fora de todas as outras considerações, este fato deve ser lembrado: a França e os Estados Unidos, durante a discussão dos tratados de paz da primeira grande guerra, tiveram outros 32 participantes da ONU nunca aceitaram qualquer responsabilidade por ela, podendo agora tomar qualquer decisão a respeito. Os judeus acusam, mas sem nenhum resultado, os políticos ingleses trabalhistas de inconsequência, pois antes de chegarem eles ao poder, se não eram paladinos das reivindicações israelitas, esqueciam-se delas. Há porém destas inconsequências em todos

SOBRE A F

Conde EMANUEL

os países e sobre o assunto há uma revelação muito interessante no livro "Behind the silken curtain" (Atrás da cortina de seda), da autoria do sr. Crum, membro norte-americano da comissão mista anglo-norte-americana que investigou o problema palestino nos primeiros meses de 1946. Os membros norte-americanos dessa comissão receberam do Departamento de Estado um resumo dos seus documentos secretos sobre a Palestina, documentos que, na opinião de Crum, nem mesmo Truman conhecia. Esses documentos provavam que, desde 1938, cada vez que o governo dos Estados Unidos fazia oficialmente qualquer promessa aos israelitas norte-americanos, os chefes árabes eram ao mesmo tempo informados pelo Departamento de Estado, embora não oficialmente, de que, não obstante essas promessas, nada seria modificado na sua política para com a Palestina.

Todavia, todos estes documentos e todas estas considerações, muitas vezes examinadas e reexaminadas, foram agora, ao que parece, postas de lado como não decisivas; estuda-se sobretudo a situação em que as mais recentes comissões encontraram a Palestina. Realmente, em 30 anos de 800 000 habitantes, dos quais apenas 50 000 eram judeus, ela passou a ter uma população de dois milhões, com mais ou menos um terço de israelitas. Essa imigração judaica transformou tanto o caráter da região, que levado em consideração. De um país agrícola atrasado, ela se transformou num país até certo ponto moderno, possuindo desenvolvida indústria. Os árabes argumentam, é verdade, que essa indústria, está exclusivamente nas mãos dos judeus, tem caráter artificial e é deficitária (tal alegação, ao que parece, não foi desmentida); os árabes insistem ainda em que essa indústria existe somente graças a vultosos subsídios oriundos dos Estados Unidos, que permitem cobrir seus "deficits"; mas isso é um exagero. Os subsídios norte-americanos espoliarão também a grande diferença cultural existente entre árabes e judeus, pois se os primeiros dispusessem das somas que recebem os judeus, as massas árabes não se manteriam na situação atual, bem primitiva. Acho, porém, tal afirmação também exagerada, pois não se deve esquecer que o nível cultural

ALESTINA A

DE BENNIGSEN

dos imigrantes judeus era muito superior ao dos árabes já no momento de sua chegada à Palestina.

Esse fator cultural e os capitais norte-americanos fizeram que a situação econômica das massas árabes, pelo que afirmam seus líderes, piorasse sensivelmente, sobretudo porque os judeus compraram muitas terras dos latifundiários árabes e eliminaram delas a mão de obra árabe. Tal afirmação é desmentida pelos judeus, que dizem que, segundo seu exemplo, os árabes seus vizinhos, também melhoraram muito suas culturas. O principal ponto de discordância, do ponto de vista econômico, é, porém, a questão da capacidade da Palestina de receber novas centenas de milhares de imigrantes judeus. Parece que no seu estado atual, o país já está muito povoado e que não se pode aumentar sensivelmente sua população sem se realizarem primeiros grandes melhoramentos, tais como o projeto Lowdermilk para a utilização do vale do Jordão. Mas mesmo que estes projetos, cuja importância parece ser exagerada, se possam realizar, não eliminarão a hostilidade entre árabes e judeus (a esse respeito, ao que parece, as opiniões são unânimes), rivalidade que não existia há vinte anos e que agora ameaça provocar uma guerra entre as duas nacionalidades, muito pior que as atuais distúrbios. Os árabes insistem na manutenção da unidade da Palestina e opõem-se à admissão de novos imigrantes judeus, pois acham que estes ameaçam criar no país, daqui há alguns anos, uma maioria desta nacionalidade. Opõem-se assim à partilha do país em dois Estados, partilha proposta pela maioria da comissão de Inquérito da ONU. Ao contrário, os judeus, e entre eles sobretudo os sionistas, que oficialmente se obtinham em exigir que a Palestina seja um país judaico, parecem mais inclinados a aceitar a partilha. A criação de um Estado judaico absolutamente independente facilita o recuo, dos campos de concentração da Alemanha e da Áustria, dos 250 000 judeus neles internados, e isto parece ter sido um grande argumento, em favor da independência do novo país para a maioria das últimas comissões. Realmente, segundo o memorial apresentado à ONU pelas organizações liberais norte-americanas, a admissão de judeus foi sus-

tada em muitos países e mesmo naqueles que em geral admitiam imigrantes em larga escala. A Palestina tornou-se para eles, portanto, a última esperança.

Mas se deixarmos de lado essa vantagem, que, segundo os árabes, poderia ser substituída pela admissão mais liberal da imigração israelita pelos outros países, devemos admitir que o projeto de divisão elaborado pela comissão da ONU é muito artificial e parece menos satisfatório que o anterior da comissão anglo-norte-americana de 1946. Na parte judaica, ficariam 500 000 judeus e 410 000 árabes, ao passo que na parte árabe haveria 3 000 judeus contra 715 000 árabes. Os árabes dizem que a comissão da ONU cede aos judeus cidades puramente árabes, tais como Jaffa. Mas estes são pormenores que poderiam ser corrigidos nas discussões da ONU, no caso de ser aceito por ela o princípio da divisão. Os árabes continuam, porém, a protestar contra ela e têm a seu favor os votos de quatro membros da comissão, que propõem a criação de um Estado federal, ao qual, é claro, os árabes terão definitivamente a maioria. É preciso indicar, porém, que para os extremistas árabes a federação não é mais aceitável que a completa divisão.

Estes protestos são apoiados por ameaças de invasão da Palestina pelos árabes dos países vizinhos e de "bolote" econômico dos países que votarem contra as pretensões árabes. Não se deve atribuir importância exagerada a essas ameaças, mas não se pode negar que se o plenário da ONU aceitar as propostas da comissão, a pacificação dos dois povos da Palestina ainda não será conseguida. E então a Inglaterra, se recusar a manter a ordem (e verdadeiramente hem-procar), no país, e seu exército de 100 000 homens terá de ser substituído por um exército internacional. O exército inglês custava ao país pelo menos 140 milhões de dólares anuais e é provável que as tropas internacionais custarão ainda mais, o que provocará os protestos de muitos países, que tudo farão também para evitar a necessidade de mandar seus filhos defenderem na Palestina interesses que para eles não têm a mínima importância. Se se pode, assim, prever uma única coisa: que as duas soluções propostas pela maioria e pela minoria da comissão não darão a paz à Palestina. Dividido mesmo que sustem o crescimento das hostilidades internas. A política palestina dos ingleses foi muito errada, todo mundo o reconhece; vemos se a ONU será mais feliz nesse sentido. Mas devemos reconhecer que por enquanto sua estrela não foi muito prometedora.

¹³² BENNIGSEN, Conde Emmanuel de. *Sobre a Palestina*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 01.10.1947, p. 16. Texto transcrito na página seguinte.

Transcrição

Sobre a Palestina

Há trinta anos, a Inglaterra prometeu aos judeus estabelecer na palestina um “lar” israelita: desde então o problema palestino se tornou aos poucos um dos mais inquietantes da política internacional. As Nações Unidas procuram agora para esse problema uma solução aceitável para todos, mas a falta de unanimidade no seio da Comissão Especial de Investigações, nomeada em maio último pela ONU, constitui um mau presságio para seus trabalhos. Dessa comissão não participaram representantes das grandes potências, que se podiam tornar suspeitos de favorecer interesses egoístas, mas apesar disso não pôde encontrar uma solução que contentasse a todos e acalmasse as paixões acumuladas naquela região. De todos os lados, surgem novos argumentos em favor de uma ou de outra tese, tornando-se cada vez mais difícil a questão. Pela leitura duma edição árabe, fui informado de que, antes de o ser por essa comissão, a Palestina já fora visitada, no decurso dos últimos 25 anos, por doze outras comissões: todavia, as conclusões de todas elas foram impotentes para pacificar o país, como parece acontecer com as da atual.

Alguns argumentos antes usados pelos diferentes interessados, parecem agora completamente esquecidos. Quase não se fala mais, por exemplo, dos direitos históricos dos judeus sobre a Palestina, ou do fato de ser ela sua Terra Santa. Os judeus a dominaram durante 700 anos, mas os árabes replicam que dominam etnicamente o país há quase dois mil anos, acentuando sua indiscutível preponderância étnica na região. E se a Palestina é Terra Santa dos israelitas, o é também dos cristãos e, em menor parte, dos muçulmanos. Os argumentos dos israelitas, baseados na declaração de Balfour de 1917, são cada vez menos citados, pois, além das indicações dos árabes de que os ingleses não tinham nenhum direito de dispor de territórios que não lhes pertenciam, e de que eles os tinham prometido também aos árabes, a declaração prometia aos judeus apenas um “lar” e não um Estado. Devemos lembrar ainda que, fora de todas as outras considerações, este fato deve ser (sic) embora a França e os Estados Unidos, durante a discussão dos tratados de paz da primeira grande guerra, tivessem homologado até certo ponto a promessa de Balfour, os outros 52 participantes da ONU nunca aceitaram qualquer responsabilidade por ela, podendo agora tomar qualquer decisão a respeito. Os judeus acusam, mas sem nenhum resultado, os políticos ingleses trabalhistas de inconsequência, pois antes de chegarem eles ao poder, se mostravam paladinos das reivindicações israelitas, esquecendo-as depois. Há porém destas inconsequências em todos os países e sobre o assunto há uma revelação muito picante no livro “Behind the silken curtain” (Atrás da cortina de seda), da autoria do sr. Crum, membro norte-americano da comissão mista anglo-norte-americana que investigou o problema palestino nos primeiros meses de 1946. Os membros norte-americanos dessa comissão receberam do Departamento de Estado um resumo dos seus documentos secretos sobre a Palestina, documentos que, na opinião de Crum, nem mesmo Truman conhecia. Esses documentos provavam que, desde 1939, cada vez que o governo dos Estados Unidos fazia oficialmente qualquer promessa aos israelitas norte-americanos, os chefes árabes eram ao mesmo tempo informados pelo Departamento de Estado, embora não oficialmente de que, não obstante essas promessas, nada seria modificado na sua política para com a Palestina.

Todavia, todos estes documentos e todas estas considerações, muitas vezes examinadas e reexaminadas, foram agora, ao que parece, postas de lado como não decisivas: estuda-se sobretudo a situação em que as mais recentes comissões encontraram a Palestina. Realmente, em 50 anos, de 800.000 habitantes, dos quais apenas 50.000 eram judeus, ela passou a ter uma população de dois milhões, com mais ou menos um terço de israelitas. Essa imigração judaica transformou tanto o caráter da região que levado em consideração. De um país agrícola atrasado, ela se transformou num país até certo ponto moderno possuindo desenvolvida indústria. Os árabes argumentam, é verdade, que essa indústria, está exclusivamente nas mãos dos judeus, tem caráter artificial e é deficitária (tal alegação, ao que parece, não foi desmentida); os árabes insistem ainda em que essa indústria existe somente graças a vultosos subsídios oriundos dos Estados Unidos, que permitem cobrir seus “deficits”: mas isso é um exagero. Os subsídios norte-americanos esplicariam também a grande diferença cultural existente entre árabes e judeus, pois se os primeiros dispusessem das somas que recebem os judeus, as massas árabes não se manteriam na situação atual, bem primitiva. Acho porém, tal afirmação também exagerada, pois não se deve esquecer que o nível cultural dos imigrantes judeus era muito superior ao dos árabes já no momento de sua chegada à Palestina.

Esse fator cultural e os capitais norte-americanos fizeram que a situação econômica das massas árabes, pelo que afirmam seus líderes, piorasse sensivelmente, sobretudo porque os judeus compraram muitas terras dos latifundiários árabes e eliminaram delas a mão de obra árabe. Tal afirmação é desmentida pelos judeus, que dizem que, seguindo seu exemplo, os árabes seus vizinhos, também melhoraram muito suas culturas. O principal ponto de discórdia, do ponto de vista econômico, é, porém, a questão da capacidade da Palestina de receber novas centenas de milhares de imigrantes judeus. Parece que no seu estado atual, o país já está muito povoado e que não se pode aumentar sensivelmente sua população sem se realizarem primeiro grandes melhoramentos, tais como o projeto Lowdermilk para a utilização do vale do Jordão. Mas mesmo que estes projetos, cuja importância parece ser exagerada, se possam realizar, não eliminarão a hostilidade entre árabes e judeus (a esse respeito, ao que parece, as opiniões são unânimes), rivalidade que não existia há vinte anos e que agora ameaça provocar uma guerra entre as duas nacionalidades, muito pior que os atuais distúrbios. Os árabes insistem na manutenção da unidade da Palestina e opõem-se à admissão de novos imigrantes judeus, pois acham que estes ameaçam criar no país, daqui há alguns anos, uma maioria desta nacionalidade. Opõem-se assim à partilha do país em dois Estados, partilha proposta pela maioria da comissão de inquérito da ONU. Ao contrário, os judeus e entre eles sobretudo os sionistas, que oficialmente se obstinam em exigir que a Palestina seja um país judaico, parecem mais inclinados a aceitar a partilha. A criação de um Estado judaico absolutamente independente facilita o escoamento dos campos de concentração da Alemanha e da Áustria, dos 250.000 judeus neles internados, e isto parece ter sido um grande argumento em favor da independência do novo país para a maioria das últimas comissões. Realmente, segundo o memorial apresentado à ONU pelas organizações liberais norte-americanas, a admissão de judeus foi sustada em muitos países e mesmo naqueles que em geral admitem imigrantes em larga escala. A Palestina tornou-se para eles, portanto, a última esperança.

Mas se deixarmos de lado essa vantagem, que, segundo os árabes, poderia ser substituída pela admissão mais liberal da imigração israelita pelos outros países, de-

vemos admitir que o projeto de divisão elaborado pela comissão da ONU é muito artificial e parece menos satisfatório que o anterior da comissão anglo-norte-americana de 1946. Na parte judaica, ficariam 500.000 judeus e 416.000 árabes, ao passo que na parte árabe haveria 8.000 judeus contra 715.000 árabes. Os árabes dizem que a comissão da ONU cede aos judeus cidades puramente árabes, tais como Jaffa. Mas estes são pormenores que poderiam ser corrigidos nas discussões da ONU, no caso de ser aceito por ela o princípio da divisão. Os árabes continuam, porém, a protestar contra ela e têm a seu favor os votos de quatro membros da comissão, que propõem a criação de um Estado federal, no qual, é claro, os árabes terão definitivamente, a maioria. E preciso indicar, porém, que para os extremistas árabes a federação não é mais aceitável que a completa divisão.

Estes protestos são apoiados por ameaças de invasão da Palestina pelos árabes dos países vizinhos e de “boicote” econômico dos países que votarem contra as pretensões árabes. Não se deve atribuir importância exagerada a essas ameaças, mas não se pode negar que se o plenário da ONU aceitar as propostas da comissão a pacificação dos dois povos da Palestina ainda não será conseguida. E então a Inglaterra se recusará a manter a ordem (é verdade bem precária) no país e seu exército de 100.000 homens terá de ser substituído por um exército internacional. O exército inglês custava ao país pelo menos 140 milhões de dólares anuais e é provável que as tropas internacionais custarão ainda mais, o que provocará os protestos de muitos países, que tudo farão também para evitar a necessidade de mandar seus filhos defenderem na Palestina interesses que para eles não têm a mínima importância. Só se pode, assim, prever uma única coisa: que as duas soluções propostas pela maioria e pela minoria da comissão não darão a paz à Palestina. Duvido mesmo que sustem o crescimento das hostilidades internas. A política palestina dos ingleses foi muito errada, todo mundo o reconhece: veremos se a ONU será mais feliz nesse sentido. Mas devemos reconhecer que por enquanto sua estréia não foi muito prometedora.

Os judeus não foram enviados para Chipre por falta de acomodação na Ilha - O governo francês nada decidiu a respeito - Opinião dos países árabes sobre ‘O Estado Judaico de Palestina’¹³³. Essa mescla de informações contidas no jornal *O Estado de S. Paulo*, via agências internacionais, mostra um pouco do que ocorria ao longo de 1947. Turbulento nacional e internacionalmente, o ano foi atravessado por acontecimentos impactantes para a história do conflito árabe-israelense.

No Brasil, lia-se agora que Getúlio Vargas era um “*ex-ditador*” que tentava se defender usando “*jovens populares com o aspecto característico dos ‘queremistas’ pobres: caras famintas e olhares alucinados*” e era confrontado pelo presidente

¹³³ Subtítulo da reportagem *Voltam à França os emigrantes do EXODUS-1947* de 23.07.1947, p.1 de ‘*O Estado de S. Paulo*’.

da U.D.N: *“esta tribuna que o sr. arrebatou a todos os brasileiros e da qual se vale neste momento, lhe foi dada por nós, pelo movimento de 29 de outubro, quando restabelecemos no Brasil a liberdade democrática”*¹³⁴.

Após a libertação dos confinados em campos de concentração, os países aliados preocupavam-se com o destino de cerca de 250.000 judeus despatriados que escaparam da morte. Alguns receberam vistos de entrada em países como Inglaterra, EUA, Brasil, Argentina; nenhum queria retornar à Alemanha.

A maioria, entretanto, tentava um recomeço em um novo lugar. O Sionismo, movimento organizado em torno da construção de um Estado judeu na Palestina, foi então responsável por proporcionar aos sobreviventes a esperança de uma vida em que os judeus não mais estariam à mercê de outros governos.

Termo cunhado por Nathan Bimbaum em 1897, o Sionismo também se tornou grande fonte de notícias em 1947. O primeiro Congresso Sionista, realizado na Basiléia em 1897, foi organizado por Theodor Herzl, mentor do movimento. A idéia de que os judeus só deixariam de sofrer perseguições se tivessem uma pátria própria ganhava, desde então, mais e mais adeptos. Em 1917, Arthur Balfour, secretário britânico, escreveu:

*"His Majesty's Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people, and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country."*¹³⁵

A Palestina, ocupada pelos britânicos desde o fim da I Grande Guerra, recebia a cada ano cada vez mais judeus, mas foram as perseguições sofridas a

¹³⁴ Nova exibição oratória do ex-ditador. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 10.05.1947, p.3.

¹³⁵ Arthur BALFOUR. *The Balfour Declaration*. Tradução: O Governo de Sua Majestade vê favoravelmente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu, e irá empregar seus melhores esforços a fim de facilitar a consecução deste objetivo, sendo claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas na Palestina, ou os direitos e status político desfrutados por judeus em qualquer outro país.

partir de 1933 as causas principais do intenso aumento nos índices de imigração. Esta crescente e rápida ampliação da população judia na região gerava desconfiança árabe. Intensificavam-se, com isso, os atritos entre as duas populações. Em 1939, portanto, no documento conhecido como “Livro Branco”, foi limitado o número de entrada imigrantes judeus. Esta resolução revoltou líderes judeus e provocou inúmeros conflitos com os britânicos e nem mesmo a Shoah pôde revogar tal limitação. A imigração, por isso, passou a ser feita ilegalmente. Em 1947, o chanceler britânico, Ernest Bevin, anunciou que retiraria as tropas inglesas da Palestina e entregaria a região às Nações Unidas.

Em abril de 1947, uma Comissão Especial das Nações Unidas foi criada para elaborar uma solução à “questão Palestina”. A Comissão foi testemunha do sequestro do navio Exodus-47 e da violência contra os 4.500 tripulantes sobreviventes da Shoah. Pouco mais de um mês antes do plano de partilha (em 29 de novembro) proposto pelas Nações Unidas, Conde Emmanuel elaborou *“Sobre a Palestina”*.

No texto, podem ser notadas pelo menos duas marcações linguísticas características do autor. A primeira relaciona-se à maneira de utilização dos verbos ora na voz ativa, ora na passiva, com implicações discursivas. A segunda, também frequente em outros textos analisados, é a forma de inserção do sujeito, que oscila entre a opção de inscrição por meio de formas verbais na 1ª pessoa do plural. A seguir, cada uma das marcas será detalhada.

O artigo, ao expor os diferentes posicionamentos em torno do direito à Palestina, cita principalmente os pontos de vistas dos povos judeu e árabe, colocando-os em uma relação de oposição. Para tanto, o autor associa os seguintes verbos a cada grupo:

Judeus	
Passiva	Ativa
prometer	dominar
desmentir	receber
admitir	acusar
ceder	comprar
	eliminar
	dizer

Árabes	
Passiva	Ativa
	replicar
	dominar
	argumentar
	insistir
	afirmar
	opor
	dizer
	protestar
	ter

A passivização dos judeus em contraponto à ação árabe apela uma vez mais ao interdiscurso da vitimização judaica. Esta vitimização aqui está relacionada à que foi recuperada recentemente em trabalhos como o de Norman Finkelstein, *A indústria do Holocausto*¹³⁶. A conceituação contemporânea enxerga o processo de vitimização como a atribuição *aos sobreviventes do Holocausto um 'status de vítima'* a fim de *explorar a memória do genocídio visando 'extorquir dinheiro da Europa'*¹³⁷.

Além disso, colaboram para essa formação de sentido os campos semânticos das escolhas vocabulares. Associadas aos judeus, há, na parte de verbos em voz ativa, acepções correntes em discursos violentos, tais como “dominar”, “eliminar” e “acusar”. O mesmo não acontece com os árabes, os quais desempenham ações muito mais ligadas ao discurso polêmico, argumentativo¹³⁸.

Outro ponto destacável são as diferentes marcações do sujeito no discurso. Os repetidos longos períodos, normalmente de três linhas, e pelo menos 3 orações, servem à omissão. Torna-se ainda especialmente importante a presença gráfi-

¹³⁶ Cf. Norman FINKELSTEIN, *A indústria do Holocausto*.

¹³⁷ Maria Luiza TUCCI CARNEIRO. *Metáforas de uma civilização*, p. 309.

¹³⁸ Cf. Eni ORLANDI, *A linguagem e seu funcionamento*, p.15.

ca do autor no texto, feita neste caso por meio de parênteses¹³⁹. Esta existência material, quando contraposta à evidência não gráfica, traz implicações discursivas já que afeta diretamente os sujeitos. Abaixo, estão exemplos dessas situações.

Devemos lembrar ainda que, fora de todas as outras considerações, este fato deve ser¹⁴⁰(sic) embora a França e os Estados Unidos, durante a discussão dos tratados de paz da primeira grande guerra, tivessem homologado até certo ponto a promessa de Balfour, os outros 52 participantes da ONU nunca aceitaram qualquer responsabilidade por ela, podendo agora tomar qualquer decisão a respeito.

Esse período bastante longo propicia ao sujeito esquivar-se de afirmações porque dificulta a apreensão da idéia principal por parte do interlocutor. Juntamente com o verbo em negrito na 1ª pessoa, a indeterminação possibilita a realização de uma declaração pela qual ninguém é nomeado individualmente. Existe a dúvida: **devemos** (nós quem? O autor e o interlocutor, os jornalistas, os brasileiros?). A ausência de referentes diretos e delimitados facultam ao sujeito a ocultação de uma formação discursiva. O discurso é parte de um sujeito que se mantém secreto, portanto.

*Os árabes argumentam, é **verdade**, que essa indústria, está exclusivamente nas mãos dos judeus, tem caráter artificial e é deficitária (**tal alegação, ao que parece, não foi desmentida**); os árabes insistem ainda em que essa indústria existe somente graças a vultosos subsídios oriundos dos Estados Unidos, que permitem cobrir seus “deficits”: **mas isso é um exagero**. Os subsídios norte-americanos explicariam também a grande diferença cultural existente entre árabes e judeus, pois se os primeiros dispusessem das somas que recebem os judeus, as massas árabes não se manteriam na situação atual, bem primitiva. **Acho porém, tal afirmação também exagerada**, pois não se deve esquecer que o nível cultural dos imigrantes judeus era muito superior ao dos árabes já no momento de sua chegada à Palestina.*

*Mas mesmo que estes projetos, **cuja importância parece ser exagerada**, se possam realizar, não eliminarão a hostilidade entre árabes e judeus (**a esse respeito, ao que parece, as opiniões são unânimes**), rivalidade que*

¹³⁹ De acordo com o gramático Celso Cunha, empregam-se parênteses para fazer “uma nota emocional” em meio ao texto. Cf. Celso CUNHA, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

¹⁴⁰ A frase está originalmente incompleta.

não existia há vinte anos e que agora ameaça provocar uma guerra entre as duas nacionalidades, muito pior que os atuais distúrbios.

A concordância com a argumentação árabe é expressa entre vírgulas pelo “é verdade” e é justamente neste espaço que se insere o sujeito. O julgamento, proferido em meio à oração principal, passa quase despercebido. Já o dito entre parênteses destaca a fala do sujeito e corrobora a opinião emitida anteriormente em favor dos árabes. Repetidamente, a opinião do autor é a de que algo é exagerado. Enquanto na primeira ocorrência o exagero é atribuído aos árabes, a segunda permite mais interpretações. O verbo “achar”, empregado na 1ª pessoa, expõe o sujeito. Por outro lado, a afirmação “exagerada” da qual o autor fala foi feita por ele próprio. É mais provável, todavia, que essa declaração tenha sido feita pelos árabes, o que daria mais sentido à fala do autor. Em todo caso, textualmente, existe ambivalência.

E então a Inglaterra se recusará a manter a ordem (é verdade bem precária) no país e seu exército de 100.000 homens terá de ser substituído por um exército internacional.

Novamente identificando-se nos parênteses, o sujeito tem lugar de destaque. Trata-se de uma opinião apenas e por isso merece ser ressaltada em meio ao texto. Isso traz ainda outras consequências: uma vez que a opinião vem marcada por parênteses, tudo o que não se marca tem natureza não opinativa. O dito não demarcado ganha autoridade, pois adquire *status* de fato, de verdade. Pode ser visto, dessa forma, como um recurso que permite ao sujeito portar um discurso autoritário, mas não explícito.

Ainda, dentre as palavras escolhidas pelo autor, ao menos duas sugerem discursos afins ao pensamento tradicional do poder na época. Os conflitos entre árabes e judeus são atribuídos às “paixões acumuladas naquela região”, acarretando banalização dos confrontos. Junte-se a isso, o vocábulo “escoamento” para se referir ao esvaziamento de judeus mantidos em campos de concentração. Embora o verbo “escoar” possa ser empregado no sentido de esvaziar, é mais frequente o uso quando se refere a algo não humano. Por exemplo: escoamento de líquido. Por paráfrase, a sentença “A criação de um Estado judaico absolutamente independente facilita o escoamento dos campos de concentração da Alemanha e da Áustria, dos 250.000 judeus neles internados” poderia ser refeita de forma a preservar o traço humano.

Como em “... facilita a saída dos campos de concentração da Alemanha e da Áustria, dos 250.000 judeus neles internados”.

A imagem de judeus e árabes, construídas em contraposição, estrutura o pensamento maniqueísta do sujeito. O silenciamento das questões que deram força ao movimento migratório mostra uma formação discursiva embebida de ideologia anti-sionista. O sujeito se furta à opinião não investida de autoridade, praticando um discurso monitorado. Ainda que o momento histórico possibilite a livre expressão, o discurso vem na contramão de sentidos libertos, permeado de elementos não simpáticos aos judeus e, agora, ao sionismo.

4.6 Análise: Na Palestina¹⁴¹

NA PALESTINA

Conde EMANUEL DE BENNIGSEN

O que se verifica nestes dias na ONU é de mau preságio para o futuro da organização e em geral para qualquer projeto de governo mundial. Durante a existência da ONU e da sua predecessora, a Sociedade das Nações, muitos belos discursos foram pronunciados (é verdade que os maus foram ainda mais numerosos), muitas ideias generosas foram proclamadas, mas toda vez em que se exigiu qualquer ação, essa organização deu prova de indecisão e de absoluta impotência. Numa, porém, sua fraqueza se manifestou tanto como na questão palestina. Há um ano e meio, a Inglaterra anunciou que transferiria seu mandato sobre a Palestina à ONU; há um ano, a assembleia extraordinária da ONU nomeou uma comissão especial para estudar esse problema, e há seis meses a assembleia ordinária aprovou a partilha da Palestina, por iniciativa norte-americana. Mas agora, que só resta uma semana para a data em que os ingleses ficarão livres de qualquer responsabilidade pelos acontecimentos palestinos e não obstante a situação desse país se agrava diariamente, a ONU continua indecis sobre o que vai fazer. Os próprios Estados Unidos, que em novembro último defendiam a divisão da Palestina, renunciaram agora a essa ideia; e a única solução real para a pacificação desse país parece ser o envio para lá de um grande exército internacional. Todavia, essa solução também não encontra apoio em Lake Success. Um telegrama já anunciou, aliás, que os árabes não consideram como seria a proposta norte-americana de organizar na Palestina uma polícia internacional de 1.000 homens. Realmente, se 100.000 ingleses, que além disso, contam com a polícia indígena árabe-judia, não conseguiram evitar a guerra civil, que poderia fazer mil policiais internacionais? Evidentemente os Estados Unidos não insistem na ideia da partilha da Palestina, porque esta exigiria da ONU um esforço acima de suas possibilidades. Mas por ora nem os Estados Unidos nem os outros países que os apoiam na ONU apontaram medidas próprias também para a pacificação desse novo fidejussório. É duvidoso que possam fazê-lo sem mandar para lá um grande exército internacional, projeto que encontra não obstante muitos adversários na ONU. Lembremos ainda que tal exército ou força policial deve, conforme o pensamento de seus partidários, ser composto sobretudo de voluntários, o que não garante, seja como for, sua imparcialidade. Se as tropas inglesas, nas quais havia uns poucos judeus e nenhum árabe, foram acusadas por ambos os contendores de parcialidade, é provável que muitos dos voluntários, que talvez os substituam, se alistarão especialmente com o fim de auxiliar um ou outro grupo nacional; já se falou de árabes e sobretudo de judeus que desejam entrar nessa tropa. Assim, o exército de pacificação mostrar-se-á decerto mais parcial que o inglês e será logo acusado de pender para uma ou outra nacionalidade. Além disso, não esqueçamos que poucos dias nos separam do 15 de maio o que a formação de um exército capaz de substituir o inglês exigirá, na melhor das hipóteses, alguns meses. Assim, antes desse exército chegar à Palestina, esta será abandonada às suas populações, que por ora não parecem dispostas a seguir os conselhos pacíficos que recebem com grande abundância. As hostilidades prosseguem e delas participa um número cada vez maior de combatentes equipados com as armas mais modernas. Houve esperanças de que os Estados Unidos poderiam evitar a invasão da Palestina por

exercitos dos outros países árabes, prometendo a estes ajuda financeira e suprimindo o espectro dos distúrbios comunistas.

Mas, de outro lado, os apelos a treguas não tiveram o mínimo êxito: em Jaffa, os judeus acertaram a tregua imposta pelo exército inglês, que era ainda o mais forte nessa cidade, mas logo atacaram as aldeias árabes das imediações. Em Jerusalém, os consules patrocinaram uma tregua, mas pouco tempo depois os judeus atacaram e apodaram-se de um bairro árabe da Cidade Santa; uma nova tregua foi conseguida alguns dias mais tarde, mas quanto tempo perdurará? A pressão da ONU pode influir na "Haganah", que representa os elementos judeus moderados, mas a "Irgun Zvai Leumi", organização de terroristas fanáticos, decerto não atenderá a nenhum apelo. Não esqueçamos também que esta organização, antes clandestina, parece agir agora abertamente e que o número de seus membros aumentou sensivelmente. O ataque contra Jaffa foi desencadeado pela "Irgun" e não se pode prever se ela abandonará a luta no próximo futuro. Os países árabes tampouco abandonarão seus planos de invasão da Palestina, pois tal renúncia os desprestigiaria em todo o Oriente. Nessa perspectiva, os judeus palestinos apressam-se em apoderar-se dos pontos estratégicos, que possam garantir-lhes, senão a vitória, pelo menos a possibilidade de uma resistência mais prolongada, impelindo a ONU a adotar medidas energéticas, das quais os judeus se aproveitariam mais do que os árabes. E' por esse motivo que os judeus provavelmente atacam regiões onde até hoje reinava relativa tranquilidade.

Telaviv é a única grande cidade completamente judia e ali não houve grandes combates. O outro grande porto, Haifa, que pelo plano da partilha devia ser cedido ao judeus, tem uma população de 66.000 judeus contra 62.000 árabes, e foi atacado e tomado pelos judeus depois de um dia de combate, tendo a maior parte dos árabes abandonado a cidade. O ataque a Jaffa, um oásis árabe na região judia, desfechado logo depois da tomada de Haifa, teria sido também vitorioso, se não se verificasse a intervenção inglesa. Mas aí a situação é diferente: em Jaffa, os judeus são 28.000 contra 66.000 árabes e portanto a ONU resolveu que esse porto ficaria com os árabes. Provavelmente por esse motivo os ingleses, testemunhas passivas dos combates de Haifa, intervieram contra os judeus em Jaffa.

E' possível porém, que, depois de 15 de maio, os judeus se apoderem dessa cidade, embora isso não lhes garanta ainda o êxito final da luta, nem a posse de Jerusalém. E' impossível vaticinar sobre os resultados finais desse conflito, pois as incógnitas são demais numerosas. Diante porém do exemplo da Grécia, onde a guerra civil já dura mais de três anos, podemos supor que na Palestina — ela durará também longo tempo. Os árabes possuem, além das duas brigadas bem adestradas do rei Abdullah, ainda outras tropas regulares, mas ao que parece menos valorosas. Os judeus, por outro lado, parecem estar bem preparados para a guerra de guerrilha; não obstante seja impossível avaliar sua capacidade de luta em campo aberto. Enfim, não esqueçamos que eles são apenas 700.000 na Palestina, contra mais de 30 milhões de árabes da Palestina e dos países vizinhos. A desproporção é tão grande, que não se deve menosprezar a possibilidade de que as probabilidades de êxito dos adversários não está a favor dos judeus, mesmo no caso de eles recorrerem a qualquer ajuda estrangeira e conseguirem.

¹⁴¹ Conde Emmanuel de BENNIGSEN. *Na Palestina. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 07.05.48, p. 06. Texto transcrito na página seguinte.

Transcrição:

Na Palestina

O que se verifica nestes dias na ONU é de mau presságio para o futuro da organização e em geral para qualquer projeto de governo mundial. Durante a existência da ONU e de sua predecessora, a Sociedade das Nações, muitos belos discursos foram pronunciados (é verdade que os maus foram ainda mais numerosos), muitas idéias generosas foram proclamadas, mas toda vez em que se exigiu qualquer ação, essas organizações deram prova de indecisão e de absoluta impotência. Nunca, porém, sua fraqueza se manifestou tanto como na questão palestina. Há um ano e meio, a Inglaterra anunciou que transferiria seu mandato sobre a Palestina à ONU; há um ano, a assembléia extraordinária da ONU nomeou uma comissão especial para estudar esse problema, e há seis meses a assembléia ordinária aprovou a partilha da Palestina, por iniciativa norte-americana. Mas agora que só resta uma semana para a data em que os ingleses ficarão livres de qualquer responsabilidade pelos acontecimentos palestinos e não obstante a situação desse país se agrave diariamente, a ONU continua indecisa sobre o que vai fazer. Os próprios Estados Unidos, que em novembro último defendiam a divisão da Palestina, renunciaram agora a essa idéia; e a única solução real para a pacificação desse país parece ser o envio para lá de um grande exército internacional. Todavia, essa solução também não encontra apoio em Lake Success. Um telegrama já anunciou, aliás, que os árabes não consideram como séria a proposta norte-americana de organizar na Palestina uma polícia internacional de 1.000 homens. Realmente, se 100.000 ingleses, que além disso, contam com a polícia indígena árabe-judia, não conseguiram evitar a guerra civil, que poderão fazer mil policiais internacionais? Evidentemente os Estados Unidos não insistem na idéia da partilha da Palestina, porque esta exigiria da ONU em esforço acima de suas possibilidades. Mas por ora nem os Estados Unidos nem os outros países que os apoiam na ONU apontaram medidas próprias também para a pacificação desse novo fidelcomisso. É duvidoso que possam fazê-lo sem mandar para lá um grande exército internacional, projeto que encontra não obstante muitos adversários na ONU. Lembramos ainda que tal exército ou força policial deve, conforme o pensamento de seus partidários, ser composto sobretudo de voluntários, o que não garante, seja como for, sua imparcialidade. Se as tropas inglesas, nas quais havia uns poucos judeus e nenhum árabe, foram acusadas por ambos os contendores de parcialidade, é provável que muitos dos voluntários, que talvez os substituam, se alistarão especialmente com o fim de auxiliar um ou outro grupo nacional: já se falou de árabes e sobretudo de judeus que desejam entrar nessa tropa. Assim, o exército de pacificação mostrar-se-á decerto mais parcial que o inglês e será logo acusado de pender para uma ou outra nacionalidade. Além disso, não esqueçamos que poucos dias nos separam do 15 de maio e que a formação de um exército capaz de substituir o inglês exigirá, na melhor das hipóteses, alguns meses. Assim, antes desse exército chegar à Palestina, esta será abandonada às suas populações, que por ora não parecem dispostas a seguir os conselhos pacíficos que recebem com grande abundância. As hostilidades prosseguem e delas participa um número cada vez maior de combatentes equipados com as armas mais modernas. Houve esperanças de que os Estados Unidos poderiam evitar a invasão da Palestina por exércitos de outros países árabes, prometendo a estes ajuda financeira e sustando o espectro dos distúrbios comunistas.

Mas, de outro lado, os apelos a tréguas não tiveram o mínimo êxito: em Jaffa, os judeus aceitaram a trégua imposta pelo exército inglês, que era ainda o mais forte nessa cidade, mas logo atacaram as aldeias árabes das imediações. Em Jerusalém, os consules patrocinaram uma trégua, mas, pouco tempo depois os judeus atacaram e apoderaram-se de um bairro árabe da Cidade Santa: uma nova trégua foi conseguida alguns dias mais tarde, mas quanto tempo perdurará? A pressão da ONU pode influir na "Haganah", que representa os elementos judeus moderados, mas a "Irgun Zvai Leumi", organização de terroristas fanáticos, decerto não atenderá a nenhum apelo. Não esqueçamos também que esta organização, antes clandestina, parece agir agora abertamente e que o número de seus membros aumentou sensivelmente. O ataque contra Jafa foi desencadeado pela "Irgun" e não se pode prever se ela abandonará a luta no próximo futuro. Os países árabes tampouco abandonarão seus planos de invasão da Palestina, pois tal renúncia os desprestigiaria em todo o Oriente. Nessa perspectiva, os judeus palestinos apressam-se em apoderar-se dos pontos estratégicos que possam garantir-lhes, senão a vitória, pelo menos a possibilidade de uma resistência mais prolongada, impelindo a ONU a adotar medidas enérgicas, das quais os judeus se aproveitariam mais do que os árabes. É por esse motivo que os judeus provavelmente atacam regiões onde até hoje reinava relativa tranquilidade.

Telaviv é a única grande cidade completamente judia e ali não houve grandes combates. O outro grande porto, Haifa, que pelo plano que partilha devia ser cedido aos judeus, tem uma população de 66.000 judeus contra 62.000 árabes e foi atacado e tomado pelos judeus depois de um dia de combate, tendo a maior parte dos árabes abandonado a cidade. O ataque a Jafa, um oásis árabe na região judia, desfechado logo depois da tomada de Haifa, teria sido também vitorioso, se não se verificasse a intervenção inglesa. Mas aí a situação é diferente: em Jafa, os judeus são... 28.000 contra 66.000 árabes e por isso a ONU resolveu que esse porto ficaria com os árabes. Provavelmente por esse motivo os ingleses, testemunhas passivas dos combates de Haifa, intervieram contra os judeus em Jafa.

É possível porém que, depois de 15 de maio, os judeus se apoderem dessa cidade, embora isso não lhes garanta ainda o êxito final da luta, nem a posse de Jerusalém. É impossível vaticinar sobre os resultados finais desse conflito, pois as incógnitas são demais numerosas. Diante porém do exemplo da Grécia, onde a guerra civil já dura mais de três anos, podemos supor que na Palestina ela durará também longo tempo. Os árabes possuem, além das duas brigadas bem adestradas do rei Abdullah, ainda outras tropas regulares, mas ao que parece menos valorosas. Os judeus, por outro lado, parecem estar bem preparados para a guerra de guerrilhas, não obstante seja impossível avaliar sua capacidade de luta em campo aberto. Enfim, não esqueçamos que eles são apenas 700,000 na Palestina, contra mais de 30 milhões de árabes da Palestina e dos países vizinhos. A desproporção é tão grande, que não se deve menosprezá-la ao avaliar as probabilidades de êxito dos adversários: ela não está a favor dos judeus, mesmo no caso de eles recorrerem a qualquer ajuda estrangeira e consegui-la.

Ao lado das “*Memórias de Winston Churchill*”, no canto esquerdo da sexta página do jornal, figura o artigo de Bennigsen. Meses antes, em 29 de novembro de 1947, a ONU estabelecera a partilha da Palestina entre árabes e judeus. A divisão, condenada por muitos, deveria firmar um Estado judeu e outro árabe, ficando a cidade de Jerusalém sob controle internacional. Entretanto, insatisfeitos com a partilha, os árabes atenuaram o conflito que já existia. Em dezembro de 1947, atiradores de elite mataram judeus em Haifa. As forças judaicas contra atacaram e os conflitos entre os dois povos apareciam dia a dia em *O Estado de S. Paulo*.

Uma semana após a publicação de “*Na Palestina*”, em 14 de maio de 1948, David Ben-Gurion (1886-1973) lia a Declaração de Independência de Israel. Fundava-se, então, um Estado judeu que tinha como presidente Chaim Weizmann e Ben-Gurion Primeiro Ministro.

É então nesse momento que Bennigsen tece críticas às decisões da ONU e confronta as posturas árabe e judaica, antevendo a guerra que se sucederia a partir da Independência.

Diferindo de discursos anteriores, a postura passiva dos judeus torna-se ativamente violenta. De vítimas a terroristas, os verbos empregados deixam clara essa imagem ligada à guerra. Os judeus

*aceitaram a trégua imposta pelo exército inglês, que era ainda o mais forte nessa cidade, mas logo **atacaram** as aldeias árabes das imediações;*

*judeus **atacaram** e **apoderaram-se** de um bairro árabe;*

*os judeus palestinianos **apressam-se em apoderar-se** dos pontos estratégicos;*

*judeus provavelmente **atacam** regiões;*

*Haifa (...) foi **atacado e tomado** pelos judeus depois de um dia de combate;*

*É possível porém que, depois de 15 de maio, os judeus se **apoderem** dessa cidade.*

Já os árabes aparecem com frequência como “países árabes”, implicando na não associação imediata à população árabe, mas sim a seus países de origem, elementos de um outro interdiscurso que não o racial. Como se vê abaixo:

*os Estados Unidos poderiam evitar a invasão da Palestina por exércitos de outros **países árabes**;*

*Os **países árabes** tampouco abandonarão seus planos de invasão da Palestina.*

Neste discurso, os números têm duplo papel. No trecho “*em Jafa, os judeus são... 28.000 contra 66.000 árabes*”, as reticências serviram para que os números escritos ocupassem a mesma linha. A frase, por isso, ao ter os números expostos lado a lado cumpre melhor o intento de reforçar a desvantagem quantitativa na qual viviam os judeus de Jaffa.

Também, quando comparados aos árabes na mesma oração, os judeus são retratados como seres que procuram obter vantagens e são beneficiados pela condição judia. Tais imagens, muito compartilhadas e difundidas no discurso antissemita, ficam assim pressupostas nas seguintes frases:

1) ... já se falou de árabes e sobretudo de judeus que desejam entrar nessa tropa.

Segundo o texto, participar da tropa conferiria mais poder de influência para um ou outro grupo. Mas se são sobretudo os judeus que têm esse desejo, pode-se pressupor: os judeus desejam mais influência; os judeus costumam agir em outros setores (no caso, militar) em prol de si mesmos. Em uma possibilidade de integrar um exército internacional, a vontade maior de participação dos judeus é afirmada com base exclusivamente no interdiscurso compartilhado pelo sujeito. A memória tão propagada de “*conspiração judaica*” integra dessa forma o discurso.

2) ... impelindo a ONU a adotar medidas enérgicas, das quais os judeus se aproveitariam mais do que os árabes.

A declaração acima não apresenta justificativas para o que afirma: as medidas enérgicas da ONU trariam mais benefícios aos judeus do que aos árabes. Ao

contrário, é feita em tom de verdade para que não necessite de explicações. Uma vez mais, delinea-se o interdiscurso antissemita.

Um rastro de discurso antissionista começa também a ter vazão no tratamento dispensado às organizações “Irgun” e “Haganah”. Enquanto o primeiro é composto de “*terroristas fanáticos*”, o segundo conta com “*elementos judeus*”. Nenhum adquire *status* de representação política judaica. Silenciam-se as causas de conflitos e, principalmente, os ataques árabes, tão comuns quanto os judeus.

Mostra-se por fim um discurso com menor tentativa de parecer imparcial. O sujeito não se marca com formas verbais ou gráficas, mas com declarações constantes no interdiscurso antissemita, sustentado em mitos correntes: a existência de conspiração judia mundial em que o judeu exerce o controle do sistema político e econômico gerais.

Considerações Finais

*Sobre minha mesa tenho duas canetas porque escrevo à mão, não escrevo no computador. Tenho uma caneta preta e uma azul. Uma delas é para escrever artigos e dizer ao governo para ir para o inferno (...) Quando tenho uma mensagem clara, “faça isto, não faça aquilo”, escrevo um artigo, não uma história.*¹⁴²

Nesta declaração, Amós Oz sintetizou algo essencial que agora reescreve-se em outras palavras: a natureza opinativa e política dos artigos. Já na década de 30, Bennigsen tecia considerações sobre o cenário político nacional e internacional. Durante o período estudado, os temas preferidos do nobre russo estavam ligados ao cenário internacional, mais especificamente às crises econômicas desencadeadas com a guerra. Todavia, conforme está evidente, havia também interesse nos acontecimentos sociais atravessados pelo ápice e pela queda do Reich e pelos primórdios do Estado israelita.

Ao invés de repetir ou interpretar artigos para deles extrair um “verdadeiro sentido”, àquele ao qual o Conde, por baixo de linhas cuidadosamente escritas, tentaria esconder uma opinião qualquer, a AD não procura sentido no dito, mas no *como* foi dito. É graças a essa concepção teórica que o estudo feito busca elucidar importantes questões: em que medida pôde a censura influir sobre o discurso, a quais processos de assujeitamento submete-se o sujeito? Afinal, o discurso de Bennigsen enquanto sujeito pode ter desempenhado papel importante para a composição da memória nacional a respeito da *Shoah* e dos judeus?

É portanto a partir das análises de *como* foram ditos os artigos integrantes dessa dissertação que se faz possível elencar quais traços linguísticos nortearam o sujeito na elaboração dos discursos e sob quais formações discursivas ele ecoa. Além disso, tendo em vista a apresentação de 6 análises ao longo do Capítulo 4, torna-se plausível um apanhado no qual constem as esferas discursivas em que este sujeito opera.

¹⁴² Amós OZ. Entrevista concedida ao programa “Roda Viva” de 05.07.07.

Linguisticamente, vê-se em todos os artigos:

- a) a utilização de números associados a maior ou menor autoridade;
- b) a referência a personalidades importantes por meio das quais o autor assume algum posicionamento;
- c) o uso da voz passiva preferencialmente para os judeus;
- d) a opção pela 1ª pessoa do plural em detrimento da 1ª do singular;
- e) ambiguidade sintática e lexical.

No plano discursivo, fundem-se os interdiscursos conservador e católico. Quanto aos traços antissemitas, constata-se que eles são parte do interdiscurso cujo mito principal é o do judeu poderoso, educado, rico e decisivo para as tomadas de decisões sócio-econômicas mundiais. A formação discursiva situa o sujeito longe do antissemitismo tradicional (resultante da diabolização de origem religiosa) e próximo ao moderno antissemitismo (judeu dominador). *Os Protocolos dos Sábios de Sião* são citados como obra importantíssima para a propagação do mito conspirador e, não raro, fazia parte do arcabouço intelectual da elite russa. Explica-se, portanto, que formação discursiva do sujeito em questão sustente o ideário antissemita moderno. Por outro lado, conforme os anos avançam, passa a ser frequente também a associação entre judeu e conflito, judeu e terrorismo (ainda mais forte quando a palavra usada é “sionista”). Após 1945, começa a vigorar um discurso hoje chamado de antissionista. O judeu em si dá lugar às organizações sionistas, que passam a ser vistas como fonte de problemas na região palestina e têm as suas atuações taxadas de terrorismo.

A realidade do Estado ditatorial transparece no discurso, mas não pelos interdiscursos do conservadorismo e antissemitismo e sim pelo formato autoritário refletido em sentenças afirmativas ou negativas em que a imposição de uma verdade ocorre pelo conflito de poder entre quem detém a palavra e quem apenas a recebe. A monitoração que o sujeito faz a respeito do próprio discurso poderia ser vista como um indicativo de existência de censura. Contudo, ao comparar os discursos de

1942 a 1944 - durante a vigilância do DIP - e os produzidos após o período de intervenção estatal, não se verifica mudança. Os interdiscursos conservadores, cristãos e antissemitas permanecem e o conteúdo dos textos em si, independente do ano, não confronta o discurso oficial.

Para Foucault, mesmo na relação de assujeitamento entre sujeito e poder, há possibilidade de resistência. Para o filósofo, as formas resistentes instauram

outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento¹⁴³.

Desse ponto de vista, o discurso estudado não engendrou resistência. O movimento de ruptura possível não se realizou e, como na maioria das vezes, as práticas discursivas dominantes ditaram o curso do sujeito.

Conde de Bennigsen, em forma sujeito, deu respostas: sim, a *Shoah* era veiculada pela imprensa. E não, o Estado Novo não vetou conteúdos antissemitas. Mas também construiu dúvidas que dizem respeito, principalmente, à gênese do pensamento antissionista. Leon Poliakov declara que o antissionismo é tão-somente manifestação do antissemitismo pós-moderno¹⁴⁴. Sendo assim, o discurso aqui apresentado bem representa esse trânsito entre a manifestação antissemita tradicional e a antissionista.

¹⁴³ Michel FOUCAULT, *História da Sexualidade I*, p. 92.

¹⁴⁴ Cf. Leon POLIAKOV. *Do anti-sionismo ao anti-semitismo*.

Anexos

O "Judeuzinho"¹⁴⁵

O "Judeuzinho"

M. T. A. C.

Uma vez vagou-se uma casa junto à casa em que morávamos, lá para as bandas da Aclimação. Ficou desalugada durante uns dois meses, depois foi reformada e pintada de novo e um belo dia meu irmão José entrou em casa gritando:

— A casa vizinha já tem gente. São estrangeiros...

— Já os viu? — perguntou minha mãe.

E José respondeu com estas informações:

— Vi, sim. Quando sai para o grupo estava chegando uma mudança. E vi um homem louro falar com o carroceiro carregando nos "rr". Tem uma senhora, também, e um menino do meu tamanho.

No fim da semana, todo o quartelão já sabia que a casa estava ocupada, que era uma família estrangeira chegada havia pouco da Europa, e que o menino tinha seus doze-treze anos de idade. Mas, na segunda semana, "seu" Joaquim, o vendeiro da esquina, veio contar muito pressuroso à minha mãe que os novos vizinhos eram judeus. Contou como se aquilo fora coisa do outro mundo, e o pobre do português da venda arregalava os olhos para minha mãe como se dizendo a palavra "judeu" se referisse a um acontecimento extraordinário.

Na terceira semana, eu e meu irmão fizemos camaradagem com o

menino da casa recém-alugada. Chamava-se Leon, era nascido na França e era judeu mesmo. Mas ele não dizia judeu, dizia "israelita". Perguntei a meu pai que era "israelita", e ele me explicou assim:

— Israelita quer dizer filho de Israel. E Israel é o nome que foi dado a um reino formado na Palestina, depois da morte do rei Salomão. Esse reino era formado pelos descendentes de Jacó ou "Israel", pertencentes à raça semita, de "Sem".

Eu e meu irmão ficamos muito amigos de Leon. Eu achava divertido o modo dele falar a nossa língua, com muitos "ee" mudos e os "rr" muito pronunciados. Mas o francês ele falava que era uma beleza. Também, pudera! Era a língua dele, pois Leon, como já disse, nascera na França. A esse tempo eu estava começando a aprender francês, e Leon me ajudava sempre que me aparecia alguma palavra cuja tradução eu ignorava ou algum verbo "cabeludo".

A's vezes minha mãe ou meu pai convidavam Leon para almoçar ou jantar ou tomar chá em nossa casa. E ele também nos convidava para a sua. E assim, em meio da melhor camaradagem ficamos íntimos do "Judeuzinho" — os outros meninos do quartelão haviam posto este apelido em Leon e era assim que o tratávamos quando ele não estava presente.

Um dia, vi Leon atravessar a rua com a testa machucada, sangrando. Corri ao seu encontro e perguntei-lhe o que acontecera. Leon, com a cabeça baixa, não queria responder. Tanto insisti, que ele contou: Alberto, um menino da casa fronteira à venda, jogara uma pedra nele e o ofendera gritando que judeu não era gente. Leon me contava o sucedido com os olhos vermelhos de cólera. Acompanhei-o até dentro de sua casa, assisti ao curativo que o Sara, a mãe dele, fez na testa ferida e depois levei-o para tomar chá comigo e contei tudo a meu pai.

Depois que Leon saiu da minha casa, meu pai mandou chamar o Alberto e disse-lhe:

— Você procedeu muito mal, menino. Ofendeu a Leon dizendo que ele não é gente como nós, e atirou-lhe uma pedra. Você não tem educação nem bons sentimentos. Se ele não é gente como nós, então por que tem olhos, pernas, mãos, gestos como os nossos? Por que é de carne e osso como nós? Por que seu sangue é da mesma cor que o que corre em nossas veias? Ou você pensa que os judeus são feitos de outra matéria que não a nossa?

Alberto não disse uma palavra. Ficou cabisbaixo, pensando. E desde esse dia, nunca mais maltratou Leon.

1943 foi o ano do Levante do Gueto de Varsóvia. Neste ano, em abril, os judeus confinados no gueto da Polônia reuniram-se a fim de praticar a resistência

¹⁴⁵ JUDEUZINHO, O. s.a, O Estado de São Paulo, São Paulo, 18.12.1943, p. 06.

armada contra os militares alemães. Esta luta resultou, meses depois, na aniquilação dos judeus de Varsóvia. O exército alemão sofreu sua mais notável derrota, rendendo-se às tropas soviéticas em Stalingrado. Mussolini foi preso e logo depois resgatado por um comando alemão, porém a Itália deixou de ser um país do Eixo. No Brasil, Vargas encontrou-se com Roosevelt, presidente dos EUA, para enfatizar a participação do exército brasileiro junto aos aliados.

Foi neste momento histórico que M.T.A.C escreveu ao jornal “*O Estado de S. Paulo*” uma narração cujo título era *O “Judeuzinho”*. Antes de adentrar na análise do texto, faz-se necessário comentar as implicações discursivas de uma atribuição autoral. Diferentemente do observado no artigo “Homens ou animais ferozes?”, o autor desta história é uma sigla.

A finalidade de uma autoria dentro de periódicos relaciona-se à geração de credibilidade e responsabilidade. Assim, o autor - conforme o prestígio ou a falta dele - ao mesmo tempo em que torna um acontecimento digno de confiabilidade, acusa uma origem. É possível, por meio da autoria, que o leitor aponte a fonte desta ou daquela opinião; que estabeleça um julgamento. Hannah Arendt, ao escrever *Responsabilidade e julgamento*¹⁴⁶, dissertou sobre a necessidade de se personalizar antes de julgar. É precisamente este recurso facilitador que o autor oferece.

Porém, em *O “Judeuzinho”*, a sigla M.T.A.C. mostra que existe um autor, mas ele não é singular. Não se estabelece relação (por identificação) com o leitor e tampouco está explícita a origem das palavras no texto: qualquer um poderia ser o responsável pelo que se diz. Pelo discurso, portanto. Daí o primeiro apagamento com conseqüências significativas: a indicação de uma coletividade produtora do discurso.

Voltando ao título da narração, percebe-se a opção pelo diminutivo *judeuzinho*. Em uma discussão, datada de 2006, em um fórum virtual em que os participantes deveriam responder qual o último filme que viram¹⁴⁷, lê-se:

¹⁴⁶ Cf. ARENDT, *Responsabilidade e julgamento*, p.83-257.

¹⁴⁷ <http://blug.com.br/exodus2/viewtopic.php?p=234421&sid=63f31f006f7db57845bd86206ef21b>

*assistir o filme daquele **judeuzinho de merda** sobre o conflito de israel? aquele munique*

*alguem viu? eu vou ter convulsões e morrer no cinema? o q esperar de um **judeuzinho medíocre** filmando sobre massacres criados pelos judeus?*¹⁴⁸

A qual foi retrucada:

***Judeuzinho** medíocre é um dos maiores gênios do cinema. E ele foi atacado pelos judeus pelo posicionamento no filme. Parece que ele não tomou lados e desagradou um pessoal.*¹⁴⁹

Já em um outro fórum, discutia-se, aparentemente, sobre uma banda musical de nome *Thalion*¹⁵⁰. Dentre as mensagens trocadas, destacam-se:

1) *Tô até começando a treinar arremesso de lata de Coca na cabeça do baixista **judeuzinho** lá.*

*Vai ser lindo !! Vou cuspir no baixista (**judeuzinho**), jogar pedra nos guitarristas, vaiar o batera, mostrar meu pau pra vocalista...*¹⁵¹;

2) *Lord, o que você quis dizer com "**judeuzinho**"? Na minha opinião pareceu algo um tanto quanto preconceituoso e ofensivo aos judeus...*¹⁵²;

3) (...) *Qual o problema de eu falar isso ? Eu não falei mal dos judeus, só disse que ele é judeu.*¹⁵³

Por meio das citações acima, fica patente a perpetuação do diminutivo *judeuzinho* associado a uma forma pejorativa de tratamento. Esta associação, por outro lado, não pode ser automaticamente assumida em 1943. Embora as condições de produção sugiram uma posição com desdobramentos até a atualidade, o que se pode afirmar com relação ao substantivo "*Judeuzinho*" é que o diminutivo foi assina-

¹⁴⁸ Mensagem enviada por um usuário identificado como *guismo*, em 28 de janeiro de 2006. O grifo é meu.

¹⁴⁹ Mensagem do usuário *Putá Paga* em 28 de janeiro de 2006. O grifo é meu.

¹⁵⁰ <http://forum.valinor.com.br/showthread.php?t=27091&page=3>

¹⁵¹ Mensagem do usuário *Lord Skywalker* em 16 de outubro de 2004. O grifo é meu.

¹⁵² Mensagem do usuário *Pandatur* em 18 de outubro de 2004. O grifo é meu.

¹⁵³ Mensagem do usuário *Lord Skywalker* em 18 de outubro de 2004.

lado com aspas a fim de ressaltá-lo em meio às demais palavras. Ao longo do texto, o termo é repetido, também com aspas, em meio a um discurso indireto¹⁵⁴. Authier-Revuz, em seu estudo sobre as marcas enunciativas, declara:

*as aspas são a marcas de uma operação metalinguística local de distanciamento (...) o ancestral das aspas não marca uma citação, mas faz parte de um conjunto de sinais de remissão, de correção (...) ela coloca o locutor em posição de juiz e dono das palavras, capaz de recuar, de emitir julgamento sobre as palavras no momento em que os utiliza. E ainda: As aspas estão presentes em uma fala sob vigilância, sob controle...*¹⁵⁵

“Judeuzinho” está, portanto, assinalando uma mudança na posição assumida pelo locutor do texto, M.T.A.C. (ou seu correspondente eu-lírico). O uso do diminutivo com as aspas é indicação que o termo faz parte de discurso alheio ao do autor. Presume-se assim que se considera “judeuzinho” uma denominação condenável e, como tal, deve aparecer apenas no discurso expressamente rejeitado.

Na forma de construção dos diálogos, estão presentes os discursos direto e indireto de maneira não indistinta. O locutor dá voz direta a seus familiares, marcando para si uma postura neutra em torno da fala dos mesmos; enquanto marca indiretamente a fala do “vendeiro da esquina” e de “Leon”. Assim vê-se nos trechos seguintes:

Fala de José e da mãe - Discurso direto

... meu irmão José entrou em casa gritando:

- A casa vizinha já tem gente. São estrangeiros...

- Já os viu? perguntou minha mãe.

Fala do vendeiro - Discurso indireto

¹⁵⁴ Não confundir as formas narrativas (discurso direto ou indireto) com o conceito de discurso aqui adotado.

¹⁵⁵ Jacqueline AUTHIER-REVUZ, *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*, p. 219.

Mas na semana seguinte “seu” Joaquim, o vendeiro da esquina, veio contar muito pressuroso à minha mãe que os novos vizinhos eram judeus;

Fala de Leon - Discurso indireto

Mas ele não dizia judeu, dizia “israelita”;

Fala do pai do autor - Discurso direto

Perguntei a meu pai o que era “israelita” e ele me explicou assim:

- Israelita quer dizer filho de Israel... pertencentes à raça semita, de “Sem”.

Fala dos outros meninos do quarteirão - Discurso indireto

E assim, em meio da melhor camaradagem ficamos íntimos do “Judeuzinho” - os outros meninos do quarteirão haviam posto este apelido em Leon e era assim que o tratávamos quando ele não estava presente.

Fala de Leon - Discurso indireto

Leon, com a cabeça baixa, não queria responder. Tanto insisti, que ele contou: Alberto, um menino da casa fronteira à venda, jogara uma pedra nele e o ofendera gritando que judeu não era gente.

Fala do pai - Discurso direto

... meu pai mandou chamar o Alberto e disse-lhe:

- Você procedeu muito mal, menino...

O autor (locutor), ao optar pela forma direta ou indireta, aproxima-se ou não dos ditos de seus personagens. Mais uma vez, as palavras de Authier-Revuz esclarecem:

No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do 'sentido' dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo - ou o espaço - claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples 'porta-voz'.¹⁵⁶

Enquanto usa as próprias palavras para se apropriar do dito por outrem, instaura-se um processo de duplo distanciamento, o primeiro pela autoria explícita com as siglas M.T.A.C; o segundo por tal autor se portar como um simples carregador de falas alheias, numa tentativa de anulamento das próprias palavras. Este mecanismo de variação textual corresponde a um sujeito cuja tentativa de neutralidade (ou não comprometimento ideológico) é latente. Todavia, uma análise ulterior aos pontos levantados pelas construções de discurso direto ou indireto traz outros elementos que fomentam a visão deste sujeito.

“Mas ele não dizia judeu, dizia ‘israelita’.” Neste discurso indireto da fala de Leon está pressuposto: Leon considera melhor ser chamado de israelita que de judeu. O autor usa as aspas para marcar o substantivo *israelita*, indicando, portanto, que a aquela palavra específica pertence a outro domínio discursivo (o dos judeus). A apropriação indireta desta declaração de Leon marca um sujeito composto por uma memória que relaciona judeu a algo ruim: se um judeu não quer ser chamado de judeu, é porque esta denominação não é adequada. Em um dicionário de Língua Portuguesa de 1942, encontra-se explicação tanto para a recusa de Leon quanto para os já-ditos que ressoam mais de 60 anos depois. A seguir:

Israelita, adj. Relativo aos israelitas; hebreu, judeu.

Israelita, s.m. Indivíduo pertencente ao povo de Israel.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Jacqueline AUTHIER-REVUZ, *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*, p.12.

¹⁵⁷ Laudelino FREIRE, *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*, p.3048.

Judeu, adj. Lat. judoeus. Relativo à Judéia ou aos judeus.

*Judeu, s.m. Aquele que era natural da Judéia.|| 2. Aquele que descende dos antigos habitantes da Judéia.|| 3. Aquele que segue a religião dos judeus.|| 4. Asiolus. **Figura grutesca**, feita de palha e escarnecida pelos rapazes em véspera de São João, os quais lhe batem e o queimam por fim, jogando-lhe chufas.|| 5. **Homem de má índole**.|| 6. Pop. **Homem trocista**.|| 7. **Usurário**. ...*

*Judia, s.f. (...) 4. Mulher ou rapariga de **má índole, muito travêssa ou escarninha**.*

*Judio, adj. **Travêssos, maléfico**.|| 2. Relativo aos judeus; judaico.¹⁵⁸*

Um outro já-dito estampa-se na fala do pai: “Esse reino era formado pelos descendentes de Jacó ou ‘Israel’, pertencentes à raça semita, de ‘Sem’.” Neste caso, autor optou pelo discurso direto, estabelecendo outra origem para a informação divulgada. Pressupõe-se então: Existem raças humanas; a raça semita é uma delas. O mito da existência de diferentes raças entre seres humanos compõe a memória discursiva desde o século XIX¹⁵⁹ e é de se esperar que circundasse o discurso deste sujeito. Mas ainda existem os seguintes pressupostos:

Os judeus são da raça semita;

Nós (o pai e o filho) não somos judeus;

Nós (o pai e o filho) não somos da raça semita;

Nossa (do pai e filho) raça é diferente.

A apresentação dos judeus como diferentes é um modo de justificar a discriminação. O que o personagem fala já no final do texto (abaixo) pode parecer contradito no discurso, mas não é. Da fala final do pai, pressupõe-se que os judeus são feitos da mesma “matéria” que “eles”, os não judeus. No discurso, portanto, evidencia-se que a natureza da diferença é não corpórea; é racial. O pesquisador Jeffrey Lesser assegura que o preconceito contra judeus no Brasil da Segunda Guerra era

¹⁵⁸ Laudelino FREIRE, *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*, p. 3083-3084. O grifo é meu.

¹⁵⁹ Maria Luiza Tucci Carneiro, na obra *Preconceito racial em Portugal e Brasil colônia*, traça as origens do mito da pureza de sangue no séc. XV, o qual foi uma das bases do arianismo.

diferente do de outros países da América Latina. No Brasil, atacava-se a figura de um judeu importado da Europa, não de um personagem real. Também assegura-se a natureza racial (não religiosa, econômica ou cultural) deste embate¹⁶⁰. Não se fará nesta dissertação a tentativa de recuperar a gênese do pensamento racista europeu, mas é conhecida a apropriação que o Nacional Socialismo Alemão fez deste discurso¹⁶¹.

- Você procedeu muito mal, menino. Ofendeu a Leon dizendo que ele não é gente como nós, e atirou-lhe uma pedra. Você não tem educação nem bons sentimentos. Se ele não é gente como nós, então por que tem olhos, pernas, mãos, gestos como os nossos? Por que é de carne e osso como nós? Por que seu sangue é da mesma cor que o que corre em nossas veias? Ou você pensa que os judeus são feitos de outra matéria que não a nossa?

Outro traço bem marcado na narrativa e igualmente presente no artigo de Bennigsen é o caráter passivo atribuído aos judeus. Neste caso, realiza-se uma sujeição por meio da apropriação de fala, típica do discurso indireto. Em nenhum momento, personagens judeus falam por si, estão sempre intermediados pelo locutor. Jones Vicente, ao estudar o discurso religioso, fez a declaração:

*A submissão significada pelo homem na Igreja não é a mesma entendida pela mulher, ou seja, o apelo à submissão é tanto que a mulher não fala, é falada. É silenciada.*¹⁶²

Da mesma maneira, os judeus do texto são calados. Por questões teóricas anteriormente mencionadas, não se tratará esta submissão como configuração do silêncio. Recupera-se, pelo estudo da articulação das falas dos personagens, o discurso da vitimização. A passividade permeia ainda a descrição da ação da mãe de Leon em contraposição com a ação tomada pelo pai do locutor.

*(...) assisti ao curativo que d. **Sara, a mãe dele, fez na testa ferida...***

¹⁶⁰ Cf. LESSER, *Welcoming the undesirables - Brazil and the Jewish Question*, p.3-148.

¹⁶¹ Na p.27 do livro *Minha Luta*, escrito por Adolf Hitler, lê-se: *eu via judeus e quanto mais os observava mais firmemente convencido ficava que eles eram diferentes das outras raças.*

¹⁶² Jonas Ferreira VICENTE, *A interferência do discurso religioso na formação do sujeito: um estudo de caso na zona da mata do vale do Guaporé - RO*, p.74.

x

(...) meu pai **mandou** chamar o Alberto e disse-lhe:

O primeiro período destaca o curativo feito por Sara. Graças à inversão na ordem sintática e à ruptura provocada pelo aposto (*a mãe dele*), há a dispersão da ação da personagem. Por paráfrase, a sentença escrita assim: *Sara, a mãe dele, fez um curativo ao qual assisti*, transformaria toda a intencionalidade, colocando o feito de Sara como principal. Por contraste, no segundo caso, observa-se a ordem sintática direta - sujeito, verbo, complemento - e o verbo mandar ligando-se à ação paterna e salientando a força do personagem. O pai não pede; manda. E Alberto obedece. Tudo de acordo com o discurso paternalista que mantém este ideal social e sustenta o interdiscurso de que o pai é o chefe da família, a entidade responsável pela segurança do lar, figura a que a autoridade não é posta em dúvida ou discussão.

A figura do judeu é outra vez conectada pelo sujeito ao estigma de vítima, a espera de salvação, de compaixão. Acredita-se na aceitação, ainda que camuflada (Leon não se diz judeu, mas israelita) do judeu e seu lugar sócio-histórico. O sujeito transita entre o conservadorismo¹⁶³ e o racismo, emoldurado por uma formação em que se tem ciência da monitoração. Foucault entende esse saber como parte da resistência feita por meio do próprio discurso. Segundo o filósofo, são três os tipos de controle exercidos sobre o discurso:

Controle externo - exercido pelo estado e suas instituições;

Controle interno - *visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle*¹⁶⁴;

Controle dos indivíduos – imposição direta feita aos sujeitos que falam.

¹⁶³ O conceito de conservadorismo aqui utilizado é o de sistema ideário que tende à manutenção dos valores da classe dominante politicamente. Surgido no período da Revolução Francesa, este pensamento era o que se opunha ao iluminismo e à burguesia. A base conservadora prega que os seres humanos são desiguais por natureza, portanto uma sociedade desigual é tão-somente reflexo natural. Cf. Roberto ROMANO, *O pensamento conservador* e André BENGTON, *Cartas dos leitores aos jornais: manifestações do conservadorismo no Brasil contemporâneo*.

¹⁶⁴ Michel FOUCAULT. *A ordem do discurso*, p. 21.

Quando aqui se faz menção à monitoração, todavia, entende-se esse mecanismo fundamentalmente como o primeiro e terceiro controles elaborados por Foucault. A responsabilidade ideológica não é assumida e o silêncio se mostra fundamental para o discurso da vitimização passiva. De acordo com a filósofa Hannah Arendt, uma das principais pensadoras do século XX, este modo de encarar os judeus - *objeto passivo e sofredor das perseguições cristãs*¹⁶⁵ - é responsável pelo mito historiográfico do eterno perseguido. Através dele, justifica-se o antissemitismo, pois se é verdade que a humanidade tem insistido em assassinar judeus durante mais de 2 mil anos, então a matança de judeus é uma ocupação normal e até mesmo humana, e o ódio aos judeus fica justificado, sem necessitar de argumentos¹⁶⁶. A narração moralista e didática assume, de acordo com a análise, um viés discursivo afim ao pensamento conservador, tanto do integralismo¹⁶⁷ quanto do próprio nazismo.

¹⁶⁵ Hannah ARENDT, *Origens do totalitarismo*, p.19.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p.27.

¹⁶⁷ Denomina-se Integralismo o movimento capitaneado pela Ação Integralista Brasileira, formalmente constituída a partir do manifesto de 7 de outubro de 1932 (Francisco de SOUZA, *O Integralismo*, p. 61).

ANSEIOS SUPERIORES

Rogério P. Sampaio

É com uma sensação de profunda magua e desalento que se ouvem as palavras do Papa Pio XII, pedindo às forças militares que hoje lutam nas proximidades de Roma que poupem a Cidade Eterna dos horrores da destruição, que já atingiu a tantas outras localidades do mundo. Ao descrever o panorama das milhares de pessoas maltratadas, esfomeadas, desesperançosas de tudo que encham as ruas da velha Roma, vem-nos à memória o quadro das incontáveis cidades que, ontem cheias de vida e de progresso, não passam agora de ermos tenebrosos, a recordar que por aí passou a guerra. As palavras de Pio XII são uma prova palpável da terrível distância que vai entre o adiantamento material da humanidade e sua marcha moral. A primeira conflagração mundial trouxe em seu bojo a subversão completa de toda a ordem moral, que passou a constituir fator nulo entre o que os líderes militares designavam pelo pomposo nome de "necessidades de guerra". Normas universalmente aceitas, como resultantes do progresso espiritual dos povos, foram esquecidas tão logo se apresentou o fator "conveniência". Terminado o conflito, verificou-se a condenação severa e geral do ocorrido, com manifestações totais de repulsa a acontecimentos nos quais todo grupo de população, considerado civilizado, se sentia envergonhado de ter tomado parte. Nenhum povo deixou de fazer votos de regeneração, ansioso por poupar a si próprio espetáculos dessa ordem, que o rebaixavam a condição não condizente com sua situação cultural e moral. Os resultados aí estão, nesta segunda conflagração mundial, com a renovação de tudo o que se fez, e depois se condenou, mas renovação num sentido completo, com outros meios de morte e de destruição, e o que é pior, sem que, desta feita, se possam dar aos homens esperanças novas da não repetição desses fatos, no futuro. Pio XII fala em paz, em boa vontade, em consideração pelos vencidos, fala enfim no espírito cristão que deveria presidir às relações internacionais, seja entre povos civilizados, seja entre estes e as populações dos países ainda em estado de pequeno desenvolvimento. E ninguém poderá deixar de meditar sobre suas palavras, que são todas de fé no homem, em sua capacidade de discernimento. Outra coisa não se poderia esperar do chefe supremo da Igreja Católica. Imbuído de fé inquebrável, confiante nas superiores qualidades dos homens, apresenta-se ele como o último dos estólos sobre que pode amparar-se a humanidade, em seus anseios por um mundo menos injusto e cruel. Mas nem todos terão a força necessária para elevar-se a tais alturas, onde possa pensar com tanta calma e comedimento. Para os que a guerra significou sofrimento quase intolerável, nem sempre haverá lugar para esperanças, que terão rolado na corrente revoltosa que lhes carregou os seres queridos, os lares, tudo o que lhes dava razão para viver.

Vêm-nos à lembrança o episódio da destruição do "Ghetto" de Varsóvia, um dos fatos mais dolorosos desta guerra. Os poucos judeus que puderam escapar à sanha selvagem dos nazistas mostravam-se completamente descrentes das virtudes e qualidades humanas de seus algozes. Para eles, milhares vítimas de preconceitos que se manifestavam com redobrado vigor, em razão de uma campanha mal intencionada, destinada apenas a satisfazer ambições maldosas, a vida perdida toda a significação, não passando de fardo pesado que eram obrigados a suportar. A descrição dos sofrimentos por que passaram os infelizes habitantes do "Ghetto" de Varsóvia constitui fato que a todos humilha, por terem sido levados a efeito por homens de uma nação enovada no coração do continente considerado o mais adiantado do mundo. Seria excessivo pedir a estes miseráveis israelitas que se conformem com suas desditas, porque no mundo de após-guerra não mais haverá lugar para tais atos. O mais que se pode pedir-lhes é que esperem, esperem, esperem, porque não há outro remédio. Nenhum homem honesto poderia fazer-lhes qualquer outro voto, porque não estaria então senão procurando fugir à realidade.

A primeira condição para o estabelecimento de uma paz duradoura seria a pacificação dos espíritos. Compreendeu-o bem Pio XII, ao pedir boa vontade para os vencidos, que só assim poderiam compenetrar-se de que não são elementos indesejáveis num mundo de inimigos rancorosos e desejosos de vingança. Mas como poderão os países aliados aventurar-se a tal programa se nele se encontram os germes de infecções como a que provocou o nascimento dos regimes nazi-fascistas. Com toda sorte de terríveis consequências? É curioso verificar como os líderes culturais, políticos e morais do mundo se dirigem às massas da população, como se delas dependesse o futuro dos povos. Mas a verdade é que, em última instância, as nações e o mundo são governados por uma minoria, que o faz em nome do povo e com razão, mas em que este tem muito pouca influência direta. Vejamos o caso da Itália e da Alemanha e procuremos verificar se seus povos poderiam ter impedido as terríveis loucuras de seus líderes. Mussolini, assim como Adolfo Hitler, fundaram dois partidos políticos e prometeram a seus conseqüentes felicitades sem fim, mediante a eliminação de uma porção de realidades perniciosas. Acenaram-lhes com a justiça social, o combate à pobreza, e tantas outras medidas desejáveis, ao mesmo tempo que se aproximavam das classes privilegiadas, as únicas que lhes poderiam proporcionar os meios necessários à sua propaganda e objetivos. Senhores do poder, foi-lhes fácil realizar parte do programa, atribuindo o malogro da parte restante à oposição de certos grupos, políticos e sociais, que poderiam ser sacrificados para a consecução de seus fins. Na Alemanha, aproveitaram-se como pretextos as perseguições aos judeus, à Igreja católica, como se esses atos pudessem transformar a economia e o aspecto político da nação. Na Itália, foram os socialistas acusados de impedir o progresso do país. Baseados nesses pretextos, que durante anos serviram de excusa ao povo, puderam os chefes nazi-fascistas preparar-se seguramente para as agressões, que agora começam a causar aos povos italiano e alemão sofrimentos atrozes. Como poderiam os habitantes das duas infelizes nações opor-se a essas desonestas manobras se desde o começo os elementos inescrupulosos, que se apossaram do poder dispunham de todos os meios afim de realizá-las? Houve, é certo, reações, mas de que força se poderiam revestir, num regime onde impera a polícia, a espionagem, o desprezo por tudo que é superior, quando o que move a política do Estado é um supremo desdém pelos legítimos interesses da coletividade? O povo foi levado ao entorpecimento político, prestando-se servilmente às ambições de seus dirigentes. E o pior é que nenhuma nação está livre da tal destruição. O fascismo nasceu na Itália, não foi preciso senão um ano para que surgisse na Alemanha e se espalhasse por toda a Europa e pelo mundo, até atingir o longínquo Japão, que se não lhe copiou todos os modelos consuetudinários, nem, avançar e superfez-las grandemente certos setores de manifestação. Os próprios países americanos não ficaram alheios à sua nefasta influência, que ainda não desapareceu, não obstante todas as loucuras e crimes praticados nels protótipos do velho continente. Mas o fascismo é simples designação de métodos e meios elevados a condição de regime de governo. Seus princípios sempre existiram, desenvolvendo-se e aparecendo como forma de governo às condições existentes na Europa desde a primeira Grande Guerra. Seus idealizadores foram produto de um estado de espírito, de que se aproveitaram alguns homens ávidos. Na atual guerra consuetudinária, desenvolveram a mentalidade, mostrando a imbecilidade necessária de um reatamento político-moral condizente com o progresso cultural, haverá lugar para uma crença no porvir. Em caso contrário, não será ainda com magua e desalento que se ouvirão palavras como as de Pio XII, cheias de anseios elevados, mas que ressoam como denúncias a um mundo muito diferente daquele em que vivemos.

Rogério P. Sampaio escreveu para “*O Estado de S. Paulo*” com menos frequência que Bennigsen, porém foi um articulista bastante publicado no periódico. Ao contrário do Conde, cujo espaço no jornal vinha destacado e bem delimitado, a coluna de Rogério estava normalmente próxima a trechos de romances, no espaço reservado à apreciação literária e entre outras notícias nacionais. Escrito apenas dois dias antes do “Dia D”, o texto “Anseios Superiores” comenta declarações papais e se posiciona frente a elas, tentando ainda avaliar a destruição da Europa durante os extensos 5 anos de guerra.

O título, “Anseios superiores” não apenas antecipa parte do conteúdo do artigo: o desejo papal como deixa espaço para uma dupla interpretação. Os anseios são de natureza espiritual - portanto superiores - ou são aspirações além das ordinárias, acima do homem não papa (logo inferior). Neste caso, está implicado ainda que tais anseios não se traduzem em um pedido de paz. Apesar de pouco provável diante do momento histórico, esta possibilidade é ofertada implicitamente.

O texto começa mencionando uma personalidade cujas posturas discutíveis em relação aos crimes nazistas foram temas para diversas obras. Pio XII, papa de 1939 a 1958, ao mesmo tempo que se mostrava favorável à caridade, redigia cartas e proferia sermões anti-judaicos¹⁶⁹. Imagens diferentes articulam-se para criar um contraste entre passado e presente.

Ao descrever o panorama das milhares de pessoas maltrapilhas, esfomeadas, desesperançosas de tudo que encham as ruas da velha Roma - presente

x

*Incontáveis cidades que ontem cheias de vida e de progresso - passado
não passam agora de ermos tenebrosos... - presente*

É fácil notar o paralelo estabelecido por pressupostos que indicam ser o presente ruim e o passado bom. Ao pressupor a bondade do passado contra a maldade do presente, vê-se remissão ao pensamento conservador, o qual se opõe à modernidade. Mas isto não fica patente logo mais:

¹⁶⁹ V. John CORNWELL, *O papa de Hitler* e Daniel GOLDHAGEN, *A moral reckoning: The role of the catholic church in the Holocaust and its unfulfilled duty of repair*.

“A primeira conflagração mundial trouxe em seu bojo a subversão completa de toda a ordem moral...”

À medida que a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) ocorreu no passado, infere-se que foi também no passado que a subversão moral foi cometida. Precisamente porque a moral, embora indefinida, foi qualificada de subvertida (ou seja, despida de ordem) é pressuposto o seguinte:

1. Subverter a moral é ruim;
2. No passado, a moral foi subvertida;
3. No passado, foi ruim.

Fica assim mais evidente o pensamento conservador do qual o sujeito comunga. O passado pressuposto como bom não é o passado da 1ª ou 2ª guerra, mas um momento anterior. Também a guerra aparece justificada com uma explicação moralista. Durante os anos 30, tornaram-se fortes algumas doutrinas extremistas de ideologia conservadora. Vasconcellos afirma que *um dos traços nucleares do discurso integralista é a idéia que as relações sociais são determinadas pelos fatos morais*¹⁷⁰. Esta realização discursiva de um sujeito adepto do conservadorismo é clara e repetida por meio de outras construções linguísticas.

A certa altura, Rogério escreveu que “

“Normas universalmente aceitas, como resultantes do progresso espiritual dos povos, foram esquecidas, tão logo se apresentou o fator ‘conveniência’.”

Mais uma vez, forjou-se uma explicação moral para “normas universalmente aceitas”. A existência de normas universalmente aceitas é um pressuposto fundamental para dar sentido a este dito. Afirmativamente, qualquer irreidade pressuposta como verdadeira, é ilusória e manipulativa. A declaração perde o caráter opinativo, pois não existem marcas do autor. Para dar credibilidade ao dito, cita-se um exemplo cujos pressupostos falaciosos derivam deste mesmo discurso integralista:

¹⁷⁰ Gilberto VASCONCELLOS, *Ideologia curupira: Análise do Discurso Integralista*, p. 23.

“Terminado o conflito, verificou-se a condenação severa e geral do ocorrido, com manifestações de total repulsa a acontecimentos nos quais todo grupo de população, considerado civilizado, se sentia envergonhado de ter tomado parte. Nenhum povo deixou de fazer votos de regeneração, ansioso por poupar a si próprio espetáculos dessa ordem, que o rebaixavam a condição não condizente com sua situação cultural e moral”. Além de generalizações (“todo grupo”, “nenhum povo”) e da omissão da brutalidade da guerra (referida apenas por “o ocorrido”, “acontecimentos”, “espetáculos dessa ordem”), são necessárias as seguintes premissas para dar sentido ao trecho transcrito:

1. Os países condenaram o ocorrido;
2. Os povos todos (antes do ocorrido) tinham uma situação cultural e moral superior;
3. Os povos fizeram votos de regeneração;
4. Votos de regeneração são suficientes para se poupar.

O autor eleva a palavra do papa ao status de “prova palpável” da distância entre “moral” e “material” da humanidade. O sujeito identifica-se tanto com a assertiva religiosa que não estabelece meio para refutá-la, negando a intangibilidade da palavra e aproximando-a do sensível, do toque. Em outros momentos, esta mesma identificação faz-se por pressupostos e apagamentos.

Pio XII fala em paz, em boa vontade, em consideração pelos vencidos, fala enfim no espírito cristão que deveria presidir as relações internacionais (...) e ninguém poderá deixar de meditar sobre suas palavras que são todas de fé no homem... Outra coisa não se poderia esperar do chefe supremo da Igreja Católica.

A escolha de “vencidos” ao invés de “alemães” ou “países do Eixo” serve de eufemismo e apela ao interdiscurso sobre os mais fracos. Ao invés de destacar o discurso aliado, invoca uma compaixão ao contar com os já-ditos que englobam a imagem dos “vencidos”. Ainda tem os implícitos:

1. Paz, boa vontade e consideração pelos vencidos formam o espírito cristão;

2. Paz, boa vontade e consideração pelos vencidos devem presidir as relações internacionais;

A exaltação dos valores cristãos e a exigência deles no terreno político é própria do conservadorismo, mas a conclamação à consideração com o exército derrotado abre caminho para outro discurso, o que tira a responsabilidade nazista e retrata as vítimas com linhas questionáveis. Os judeus têm o sofrimento e destruição constantemente atenuados. O uso de eufemismos, os pressupostos dão sentido à expressão discursiva antissemita.

O papa é heroicizado por meio de uma linguagem hiperbólica que se encontrava no discurso extremista, tanto pelo lado nazista como pelo integralista: a fé papal é “inesgotável”, ele é “o último dos esteios” da humanidade. O excesso cometido na linguagem decorre de um sujeito de formação cristã católica que tende ao autoritarismo. O “esteio” é para toda a humanidade, não apenas para os que acreditam no “chefe supremo da Igreja Católica”.

Da mesma forma como nos outros textos analisados, constata-se o apagamento alemão e a atenuação do morticínio judaico. Repetidas vezes, a palavra judeus e correlatas é substituída, causando um efeito de sentido típico de discursos anti-judaicos. Além disso, o acentuado uso da metáfora e o não emprego de “nazistas” concorrem e dão ênfase ao discurso nazista antissemita. Está dito:

“Para os que a guerra significou... terão rolado na corrente revoltosa”;

para os que - judeus

corrente revoltosa - extermínio, medidas antissemitas

“Os poucos judeus que puderam escapar escapar à sanha selvagem dos nazistas...”;

Nesta sentença, exceção à regra, aparecem “judeus” e “nazistas”. Por outro lado, nota-se o verbo “poder” ao invés, por exemplo, de “conseguir”. Segundo *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*, “poder” tem acepções de:

*Ter a faculdade ou possibilidade de. Ter força de ânimo, energia ou vontade para. Ter domínio, autorização, autoridade ou influência para*¹⁷¹.

É pressuposto, portanto, que poucos judeus tiveram possibilidade para escapar. Trata-se, como está escrito, ter sido predisposto, ter tido ânimo para escapar. Essa premissa assinala que ter sobrevivido ou não foi responsabilidade dos judeus. Registra-se também o que perseguia os judeus: a sanha selvagem dos nazistas. As atitudes criminosas são logo conectadas ao irracional, ao animalesco. Este discurso da loucura foi amplamente utilizado na época e, como se vê, marca aqui presença.

*“...descrentes das virtudes e qualidades humanas de seus **algozes**”;*

nazistas

*“Para **eles**, **míseras vítimas de preconceito**...”*

judeus

*“os sofrimentos por que passaram os **infelizes habitantes** do ‘Ghetto’...”;*

judeus

*“levados a efeito por **homens de uma nação encravada no coração do mundo**.”;*

nazistas

Para elaborar um pensamento em torno dos meios utilizados para a implementação do nazi-fascismo, Rogério diz que a manipulação das massas, com “desonestas manobras” pela minoria dona do poder levou o povo ao “entorpecimen-

¹⁷¹ Laudelino FREIRE, *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*, p.4021-4022.

to político”. Argumenta-se para que o povo não tenha culpa pelos crimes cometidos por Hitler e Mussolini. No desenrolar desse processo, algumas marcas linguísticas corroboram os não-ditos do interdiscurso e clarificam ainda mais as filiações discursivas do sujeito. Diferentemente da ambigüidade latente nascida de formações muitas vezes opostas e conflitantes, o sujeito alinha-se enfaticamente com o conservadorismo. É repetido o tratamento simpático aos nazistas, desta vez ancorado na memória do discurso da loucura. Chamados de “*elementos inescrupulosos*”, agentes de “*terríveis loucuras*” provocadas por um “*estado de espírito*”, os nazi-fascistas - personificados por Hitler e Mussolini - têm pressupostos que seus atos foram desautorizados. O louco pratica um discurso que não pode circular como o das outras pessoas e cuja palavra é considerada nula, desprovida de verdade e importância¹⁷². Mais ainda, a implicação da loucura é a de não condenação, uma vez que *o furioso ou o insano, como nao tem nenhuma contade, não deve ser punido, pois já o é por sua loucura*¹⁷³.

¹⁷² Cf. Gesiane FOLKIS. *Análise do discurso humorístico*, p.51.

¹⁷³ *Dictionnaire de droit et de pratique*, p. 611 *apud* Michel FOUCAULT, *História da loucura*, p. 138.

Lista parcial de documentos

A lista abaixo corresponde ao material apurado no Arquivo Edgard Leuenroth localizado na Universidade Estadual de Campinas, Centro de Pesquisa e Documentação Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Cidade Universitária Zeferino Vaz - Campinas, SP.

A sigla MR designa documento microfilmado e o número faz parte da catalogação do próprio Arquivo. A sigla UP foi elaborada por mim e significa Última Página.

Documentos de parte de 1945 e 1946 não estão aqui listados.

JANEIRO 1942 – MR/0553

- 06.01.42 – UP - “prisão de judeus na Hungria”
- 11.01.42 – UP – “consequências da invasão da Polônia”
- 14.01.42 – p.1 – “a adesão da Polônia”
- 14.01.42 – p.1 – “prisão de cidadãos norte-americanos na França”
- 30.01.42 – UP – “mensagem do sr. Roosevelt a Polônia”
- 31.01.42 – p.1 – “discurso do sr. Adolf Hitler”

FEVEREIRO 1942 – MR/0553

- 19.02.42 – p.1 – “A situação na Polônia”
- 25.02.42 – p.1 – “comemoração do aniversário do partido nazista”
- 26.02.42 – p.1 – “a trágica sorte de 720 refugiados judeus”
- 27.02.42 – p.1 – “internado um milionário israelita”

MARÇO 1942 – MR/0554

- 03.03.42 – p.1 – “prisão de judeus na Boemia e Moravia”
- 10.03.42 – p.2 – “fuzilamento de pessoas”
- 13.03.42 – UP – “formação de um exército judeu”
- 14.03.42 – UP – “os alemães ameaçam empregar gases asfixiantes contra os russos”
- 22.03.42 – p.1 – “os massacres praticados pelos alemães na Iugoslávia”
- 22.03.42 – UP – “a ação da Gestapo na Noruega”
- 28.03.42 – UP – “massacre de mulheres e crianças em Quiev”

ABRIL 1942 – MR/0554

- 01.04.42 – p.1 – “o número de poloneses executados pelos teutos”
- 03.04.42 – p.1 – “morte de milhares de judeus”
- 21.04.42 – p.1 – “campanha anti-semita na Zona Ocupada”
- 23.04.42 - p.1 – “ordenados pelas autoridades alemãs novos fuzilamentos”
- 23.04.42 – p.1 – “descobertos os autores do último atentado de Paris”
- 28.04.42 – p.1 – “os judeus os causadores da guerra”

MAIO 1942 – MR/0555

- 09.05.42 – p.1 – “fuzilamentos”
- 21.05.42 – UP – “o problema do judeu na França”
- 22.05.42 – p.1 – “judeus fuzilados”
- 23.05.42 – p.1 – “fuzilamentos em Paris”
- 27.05.42 – UP – “formação de um exército judaico”
- 30.05.42 – p.1 – “o temor nazista na Noruega”
- 30.05.42 – p.1 – “o número de operários estrangeiros na Alemanha”
- 30.05.42 – p.1 – “organização nazista na Palestina”
- 30.05.42 – UP – “intimação das autoridades nazistas aos judeus holandeses”

JUNHO 1942 – MR/0555

- 02.06.42 – UP – “Distintivo obrigatório para os judeus na França”
- 09.06.42 – p.1 – “internamento de ciganos na Hungria”
- 11.06.42 – p.1 – “atrocidades praticadas pelos alemães na Polônia”
- 12.06.42 – UP – “execuções na Checoslovaquia”
- 14.06.42 – p.1 – “crise do papel”
- 30.06.42 – UP – “jornalistas judeus”

JULHO 1942 – MR/0556

- 05.07.42 – p.1 – “grande manifestação”
- 09.07.42 – p.1 – “reiniciadas as atrocidades”
- 10.07.42 – UP – “recrutamento de judeus”
- 14.07.42 – p.3 – “o povo judeu”
- 15.07.42 – UP – “suspensão de jornal”
- 30.07.42 – UP – “o povo judeu”
- 31.07.42 – UP – “arianização de empresas israelitas”

AGOSTO 1942 – MR/0556

- 06.08.42 – UP – “esterilização de judeus em Paris”
- 11.08.42 – UP – “expropriação de terras dos judeus na Hungria”
- 12.08.42 – UP – “precária a situação dos prisioneiros franceses”
- 22.08.42 – p.1 – “a punição dos crimes praticados pelos nazistas”
- 26.08.42 – p.3 – “congregação israelita paulista” ou 28.08.42 – p.5?

SETEMBRO 1942 – MR/0557

- 02.09.42 – UP – “apelo de Hitler ao povo alemão”
- 06.09.42 – UP – “perseguição aos judeus na França ocupada”
- 08.09.42 – UP – “reação contra a campanha anti-semita”
- 09.09.42 – UP – “as atrocidades praticadas pelos alemães na Europa”
- 11.09.42 – p.1 – “protesto contra a prisão de judeus”
- 15.09.42 – p.1 – “a perseguição aos judeus na França”
- 15.09.42 – p.1 – “protesto dos católicos contra a perseguição aos judeus”
- 17.09.42 – UP – “israelitas querem lutar pelo Brasil”
- 18.09.42 – p.1 – “perseguição aos judeus na França”

- 19.09.42 – UP – “a orientação política no governo francês de Vichi”
 23.09.42 – p.1 – “centenas de milhares de vítimas da tirania nazista na Europa”
 24.09.42 – UP – “tirania e crueldade”
 26.09.42 – p.1 – “bárbaro tratamento dispensado às crianças polonesas”

OUTUBRO 1942 – MR/0557

- 01.10.42 – UP – “Conselho de cristãos e judeus”
 03.10.42 – p.1 – “fuzilamentos de judeus estonianos”
 15.10.42 – p.1 – “proteção à criança judia”
 17.10.42 – UP – “atrocidades dos alemães nos países ocupados”
 20.10.42 – p.1 – “alocução da rainha Guilhermina aos holandeses”
 22.10.42 – p.1 – “a política seguida pelo sr. Pierre Laval”
 23.10.42 – p.1 – “os fuzilamentos em massa na Alemanha”
 27.10.42 – p.1 – “massacre de russos”
 27.10.42 – p.1 – “os terríveis efeitos da guerra”
 28.10.42 – p.1 – “solidariedade israelita”

NOVEMBRO 1942 – MR/0558

- 01.11.42 – UP – “homens ou animais ferozes?”
 04.11.42 – p.4 – “páginas brasileiras sobre a Polônia”
 06.11.42 – UP – “as atividades alemãs nos países ocupados”
 08.11.42 – p.2 – “a política imigratória seguida pelo governo federal”
 15.11.42 – UP – “a perseguição aos judeus na França”
 21.11.42 – UP – “fuzilamentos de operários italianos em Dresden”
 25.11.42 – UP – “a formação de um exército judaico”
 25.11.42 – UP – “massacre impiedoso dos judeus na Polônia”
 26.11.42 – p.1 – “a teoria racial na França”
 26.11.42 – UP – “as práticas bárbaras dos alemães na Polônia”
 27.11.42 – p.3 – “círculo israelita de S. Paulo”
 27.11.42 – UP – “refugiados judeus na África”
 28.11.42 – p.1 – “perseguição aos judeus na Noruega”

DEZEMBRO 1942 – MR/0558

- 02.12.42 – UP – “a perseguição nazista aos judeus”
 03.12.42 – UP – “protesto dos bispos noruegueses contra a perseguição de judeus”
 03.12.42 – UP – “protesto dos judeus na Argentina”
 09.12.42 – p.1 – “medidas anti-semitas”
 10.12.42 – UP – “a campanha anti-semita na França”
 13.12.42 – p.1 e 2 – “o maior responsável pela guerra”
 15.12.42 – UP – “identificação de judeus”
 16.12.42 – p.1 – “apelo ao partido trabalhista britânico contra a perseguição aos judeus”
 16.12.42 – p.1 – “o extermínio de judeus na Polônia”
 17.12.42 – p.1 – “a campanha anti-semita nos países ocupados”
 17.12.42 – UP – “campanha anti-semita em Tunis”

18.12.42 – p.1 – “protesto das NU contra o extermínio dos judeus – TODA PÁGINA

22.12.42 – p.1 – “vítimas da Gestapo na Polônia”

22.12.42 – UP – “relatório sobre o extermínio”

22.12.42 – UP – “comício pró-judeus em Londres”

24.12.42 – p.2 – “cinco avós oferecidos pela colônia israelita”

30.12.42 – UP – “o número de trabalhadores estrangeiros na Alemanha”

JANEIRO 1943 – MR/0559

01.01.43 – p.2 – “proclamação do chanceler Hitler ao povo alemão”

01.01.43 – UP – “massacre na Polônia”

09.01.43 – p.1 – “judeus para a limpeza de campos minados”

15.01.43 – p.1 – “atrocidades cometidas pelos nazistas”

20.01.43 – p.1 – “a tirania nazista na Europa”

FEVEREIRO 1943 – MR/0559

02.02.43 – p.1 – “Instituto Nacional de Ciência Política – a consciência humana contra o martírio dos judeus”

04.02.43 – UP – “prisão de membro da família Rothchild”

06.02.43 – UP – “auxílio do papa aos judeus perseguidos”

18.02.43 – UP – “a campanha anti-semita na Europa”

19.02.43 – UP – “o julgamento de criminosos nazistas”

25.02.43 – p.1 – “aniversário do partido nazista”

28.02.43 – UP – “a trágica situação dos povos subjugados pelos nazistas”

MARÇO 1943 – MR/0559

02.03.43 – p.1 – “terrorismo nazista”

04.03.43 – UP – “apoio do governo americano aos judeus da Europa”

05.03.43 – UP – “o problema do asilo dos fugitivos”

07.03.43 – p.1 – “poloneses executados pelos alemães”

07.03.43 – UP – “oratória alemã”

08.03.43 – p.1 – “execuções em massa na Polônia”

16.03.43 – UP – “Estado de saúde de Hitler”

17.03.43 – p.1 – “crianças judias”

18.03.43 – p.1 – “atrocidades praticadas por nazistas e italianos”

23.03.43 – p.1 – “os árabes e a Palestina”

24.03.43 – p.1 – “tratada na câmara dos lords a situação dos judeus na Europa”

ABRIL 1943 – MR/0560

08.04.43 – UP – “O Império Britânico abrigou quase 1 milhão de refugiados”

14.04.43 – p.1 – “poloneses executados pela Gestapo”

21.04.43 – p.1 – “obra dos oficiais nazistas o assassinio dos oficiais poloneses”

25.04.43 – UP – “massacre de judeus”

MAIO 1943 – MR/0560

- 07.05.43 – p.2 – “Goebbels e a extinção dos judeus”
- 11.05.43 – p.1 – “contra os judeus”
- 20.05.43 – p.1 – “os nazistas ameaçam um expurgo de judeus”
- 29.05.43 – p.1 – “prisão de judeus na França”
- 29.05.43 – p.1 – “luta dos judeus contra os alemães na Polônia”

JUNHO 1943 – MR/0560

- 03.06.43 – p.4 – “as mentiras de Hitler”
- 05.06.43 – p.4 – “a guerra e os refugiados judeus”
- 05.06.43 – p.6 – “a perseguição dos judeus na Polônia”
- 16.06.43 – p.1 – “possível campanha alemã contra os ciganos”
- 18.06.43 – p.1 – “economia palestina”
- 26.06.43 – p.1 – “condenação do anti-semitismo”
- 26.06.43 – p.5 – “os judeus nos campos de concentração nazista”

JULHO 1943 – MR/0561

- 28.07.43 – p.1- “modifica-se o tom da propaganda nazista”
- 29.07.43 – p.1 – “campanha anti-fascista na Itália”
- 30.07.43 – UP – “Na Alemanha...”
- 31.07.43 – UP – “Hitler e a sinagoga de Dublin”

AGOSTO 1943 – MR/0561

- 05.08.43 – p.2 – “reúne-se hoje o governo italiano”
- 07.08.43 – p.1 – “abolidas as distinções raciais”
- 07.08.43 – p.2 – “o extermínio da população judaica do Cáucaso pelos alemães”
- 08.08.43 – p.9 – “Serviço polonês de informações”
- 22.08.43 – p.1 – “extermínio dos poloneses pelos alemães”
- 28.08.43 – UP – “atrocidades praticadas pelos alemães nos países ocupados”

SETEMBRO 1943 – MR/0561

- 03.09.43 – p.2 – “Repercussão da mensagem de Pio XII em prol da paz – declarações do arcebispo sueco”
- 26.09.43 – p.1 – “atrocidades cometidas pelos nazistas”
- 28.09.43 – p.2 – “atrocidades alemãs”

OUTUBRO 1943 – MR/0562

- 06.10.43 – UP – “campanha anti-semita na Itália”
- 06.10.43 – UP – “morrem à mingua os judeus”
- 16.10.43 – p.1 – “o fechamento de jornais israelitas na Argentina”
- 20.10.43 – p.1 – “o papa auxilia os judeus de Roma”
- 26.10.43 – p.2 – “contra os judeus”
- 28.10.43 – p.1 – “vinte mil judeus assassinados em Dniepropetrovsc”

NOVEMBRO 1943 – MR/0562

- 04.11.43 – p.1 – “o papa auxilia os judeus de Roma”
- 30.11.43 – p.1 – “medidas contra os judeus”

DEZEMBRO 1943 – MR/0562

- 01.12.43 – p.7 – “universidade de Jerusalém e a guerra”
- 02.12.43 – p.2 – “a situação dos judeus”
- 04.12.43 – p.1 – “expurgo dos judeus de Roma”
- 14.12.43 – p.1 – “o massacre de judeus em Varsóvia”
- 18.12.43 – p.5 – “colheita de crimes”
- 18.12.43 – p.6 – “o judeuzinho – seção infantil”

JANEIRO 1944 – MR/0563

- 09.01.44 – UP – “a guerra, segundo alguns profetas”
- 23.01.44 – p.2 – “repatriamento de judeus”
- 27.01.44 – p.2 – “destroçada a poderosa linha defensiva”
- 30.01.44 – p.2 – “a situação dos judeus na Europa”

FEVEREIRO 1944 – MR/0563

- 01.02.44 – p.1 – “a perseguição dos israelitas pelos alemães”
- 01.02.44 – p.2 – “o chanceler Hitler falou anteontem ao povo”
- 08.02.44 – p.1 – “assistência aos judeus”
- 11.02.44 – UP – “os direitos dos judeus na Itália”
- 18.02.44 – p.2 – “as condições de vida das crianças polonesas”
- 19.02.44 – p.1 – “os sul-americanos nos campos de concentração da Alemanha”

MARÇO 1944 – MR/0563

- 09.03.44 – p.1 – “a criação de um território judeu na Palestina”
- 11.03.44 – p.1 – “movimento sionista”
- 12.03.44 – p.1 – “assassinados pelos nazistas 2 mi de russos”
- 14.03.44 – p.1 – “complicações na Palestina”
- 15.03.44 – p.1 – “congresso americano neo-sionista”
- 26.03.44 – p.1 – “mensagem da emissora de Budapeste aos húngaros”
- 26.03.44 – p.2 – “toque de recolher em Tel Aviv e Haifa”
- 26.03.44 – p.2 – “policiais ingleses mortos em Jerusalém”
- 28.03.44 – p.2 – “a prisão de judeus na Hungria”
- 29.03.44 – p.1 – “as execuções em Roma”
- 29.03.44 – p.1 – “Os acontecimentos na Palestina”
- 29.03.44 – p.2 – “poloneses deportados para a Alemanha”
- 30.03.44 – p.1 – “a perseguição aos judeus na Itália”

ABRIL 1944 – MR/0564

- 01.04.44 – p.2 – “perseguição nazista”
- 05.04.44 – p.1 – “a situação na Palestina”
- 13.04.44 – p.2 – “judeus espanhóis presos em Atenas”
- 20.04.44 – p.1 – “nova onda de anti-semitismo”
- 27.04.44 – p.1 – “perseguição aos judeus na Hungria”
- 27.04.44 – p.1 – “a invasão da Hungria planejada por Hitler”
- 28.04.44 – p.1 – “Advertência ao povo húngaro”

MAIO 1944 – MR/0564

- 09.05.44 – p.2 – “Italianos assassinados pelos alemães”
- 11.05.44 – p.1 – “atentado na Palestina”
- 20.05.44 – p.2 – “um Estado judaico na Palestina”

JUNHO 1944 – MR/0564

- 04.06.44 – p.6 – “anseios superiores”
- 06.06.44 – p.1 – “iniciada a invasão da Europa”
- 15.06.44 – p.1 – “a perseguição aos judeus na Europa ocupada”
- 22.06.44 – p.1 – “rebelde judia condenada na Palestina”
- 27.06.44 – p.2 – “judeu julgado pela corte marcial em Jerusalém”

JULHO 1944 – MR/0565

- 02.07.44 – p.2 – “eliminação dos judeus na Hungria”
- 04.07.44 – p.1 – “campanha anti-semita no Reich”
- 05.07.44 – p.1 – “a organização de um exército israelita”
- 07.07.44 – p.1 – “a perseguição aos judeus na Hungria”
- 12.07.44 – p.1 – “judeus assassinados pelos nazistas”
- 14.07.44 – p.2 – “a questão judaica”
- 15.07.44 – p.1 – “a perseguição aos judeus na Hungria”
- 15.07.44 – p.2 – “ação de terroristas em Jerusalém”
- 16.07.44 – p.1 – “massacre de judeus na Hungria”
- 18.07.44 – p.2 – “A perseguição aos judeus na Hungria”
- 19.07.44 – p.1 – “O extermínio dos judeus na Hungria”
- 20.07.44 – p.1 – “objetivo dos nazistas no extermínio dos judeus na Hungria”
- 23.07.44 – p.1 – “Discurso do Dr. Roberto Ley”
- 30.07.44 – p.2 – “Reabilitação dos judeus europeus”

AGOSTO 1944 – MR/0565

- 02.08.44 – p.2 – “retirada de crianças judias da Hungria”
- 18.08.44 – p.1 – “contra as crueldades e atividades nazistas”
- 19.08.44 – p.1 – “atentado contra a vida do alto comissário britânico”
- 19.08.44 – p.2 – “amparo a crianças de países europeus”
- 20.08.44 – p.1 – “a expectativa do após guerra na Palestina”
- 22.08.44 – p.1 – “medidas favoráveis aos judeus”
- 24.08.44 – UP – “a restauração da comunidade judia na Palestina”

27.08.44 – p.2 – “o Chile apoiará o Movimento Sionista”

SETEMBRO 1944 – MR/0565

02.09.44 – UP – “os judeus em Paris”

13.09.44 – UP – “problemas raciais”

23.09.44 – p.1 – “o auxílio aliado à Itália e aos israelitas”

30.09.44 – p.2 – “apelo ao general Eisenhower em favor dos judeus”

OUTUBRO 1944 – MR/0566

01.10.44 – p.2 – “Os objetivos da união árabe”

01.10.44 – UP – “a pequenina e grande Dinamarca”

08.10.44 – p.1 – “diplomata alemão abandona os nazistas”

12.10.44 – p.1 – “judeus acusados de atos terroristas na Palestina”

19.10.44 – p.2 – “a proclamação do chanceler Hitler”

19.10.44 – p.2 – “Discurso de Himmler”

20.10.44 – p.1 – “o problema do governo nazista na Hungria”

24.10.44 – p.2 – “pormenores do julgamento de suaree”

25.10.44 – p.2 – “como vivem os alemães de Aacher”

27.10.44 – p.2 – “situação dos compradores de negócios judeus”

NOVEMBRO 1944 – MR/0566

01.11.44 – p.2 – “contra os anti-semitas”

03.11.44 – p.1 – “manifestações anti-semitas na Palestina e na Síria”

07.11.44 – p.6 – “em prol de um estado semita”

08.11.44 – UP – “o assassinio do ministro residente britânico no Egito”

09.11.44 – p.1 – “conhecida a identidade dos assassinos de Lorde Moyne”

15.11.44 - p.2 – “macabra inovação nazista na Polônia”

17.11.44 – p.2 – “exterminada a população semita de Belgrado”

22.11.44 – p.1 – “o presente e o futuro da Hungria”

25.11.44 – p.5 – “a língua hebraica”

28.11.44 – p.1 – “conferência do congresso semita mundial nos EUA”

29.11.44 – p.2 – “praticamente exterminados os judeus da Grécia”

DEZEMBRO 1944 – MR/0566

01.12.44 – UP – “os judeus e a guerra”

02.12.44 – p.2 – “o morticínio do campo de Maidensk”

JANEIRO 1945 – MR/0567

03.01.45 – p.6 – “Hitler incita o povo e o exército”

04.01.45 – p.1 – “ainda o problema israelita”

12.01.45 - p.2 – “o julgamento dos judeus Souri e Hakins”

18.01.45 – p.1 – “a libertação de Varsóvia”

19.01.45 – p.1 – “praticamente extinta a população semita da Polônia”

FEVEREIRO 1945 – MR/0567

02.02.45 – p.1 – “os judeus e a conferência da paz”
 02.02.45 – p.2 – “o castigo dos criminosos de guerra”
 06.02.45 – UP – “os ingleses e a palestina”
 07.02.45 – p.1 – “manifesto do partido árabe da palestina”
 08.02.45 – p.2 – “refugiados de guerra e apátridas da Europa”
 15.02.45 – UP – “terrorismo no velho mundo”
 16.02.45 – p.1 – “conferência dos Estados Árabes”
 20.02.45 – p.1 – “Apoio da Inglaterra a projeto da Liga Árabe”
 24.02.45 – p.1 – “preconceito e civilização”
 25.02.45 – p.7 – “patético apelo de Hitler”
 28.02.45 – p.1 – “as compensações da Polônia”

MARÇO 1945 – MR/0567

03.03.45 – p.1 – “jornalistas interrogam o presidente”
 03.03.45 – UP – “a pacificação da Grécia”
 13.03.45 – UP – “proclamação de Hitler”

SETEMBRO 1947 - MR/0581

02.09.47 - p.1- “A questão do Exodus 47”
 02.09.47 - UP - “As decisões da Comissão de Inquérito”
 03.09.47 - UP - “O relatório da comissão”
 04.09.47 - p.1 - “O conselho sionista”
 04.09.47 - UP - “Nazistas condenados”
 05.09.47 - UP - “A viagem para Hamburgo”
 06.09.47 - p.1 - “Ameaças da Irgum”
 07.09.47 - UP - “O desembarque de judeus”
 09.09.47 - p.1 - “terroristas judeus”
 10.09.47 - p.1 - “Terminou o desembarque”
 11.09.47 - UP - “Noticia-se a evasão de vários judeus imigrantes”
 14.09.47 - p.1 - “O suposto ataque dos judeus”
 19.09.47 - p.1 “Auxílio do Iraque”
 20.09.47 - p.2 - “A perseguição dos judeus”
 21.09.47 - p.2 - “Parece iminente a invasão”
 23.09.47 - p.1 - “Preparam-se os judeus”
 25.09.47 - UP - “Possível um levante dos árabes”
 26.09.47 - UP - “Comunicado aos judeus do Exodus”
 27.09.47 - p.1 - “Inglaterra deseja renunciar”
 28.09.47 - p.2 - “Sobre a organização de exércitos”
 30.09.47 - UP - “Explosão do quartel general de Haifa”

OUTUBRO 1947 - MR/0581

01.10.47 - p.1 - “Exército árabe para a conquista”
 01.10.47 - UP - “Sobre a Palestina”
 02.10.47 - UP - “Árabes e judeus contra a partilha”
 03.10.47 - p.1 - “Capturados pelos britânicos”
 05.10.47 - p.1 - “Viagem do Sr. Wallace à Palestina”
 08.10.47 - UP - “A Palestina e o mundo”
 09.10.47 - p.2 - “Decisão da grã-bretanha”
 10.10.47 - UP - “preparam-se os judeus para lutar pela posse da Palestina”
 11.10.47 - p.2 - “Preparam-se os Estados árabes”
 12.10.47 - UP - “Atitude dos EUA”

14.10.47 - p.1 - "A Rússia favorável à formação"
 14.10.47 - UP - "A atitude da Rússia"
 15.10.47 - p.1 - "O Egito contesta o direito da ONU"
 15.10.47 - p.2 - "Novas divergências"
 16.10.47 - p.2 - "Sugestão da Iugoslávia"
 17.10.47 - p.1 - "Terminou a reunião de líderes árabes"
 18.10.47 - p.2 - "A questão da Palestina"
 19.10.47 - p.1 - "Transferência de forças britânicas"
 21.10.47 - UP - "Atitudes militares nas fronteiras"
 22.10.47 - p.1 - "O transporte de judeus"
 23.10.47 - UP - "Preparativos dos judeus"
 24.10.47 - p.1 - "As atribuições da Comissão de Partilha"
 28.10.47 - p.1 - "Entrevista de Wallace com líder terrorista"
 29.10.47 - p.2 - "A questão palestina"

NOVEMBRO 1947 - MR/0582

01.11.47 - p.1 - "Nova proposta"
 01.11.47 - p.2 - "Problemas de imigração"
 04.11.47 - p.1 - "Emendas soviéticas" & "Nazistas condenados à morte"
 07.11.47 - p.1 - "A lrgum contra a partilha"
 08.11.47 - p.1 - "Defesa e segurança da Palestina"
 09.11.47 - UP - "Prepara-se o governo britânico"
 13.11.47 - p.1 - "Combate entre terroristas e judeus"
 13.11.47 - UP - "O problema palestino"
 14.11.47 - UP - "Anunciada na ONU"
 15.11.47 - p.1 - "Compra de armamentos para os árabes"
 25.11.47 - p.2 - "Prosseguem os debates"
 25.11.47 - UP - "Criação do Estado judaico"
 26.11.47 - p.2 - "A partilha da Palestina"
 27.11.47 - p.1 - "Adiada a votação"
 28.11.47 - p.1 - "O projeto de Partilha"
 29.11.47 - p.2 - "Decide-se hoje em Lake Success"
 30.11.47 - p.1 - "As Nações Unidas decidiram"

DEZEMBRO 1947 - MR/0582

02.12.47 - p.1 - "Inicia-se a reação dos árabes"
 03.12.47 - p.1 - "sangrentos conflitos"
 04.12.47 - p.1 - "verificam-se novos conflitos"
 05.12.47 - p.1 - "continuam os protestos árabes"
 06.12.47 - p.1 - "enérgica reação"
 07.12.47 - p.1 - "Não esmoreceu"
 09.12.47 - p.1 - "Árabes e judeus"
 10.12.47 - UP - "Exasperados ainda"
 11.12.47 - p.1 - "Combatentes da última guerra"
 12.12.47 - p.1 - "debates na câmara"
 13.12.47 - p.1 - "Problemas palestinos"
 14.12.47 - p.1 - "O Estado israelita" & "estaria iminente uma ação"
 16.12.47 - UP - "Na Palestina"
 17.12.47 - p.1 - "Resoluções da conferência"
 18.12.47 - UP - "Pedida a retirada"
 19.12.47 - p.1 - "A próxima reunião da comissão"
 20.12.47 - UP - "Novos ataques às propriedades"
 22.12.47 - UP - "Os árabes apresentarão à ONU"
 24.12.47 - p.1 - "Data para a constituição"

- 27.12.47 - p.1 - "Continuam as lutas"
- 28.12.47 - p.1 - "Continua sem solução"
- 30.12.47 - p.2 - "cerca de 25 mil emigrantes"

JANEIRO 1948 - MR/0583

- 01.01.48 - p.1 - "Declarações do Sr. Gromiko"
- 03.01.48 - p.1 - "Bloqueado por 20 mil árabes"
- 04.01.48 - p.1 - "árabes e judeus travam"
- 06.01.48 - p.2 - "Violenta explosão no edifício"
- 07.01.48 - p.1 - "continua tensa"
- 08.01.48 - p.1 - "Mortos e feridos em novo atentado"
- 09.01.48 - UP - "A defesa dos judeus"
- 10.01.48 - p.1 - "Reuniu-se ontem"
- 11.01.48 - p.1 - "Apreendidos mais de cem mil"
- 13.01.48 - UP - "os judeus pedem"
- 15.01.48 - p.2 - "retirada das tropas britânicas"
- 16.01.48 - p.1 - "O mercado britânico na Palestina"
- 16.01.48 - UP - "sangrentos reencontros"
- 17.01.48 - UP - "Recrudescer a luta"
- 20.01.48 - p.1 - "Negam-se os árabes"
- 20.01.48 - UP - "Constituída em NY"
- 21.01.48 - p.1 - "Continuam os choques" & "Força internacional"
- 21.01.48 - p.10 - "Firestone"
- 22.01.48 - p.2 - "O número de vítimas"
- 23.01.48 - p.1 - "Combatentes árabes"
- 25.01.48 - UP - "A criação da polícia"
- 27.01.48 - p.1 - "Violenta luta entre árabes e judeus"
- 29.01.48 - p.1 - "preparativos bélicos árabes"
- 31.01.48 - p.1 - "Os EUA e o problema"

FEVEREIRO 1948 - MR/0583

- 01.02.48 - UP - "Chegada de tropas"
- 03.02.48 - p.2 - "Acusações dos árabes"
- 04.02.48 - UP - "Retirada das tropas"
- 05.02.48 - p.1 - "Prossegue a retirada"
- 07.02.48 - UP - "Irredutível a oposição"
- 08.02.48 - p.1 - "A organização de um governo árabe"
- 10.02.48 - p.1 - "Apressam-se os árabes"
- 12.02.48 - p.1 - "Grave choque"
- 13.02.48 - p.1 - "Os EUA e o plano"
- 14.02.48 - p.1 - "prontos para lutar"
- 15.02.48 - p.2 - "Em prol da unificação"
- 17.02.48 - p.3 - "A Palestina e o Brasil"
- 17.02.48 - UP - "Violentos conflitos"
- 18.02.48 - p.1 - "Forças árabes e judaicas"
- 19.02.48 - p.1 - "Porque emigram os judeus"
- 19.02.48 - UP - "Em formação o governo"
- 20.02.48 - p.2 - "Oficiais nazistas"
- 20.02.48 - UP - "A luta na Palestina"
- 22.02.48 - UP - "Execução do plano"
- 24.02.48 - p.2 - "Violenta explosão"
- 26.02.48 - p.2 - "Centenas de árabes"
- 27.02.48 - UP - "política norte-americana"
- 28.02.48 - p.1 - "Fundas divergências"
- 28.02.48 - p.3 - "As origens da crise na Palestina"

29.02.48 - p.2 - "Inglaterra passará à ONU"

MARÇO 1948 - MR/0584

02.03.48 - p.1 - "Destruído ontem na Palestina"
 03.03.48 - p.1 - "Trágicos resultados"
 04.03.48 - p.1 - "Atentado terrorista"
 05.03.48 - UP - "Comboio de judeus"
 06.03.48 - p.1 - "Novos aspectos do problema"
 06.03.48 - p.3 - "Aspectos médicos do campo"
 07.03.48 - p.1 - "As forças árabes"
 09.03.48 - p.1 - "Conversações entre"
 10.03.48 - UP - "Os EUA e a partilha"
 11.03.48 - p.2 - "Os técnicos jurídicos da ONU"
 12.03.48 - p.2 - "Violenta explosão"
 14.03.48 - p.2 - "Violentos choques"
 16.03.48 - UP - "debates em torno"
 17.03.48 - p.1 - "Trégua entre"
 18.03.48 - p.2 - "A Palestina como foco"
 19.03.48 - p.2 - "Conflitos e atentados"
 20.03.48 - p.1 - "Relatório do delegado"
 21.03.48 - p.1 - "Atitude dos EUA"
 23.03.48 - p.2 - "O prestígio da ONU"
 24.03.48 - p.1 - "Decidida a formação do Estado"
 25.03.48 - UP - "O próximo término do mandato"
 26.03.48 - UP - "A política dos EUA"
 28.03.48 - p.2 - "O próximo término"
 30.03.48 - UP - "Recrudescer a luta"
 31.03.48 - UP - "A questão da Palestina"

ABRIL 1948 - MR/0584

02.04.48 - p.2 - "Forças judaicas"
 03.04.48 - p.2 - "Retirada de súditos"
 04.04.48 - p.2 - "Em prol da cessação" & "contatos culturais na Palestina"
 06.04.48 - UP - "O Exército árabe"
 07.04.48 - p.2 - "Um comboio judeu"
 08.04.48 - p.2 - "A questão da Palestina"
 09.04.48 - UP - "Negociada uma trégua"
 10.04.48 - p.2 - "Intensifica-se a luta"
 13.04.48 - UP - "Apelo dos ingleses"
 14.04.48 - p.1 - "violenta luta"
 15.04.48 - p.2 - "Em prol da solução"
 16.04.48 - p.1 - "Ofensiva das forças"
 17.04.48 - p.1 - "Exame de caso"
 18.04.48 - p.1 - "Apelo em prol"
 20.04.48 - p.2 - "Elaboração do plano"
 21.04.48 - p.1 - "Os debates do plano"
 22.04.48 - UP - "Denunciada pelos árabes"
 23.04.48 - p.1 - "Derrota das tropas árabes"
 24.04.48 - UP - "Mais de cem árabes mortos"
 25.04.48 - p.1 - "Prossegue a retirada das populações"
 27.04.48 - p.1 - "Continua intensa"
 28.04.48 - p.1 - "Transpostas pelos judeus"
 30.04.48 - UP - "Imposta pelas forças inglesas"

Bibliografia

ATTALI, Jacques. *Os judeus, o dinheiro e mundo*. São Paulo: Editora Futura, 2003.

ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 1995.

_____. *Mínima Moralía*. Lisboa: Edições 70 LDA, 2001.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

AMERICAN JEWISH COMMITTEE. American Jewish Committee Survey: One-Third of Brazilians Completely Unaware of Holocaust: <http://www.ajc.org/site/apps/nl/content3.asp?c=ijlTI2PHKoG&b=846741&ct=1042051>. Acesso em: 13 ago 2005.

_____. Knowledge and Remembrance of the Holocaust in the Czech Republic: <http://www.ajc.org/site/apps/nl/content3.asp?c=ijlTI2PHKoG&b=846741&ct=1042051>. Acesso em: 13 ago 2005.

ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado – a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: Editora Universidade do Sagrado Coração, 1999.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um retrato sobre a banalidade do mal*. Trad. Sonia Orieta Heinrich. São Paulo: Diagrama & Texto, 1983.

_____. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Responsabilidade e julgamento*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARRUDA, Vania Maria Bernardes. *As passivas de estado e de mudança de estado em português contemporâneo*. 1978. Dissertação de Mestrado em Linguística apresentada ao LIV, UnB, Brasília.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

BALFOUR, Arthur. The Balfour Declaration. Ministério das Relações Exteriores de Israel: <http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/The+Balfour+Declaration.htm>. Acesso em janeiro 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

BAZELAIRE, Jean-Paul; CRETIN, Thierry. *A Justiça Penal Internacional: sua evolução, seu futuro de Nuremberg a Haia*. São Paulo: Manole, 2003.

BENGTSON, André Gustavo. *Cartas dos leitores aos jornais: manifestações do conservadorismo no Brasil contemporâneo*. 2005. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao IFCH, Unicamp, Campinas.

BLAZOTTO, Adilson Donizeti. *A formação imaginária a respeito do brasileiro em mídias eletrônicas*. 2006. Dissertação de Mestrado em Linguística apresentada ao IEL, Unicamp, Campinas.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia*. 3a ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Metáforas de uma civilização*. In: *O Anti-Semitismo nas Américas*. São Paulo: EDUSP, 2007.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia?*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COSTELLA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1970.

COTTA, Pery. *Calandra – sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. *História do rosto*. Lisboa: Ed. Teorema, 1988.

CRYSTAL, David (ed). *The Cambridge Encyclopedia*. Cambridge: University Press: 2000.

CZERESNIA, Fiszal. *Uma história para meus netos*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DECCA, Edgar de. *1930 - o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUTRA, Eurico Gaspar. *Mensagem Apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1947*. Brazilian Government Document Digitization Project. Presidential messages, 1889-1993 [electronic resource] / [Center for Research Libraries, Latin American Microfilm Project] <http://catalog.crl.edu/search~S1?/XDutra&searchscope=1&SORT=R/XDutra&searchscope=1&SORT=R&SUBKEY=Dutra/1.9.9.B/l856~b1577567&FF=XDutra&searchscope=1&SORT=R&9.9.1.0> Acesso em 10.01.2009.

ENCICLOPÉDIA ALFABÉTICA EM UM ÚNICO VOLUME. São Paulo: Ed. Universo, 1988.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL v.11. São Paulo: Encyclopedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1987.

FALCÃO, João. *O Brasil e a 2ª Guerra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

FERNANDES, Vania M. B. A. *Pressuposição, argumentação e ideologia*. 1997. Dissertação de Mestrado em Linguística apresentada ao IEL. Unicamp, Campinas.

FILKENSTEIN, Norman G. *A Indústria do Holocausto*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOLKIS, Geisiane Monteiro Branco. *Análise do discurso humorístico: as relações marido e mulher nas piadas de casamento*. 2004. Tese de doutorado em Linguística apresentada ao IEL. Unicamp, Campinas.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: A NOITE-EDITORA, vol. III e IV, 1942.

GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Ed. Loyola, 1982.

GAMBINI, R. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977.

GINZBURG, Carlo. *Unus testis - O extermínio dos judeus e o princípio da realidade*. In: *O Fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRAMBONE, Sidney. *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda., 2003.

GROSS, Nachum (ed.) *Economic history of the jews*. NewYork: Schocken Books, 1975.

GUGLIELMO, Antônio Roberto. *A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia*. 1994, Dissertação de mestrado, USP, São Paulo.

HENRIQUES, Major Elber de Mello. *A FEB doze anos depois*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1959.

HENIG, Ruth. *As origens da 2ª Guerra Mundial (1933-1939)*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1991.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Trad. J. de Matos Ibiapina. Porto Alegre: Globo, 1941.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos - O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JENSEN, Carl (Org.). *20 years of censored news*. New York: Seven Stories Press, 1997.

KATZ, Stephen T. *Judaic theology and the holocaust*. In: NEUSER, Jacob(ed.) *The Encyclopaedia of Judaism* vol.I., Leiden: Koninklijke Brill NV, s.d.

LACAPRA, Dominick. *History and Memory after Auschwitz*. Ithaca: London: Cornell University, 1994.

LAGAZZI, Suzy M. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

LAQUEUR, Walter. *The Holocaust encyclopedia*. Ohio: Yale University Press, 2001.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Ed. Universo, 1988

LESSER, Jeffrey. *Welcoming the undesirables - Brazil and the jewish question*. Los Angeles: University of California Press, 1995.

LOPEZ, Luiz Roberto. *Do Terceiro Reich ao novo nazismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

MADIO, Telma Campanha de Carvalho. *A fotografia na imprensa diária paulistana nas primeiras décadas do séc. XX: O Estado de S. Paulo*. 2005. Tese de Doutorado apresentada à ECA, USP.

MANDEL, Ernest. *O significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1989.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1989.

MAYER, Arno. *Why did the heavens not darken?: the final solution in history*. New York: Pantheon Books, 1990.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O Comunismo Imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre PCB*, 1996, Dissertação de Mestrado em Linguística, Unicamp, Campinas.

MEDEIROS, J. *Ideologia Autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MILMAN, Luis; VIZENTIN, Paulo. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

MOINO, Ruth Elizabeth Lopes. *Passivas nos discursos oral e escrito: sintaxe e variação*, 1988, Dissertação de Mestrado em Linguística, PUC, Campinas.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: IMPRES, 1981.

ORLANDI, Eni (Org.). *Palavra, fé, poder*. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. *Discurso e leitura*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998..

_____. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp: 1995.

PEREIRA, Moacir. *O golpe do silêncio - Imprensa, Censura e Medidas de Emergência*. São Paulo: Global editora e distribuidora Ltda., 1984.

POLIAKOV, Leon. *Europa Suicida*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

_____. *Do anti-sionismo ao anti-semitismo*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

PORTO, Humberto. e SCHLESINGER, Hugo. *Anatomia do anti-semitismo*. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1975.

ROMANO, Roberto. *O pensamento conservador* - Revista de Sociologia e Política, 1(3).

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

SEITENPUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

SÁ, Antonio Álvaro Barbosa. *Jornal Nacional – política e ideologia*. Dissertação de mestrado, 1992, UNICAMP, Campinas.

SILVA, Ricardo Virgilino da. *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Tese de doutorado, 1998, UNICAMP, Campinas.

SILVEIRA, Joel. *A luta dos pracinhas: a força expedicionária brasileira na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

SILVEIRA, Joel. *II Guerra - momentos críticos*. Rio de Janeiro: Mavard, 1995.

SMITH, Bradley F. *O Tribunal de Nuremberg*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979.

SOUZA, Francisco Martins de. *O Integralismo*. In: *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

TAYLOR, A. J. P. *A segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Frequently asked questions. <http://www.ushmm.org/research/library/index.php?content=faq/index.php%23topic01-question02>. Acesso em 14 ago 2005.

SALGADO, Plínio. *O que é integralismo?*. Rio de Janeiro, 1933.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da história nova*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1986.

SODRÉ, N. Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Muad, 1999.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1978.

VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia curupira: Análise do Discurso Integralista*. São Paulo: editora brasiliense, 1979.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Assassinos da memória*. Campinas: Papirus, 1988

YAD VASHEM. The Holocaust: definition and preliminary discussion. http://www1.yadvashem.org/Odot/prog/index_before_change_table.asp?gate=0-2. Acesso em 30 jan. 2008.